



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS
– PPGESA**



AGDA ARILMA DOS SANTOS RIOS MATOS

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM FACE
DA REORGANIZAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO DE ITAITU,
JACOBINA-BA**

**JUAZEIRO-BA
2021**

**UNEB
PPGESA
2020**

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE
GEOGRAFIA EM FACE DA REORGANIZAÇÃO E
USO DO TERRITÓRIO DE ITAITU, JACOBINA-BA**

**AGDA ARILMA DOS SANTOS RIOS
MATOS**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS
– PPGESA**



AGDA ARILMA DOS SANTOS RIOS MATOS

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM FACE DA
REORGANIZAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO DE ITAITU, JACOBINA-BA**

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, para obtenção do título de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Luzineide Dourado Carvalho.

**JUAZEIRO-BA
2021**

M433c Matos, Agda Arilma dos Santos Rios

A contextualização do ensino de geografia em face da reorganização e uso do território de Itaitu, Jacobina-BA / Agda Arilma dos Santos Rios Matos.

Juazeiro-BA, 2021.

153 fls.: il.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Luzineide Dourado Carvalho.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.

Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. 2021.

1. Ensino de geografia. 2. Ecoturismo. 3. Unidade de conservação.
4. Itaitu – Jacobina/BA. I. Carvalho, Luzineide Dourado. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 910.7

FOLHA DE APROVAÇÃO
"A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA EM FACE DA
REORGANIZAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO DE ITAITU, JACOBINA-BA"

AGDA ARILMA DOS SANTOS RIOS MATOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 13 de maio de 2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professora Dr.^a LUZINEIDE DOURADO CARVALHO (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Geografia
Universidade Federal de Sergipe - UFS



Professor Dr. EDMERSON DOS SANTOS REIS (Examinador Interno)
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Professora Dr.^a CLÉCIA SIMONE G. ROSA PACHECO (Examinadora Externa)
Instituto Federal do Sertão Pernambuco - IF SERTÃO PE
Doutorado em Educação
Universidad Católica de Santa Fe-Argentina/AR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas comprometidas com as questões locais de Itaitu, que não deixam de ser questões globais, em especial, dedico aos moradores nativos e aos estudantes (atuais e futuros) que vivenciam a dinâmica do território na sua porta, no seu quintal, na sua rua, nas proximidades das cachoeiras, no distrito em geral e até onde a vista alcança.

Dedico, a estas pessoas, para que se atentem para as mudanças.

Dedico, para que abram os olhos ao entendimento de que o desenvolvimento traz consigo mais de dois significados, e o mais representativo desses não é a qualidade de vida para os moradores.

Dedico, por que é necessário evidenciar a dinâmica do lugar cientificamente.

Dedico, por que percebi a necessidade de tratar as questões do lugar, no lugar, onde as problemáticas surgem o tempo todo.

Dedico aos pesquisadores, professores, curiosos e simpatizantes dessa temática.

Dedico a esses, por que vejo, neste trabalho, fonte confiável de dados relacionados com o entendimento desse lugar.

Dedico a esses, por que acredito que podemos pensar essas questões coletivamente, na escola.

Dedico, por que acredito que fazer ciência, perpassa por identificar as vulnerabilidades do espaço, e a partir desses, produzir mecanismos de mudança.

Dedico, por que acredito que a educação deve ser o meio capaz de mudar o contexto das pessoas, e essas o seu lugar e o mundo.

Dedico, por que este trabalho não é para mim, ele foi produzido de dentro para fora, de me para ti.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a meu pai, **Deus**, que permitiu que eu nascesse e ainda assim, que eu pudesse desenvolver atividades que possa a vir ajudar outras pessoas.

Agradeço a meu esposo **Alcides Matos**, que embarcou junto comigo nessa jornada, que me apoiou de início ao fim.

Agradeço a minha mãe **Albertina Rios**, que se dedicou integralmente a mim e a meu filho durante o período que precisei estar ausente de minha residência.

Agradeço a meu filho, **Arthur Guilherme Matos**, por ser uma criança aventureira como eu, que nunca me deu trabalho durante a ausência de seu papai. Por ser a pessoa que me manteve em equilíbrio, que fazia surgir em me os melhores sentimentos.

Ao professor, **Dr. Edmerson Dos Santos Reis**, que leciona de modo cativante, e que por esse motivo, instigou-me a conhecer cientificamente a região semiárida e a enveredar no PPGESA.

A minha orientadora geógrafa, **Dra. Luzineide Dourado Carvalho**, que dedicou momentos de seu tempo e parte de sua sabedoria para me nortear durante a execução desse trabalho.

Aos **idealizadores e funcionários do PPGESA**, sem eles essa etapa não seria possível.

A **Universidade do Estado da Bahia**, por existir e possibilitar a formação continuada de pessoas oriundas de escolas públicas.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar os processos dinâmicos decorrentes dos loteamentos rurais e do ecoturismo, os quais transformam o território de Itaitu, Jacobina-Bahia, e como o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires percebeu essas transformações. Para atingir nosso objetivo, foi utilizado o método materialismo histórico-dialético; um método fundamental para analisar o contexto espacial/ territorial, dinâmico e em transformação; no qual o colégio está localizado. Esse Colégio encontra-se no centro de discussões contraditórias em torno do estabelecimento de uma unidade de conservação também na Cachoeira Véu de Noiva, visto que, outra cachoeira, a cachoeira Arapongas, já faz parte da área de conservação do Parque Estadual das Sete Passagens. A pesquisa bibliográfica possibilitou a caracterização da área física, necessária para a compreensão do entorno do colégio; já a análise de documentos permitiu entender e apresentar as normas que regulamentam e norteiam o ensino escolar de Geografia, para isso, as fontes utilizadas foram: a Base Nacional Comum Curricular, e outros documentos que vão do nacional ao local. Em relação à base, houve a necessidade de levantar alguns questionamentos no tocante a esta considerar apenas as competências e habilidades, desconsiderando outras possibilidades para a formação integral do discente. As entrevistas evidenciaram posicionamentos contraditórios, no que concerne a entender o contexto da Vila. Os resultados evidenciaram que a venda de imóveis, pelos próprios nativos causa maior impacto social, visto que gera o êxodo rural. Os loteamentos rurais, por sua vez, levam a impactos ambientais maiores, visto que vão além do desmatamento, agravando a problemática da falta de água. As entrevistas com os nativos evidenciaram que o Colégio Crescenciano fica invisível diante das dinâmicas apresentadas, e isso ocorre por causa de um currículo desatualizado e descontextualizado, o qual não insere as questões locais. Por fim, ficou evidenciado que o ensino de geografia no Colégio Crescenciano reflete as questões apresentadas timidamente, pois segue um plano de aula direcionado para o uso do livro didático (principal ferramenta pedagógica de ensino), e esse não é produzido para a realidade do discente que vive no campo do Semiárido Brasileiro. O ensino contextualizado, voltado para a educação no/do campo é trazido como uma perspectiva possível e mais condizente para realidade da escola pesquisada.

Palavras-chave: Dinâmicas espaciais. Ecoturismo. Ensino de Geografia. Unidade de Conservação.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the dynamic processes resulting from rural allotments and ecotourism, which transform the territory of Itaitu, Jacobina-Bahia, and how the Municipal College Crescenciano Fernandes Pires realized these transformations. To achieve our objective, the historical-dialectical materialism method was used; a fundamental method for analyzing the spatial/territorial context, dynamic and changing; where the college is located. This College is at the center of contradictory discussions around the establishment of a conservation unit also in the Veil of Bride Waterfall, since, another waterfall, the Araongas waterfall, is already part of the conservation area of the State Park of the Seven Passages. The bibliographic research allowed the characterization of the physical area, necessary for the understanding of the surroundings of the school; on the other hand, the analysis of documents allowed us to understand and present the norms that regulate and guide geography school education, for this, the sources used were: the Common National Curriculum Base, and other documents that go from the national to the site. Regarding the base, there was a need to raise some questions regarding this considering only the skills and abilities, disregarding other possibilities for the integral formation of the student. The interviews showed contradictory positions regarding understanding the context of the village. The results showed that the sale of real estate by the natives themselves causes greater social impact, since it generates the rural exodus. Rural allotments, in turn, lead to greater environmental impacts, as they go beyond deforestation, aggravating the problem of lack of water. The interviews with the natives showed that the Crescenciano College is invisible in view of the dynamics presented, and this is due to an outdated and out-of-context curriculum, which does not insert local issues. Finally, it was evidenced that the teaching of geography at The Crescenciano College reflects the questions presented timidly, because it follows a lesson plan directed to the use of the textbook (main pedagogical teaching tool), and this is not produced for the reality of the student who lives in the field of the Brazilian Semi-arid. Contextualized teaching, focused on education in the field is brought as a possible perspective and more befitting to the reality of the researched school.

Keywords: Spatial dynamics; Ecotourism; Geography Teaching; Conservation Unit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Loteamento rural pronto à leste da BA 425.....	59
Figura 2 - Loteamento rural em fase de adaptação ao sul da BA 425.....	59
Figura 3 - Loteamento rural em fase de desmatamento ao leste da BA 425.....	59
Figura 4 - Fotografia do Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires.....	84
Figura 5 - Fotografia que evidencia a mudança estrutural de imóveis na vila de Itaitu.....	103
Mapa 1 - Mapa da Região Semiárida Brasileira.....	34
Mapa 2 - Mapa da Chapada Diamantina.....	39
Mapa 3 - Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.....	44
Mapa 4 - Mapa do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina (16).....	46
Tabela 1 - Descrição dos entrevistados da pesquisa.....	21
Tabela 2 - Descrição dos entrevistados pós deflagração de pandemia pelo COVID-19.....	99
Gráfico 1 - Percepções em torno do Colégio Crescenciano.....	86
Gráfico 2 - O CCFP e as dinâmicas territoriais: Um colégio ativo ou passivo.....	119

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACAGI – Associação de Condutores Ambiental e Guias de Itaitu

ASPAFF – Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCFP – Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires

CONEC - Comissão Nacional de Educação do Campo

COMUJA – Colégio Municipal Armando Xavier de Oliveira

COVID-19 - Corona Virus Disease 2019

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EMITEC - Ensino Médio com Intermediação Tecnológica

EPIS – Equipamentos de Proteção Individuais

ERUM – Escola Rural de Massaroca

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INOT – Instituto de Observação da Terra

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC- Ministério da Educação

OMS – Organização Mundial da Saúde

PESP – Parque Estadual das Sete Passagens

PPGESA – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRODETUR - Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

PSF- Programa de Saúde da Família

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEPLAN – Secretária de Planejamento do Estado da Bahia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TI – Territórios de Identidade

UC – Unidade de Conservação

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	19
2.1 APRESENTANDO O PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.2 TÉCNICAS DE PESQUISAS COMPLEMENTARES	20
2.3 MÉTODO FILOSÓFICO DA PESQUISA: A DIALÉTICA DOS CONTRÁRIOS.	23
2.4 ORIENTAÇÕES DE PESQUISA NO MÉTODO DIALÉTICO.	27
2.5 PRETENSÕES DE VALIDAÇÃO DOS DADOS.....	28
3. ITAITU: DE VILA À REIVENÇÃO DA NATUREZA	32
3.1 DELIMITANDO O SEMIÁRIDO VASTO E DIVERSIFICADO	33
3.2 A CHAPADA DIAMANTINA	38
3.2.1 Condições naturais do Piemonte da Diamantina	41
3.3 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA VILA DE ITAITU	42
3.3.1 A economia no município de Jacobina e na Vila de Itaitu	47
3.3.2 Rota de fuga: a Vila de Itaitu	49
3.4 A REINVENÇÃO DA NATUREZA NA VILA DE ITAITU	50
3.5 O TERRITÓRIO EM FACE DA REORGANIZAÇÃO E USO	53
3.5.1 O ecoturismo na Vila de Itaitu	55
4. DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES AO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CCFP	63
4.1 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA: DA EPISTEMOLOGIA À CATEGORIA TERRITÓRIO	64
4.2 LEIS E BASE QUE NORTEIAM O ENSINO DE GEOGRAFIA DO NACIONAL AO CCFP.....	69
4.3 BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO EM JACOBINA E NA VILA DE ITAITU	82
4.4 O COLÉGIO CRESCENCIANO NO CORAÇÃO DE ITAITU	86
4.5 O ENSINO CONTEXTUALIZADO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	90
4.6 EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO, UM ANSEIO OU NECESSIDADE?	95
5. A DINÂMICA TERRITORIAL DE ITAITU: PERCEPÇÕES COLETIVAS E INTERPRETAÇÕES EM TORNO DA VISIBILIDADE DO CCFP	98
5.1 CONHECENDO A DINÂMICA TERRITORIAL A PARTIR DOS NATIVOS DA VILA DE ITAITU	100

5.2 O MEIO AMBIENTE E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: PERCEPÇÕES TÉCNICAS	110
5.3 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E O ECOTURISMO	115
5.4 O COLÉGIO CRESCENCIANO E A DINÂMICA TERRITORIAL	118
6. O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA VILA DE ITAITU	126
6.1 COMO A DISCIPLINA GEOGRAFIA SE RELACIONA COM O CONTEXTO APRESENTADO: RELATOS DE MANDARINA	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICES	143

1. INTRODUÇÃO

O sentido da análise é captar a totalidade nunca alcançada, daí a compreensão de que o conhecido é um momento do processo, uma totalização demarcada por quem investiga. (SUERTEGARAY, 2005)

A escola surge como um espaço de formação integral do ser humano, por isso, entende-se que o currículo educacional deve corresponder às expectativas daqueles que vivem no território, com o qual estabelece relações diversas e complementares.

É no sentido de afeto/afetando-se com as questões inerentes ao local que essa pesquisa se faz pertinente.

Itaitu é um distrito/vila, localizado no norte da Bahia, Piemonte da Chapada Diamantina, no município de Jacobina no Semiárido Brasileiro. Sua relevância como objeto de estudo se dá pelo fato desta Vila estar no centro das transformações territoriais, decorrente de um dinamismo frenético o qual cria e enaltece questões valiosas à ciência geográfica e a educação.

Essa Vila é conhecida pela beleza natural e pela abundância de água, que corre livre nas diversas cachoeiras lá existentes. Algumas delas encontram-se localizadas dentro da área da Unidade de Conservação (UC) do Parque Estadual das Sete Passagens (PESP); outras, entretanto, não fazem parte dessa UC. Um fato que gera e intensifica transtornos na Vila, sobretudo no período de feriados prolongados e de carnaval, em que há muitos turistas.

A transformação do lugar está ligada diretamente com fatores externos: o ecoturismo e os loteamentos rurais, mas outros também podem ser considerados: a procura por imóveis residenciais, que leva ao êxodo rural; o enfraquecimento da cultura local, e a chegada dos paredões com som automotivo; o aumento constante de pessoas na Vila, modificando os sistemas (objetos e ações) e o aumento de visitas nas cachoeiras, também um problema, visto que a lei municipal nº 1.473 de março de 2018 não é fiscalizada, o que acarreta desordem, acúmulo de lixo e número excessivo de turistas na cachoeira. Diante dos fatos apresentados acredita-se que ações educativas articuladas a outras instâncias de definição de políticas é capaz de mudar todo esse quadro.

No distrito de Itaitu, a primeira instituição escolar é datada da década de 1940, o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires (CCFP) foi fundado no ano de 1986 e continua em funcionamento até os dias atuais. O Colégio, *locus* de pesquisa, passou por várias reformas e

ampliações desde sua fundação, por isso, sua estrutura encontra-se em condições de prestação de serviço atualmente.

O CCFP, objeto de estudo dessa pesquisa, foi escolhido pelo fato dessa instituição estar situada no centro do dinamismo territorial, promovido pelo ecoturismo e pelos loteamentos rurais no distrito de Itaitu; no que se refere ao foco no ensino de Geografia, no âmbito da educação básica, isso acontece por ser a disciplina Geografia aquela que tem como objeto de estudo a relação sociedade e natureza, por isso, é a disciplina com mais propriedade para tratar das questões espaciais e socioambientais do contexto onde a instituição está inserida. O colégio, hora estudado, é uma instituição escolar localizada no campo e que possui características tanto do rural quanto do urbano, tal destaque será trazido no capítulo 4.

Nesse contexto, as idas e vindas da “roça” para a cidade todos os domingos são atividades corriqueiras, realizada por muitas famílias, inclusive a minha, a qual sai de Jacobina para o povoado de Patos. Foi a partir dessas idas e vindas, que pude perceber que algo estava mudando naquela paisagem. As construções de casas/sítios nas estradas vicinais eram cada vez mais comuns e essas mudanças chamavam minha atenção à medida que iam transformando a paisagem. Sendo Licenciada em Geografia, a curiosidade foi aguçada para perceber quais eram as causas que condicionavam as transformações desses lugares.

Para entender as questões primordiais dessa situação foram realizadas pesquisas, bibliográfica e exploratória com o intuito de conhecer e entender como se dava o processo de reapropriação da natureza, evidenciando a reinvenção da natureza pelo capital. Posteriormente, para compreender o que levava pessoas a investirem em terrenos localizados em povoados do Semiárido Brasileiro.

Levantados alguns apontamentos, os quais serão expostos no capítulo 3, foi possível o entendimento, compreensão e interpretação do objetivo: Compreender como os processos dinâmicos decorrentes do ecoturismo e dos loteamentos rurais estão sendo percebidos pelo Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires, tomando como referência a disciplina geografia, em Itaitu, Jacobina-Bahia.

Este distrito está potencializado por agregar o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires - CCFP, uma instituição de ensino público localizado no distrito de Itaitu, Jacobina-BA.

O CCFP é a única instituição escolar no distrito, por isso, atende um público diversificado, compreendido por crianças, adolescentes, jovens e adultos, desse distrito, e de outros povoados dos municípios vizinhos, Miguel Calmon e Serrolândia. Esse colégio oferta a educação básica; a educação na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do

Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC). O público compreende aos alunos matriculados na creche, pré-escola, no ensino fundamental, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano); EJA e Educação Especial. Uma circunstância que sinaliza como um espaço muito propício para pesquisas, pois crianças, adolescentes, jovens e adultos estão em processo de aprendizagem.

O distrito de Itaitu passa por um processo de transformação, que requer uma análise interdisciplinar, científica em torno das intervenções importantes (ecoturismo e loteamentos rurais). Essas intervenções adentram Itaitu, um distrito localizado no campo do Semiárido Brasileiro, que se distingue dos demais distritos, no mesmo território e município. Fruto de uma natureza exuberante, cujas características climáticas, de fauna e de flora destoam das características comumente atribuídas aos campos desse território, semiárido.

Daí a necessidade de compreender como os processos dinâmicos decorrentes do ecoturismo e dos loteamentos rurais estão sendo percebidos pelo CCFP, tomando como referência a disciplina geografia.

Entender como o ensino de geografia contribui com a compreensão de questões contemporâneas, a partir da percepção dos educandos (as) e educadores (as) desse território é imprescindível, pois o levantamento das práticas educativas pode evidenciar ou não a visibilidade do colégio pelos povos que lá vivem e pelas pessoas que passaram a frequentar Itaitu.

Evidenciar, através da pesquisa científica, esse território distinto, que agrega dinâmicas contemporâneas globais, como a reinvenção da natureza no Semiárido, corroborará com estudos ao Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Territórios Semiáridos (PPGESA), sobretudo na linha de pesquisa da Educação Contextualizada, pois mostra a diversidade que existe dentro de um mesmo território.

O colégio está localizado no território rural de Jacobina, uma área com natureza exuberante. Um fator que chama a atenção de pessoas dos diversos setores que compõe a sociedade. Por esse motivo, esse lugar, está em constante transformação, e vem agregando características que o distingue da maior parte dos campos localizados no Semiárido Brasileiro.

As características mencionadas reportam-se ao ecoturismo que dinamiza o território e condiciona a reapropriação da natureza sob a lógica do capital, através da exploração comercial dos loteamentos rurais.

As transformações modificam a paisagem, e evidenciam o surgimento de diversos loteamentos, um segmento econômico que há anos segregam as periferias das cidades e que cada vez mais veemente chega ao campo. Um campo que não possui mais as mesmas

características que o descreviam no passado, como espaço parado no tempo, atrasado em consideração ao uso de técnicas e cujos sujeitos eram representados pelo *Jeca Tatu*¹ (RODRIGUES; RODRIGUES, 2009).

O ecoturismo e os loteamentos rurais são processos ascendentes e contemporâneos que além de modificar a paisagem, dinamizam substancialmente o território e as relações sociais do lugar, imprimindo nesse, a reinvenção da natureza sob a lógica do capital.

O capítulo 2 traz o método de abordagem da pesquisa- a dialética, o materialismo histórico dialético como modo de compreensão da realidade da Vila.

No capítulo 3, foi realizada uma pesquisa exploratória com o intuito de conhecer e vivenciar a realidade histórica de Itaitú. Na sequência foi realizada pesquisa bibliográfica para caracterizar esse território da Vila de Itaitú. A categoria de análise território é apresentado nesse capítulo e na sequência o ecoturismo na Vila.

No capítulo 4 a abordagem traz o entendimento epistemológico da ciência geográfica; segue com a análise de alguns documentos publicados, como a BNCC, o Currículo Bahia e o Projeto Político Pedagógico do CCFP (2011). O objetivo foi entender como as leis, base, normas e princípios trazem a organização escolar, os princípios da educação e a base que norteia o ensino de geografia, esse capítulo traz também uma abordagem geral, histórica do Colégio Crescenciano.

O capítulo 5, produzido após a coleta de dados, a transcrição das entrevistas na íntegra, e após análise dos dados, trará abordagens sobre as percepções coletivas e interpretações dos dados em torno da visibilidade do colégio. O último capítulo, o 6, busca evidenciar como é trabalhado, em sala de aula, os assuntos que estimulam pensar as dinâmicas que transformam o território, onde o discente vive, por meio do ensino da geografia.

Nas considerações finais, é apresentado todo o processo para alcançar os objetivos; evidenciou-se as dificuldades encontradas para a realização das entrevistas, por conta da pandemia pelo COVID-19 e também trouxe os resultados inéditos.

¹ Figura criada pelo autor Monteiro Lobato, no qual representava um pobre caboclo que morava no mato, longe da civilização, numa casinha de sape. Vivía na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia e de vários filhinhos pálidos e tristes. Para conhecer mais: <https://www.infoescola.com/biografias/jeca-tatu/>.

2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O percurso metodológico visa orientar, detalhadamente, os caminhos trilhados pelo pesquisador para alcançar os objetivos propostos. Assim, o propósito desse capítulo é detalhar as escolhas (método, metodologias, ferramentas e técnicas de obtenção e análise de dados etc.) utilizadas para chegar aos resultados alcançados.

O percurso metodológico será apresentado no subcapítulo 2.1, nele, serão retomados os objetivos da pesquisa com intuito de lembrar os propósitos apresentados. Ainda nesse subcapítulo apresentamos os métodos e técnicas adotados para coleta e análise de dados, instrumentos imprescindíveis na pesquisa científica.

No subcapítulo 2.2 detalhamos outras técnicas de pesquisa complementares, também utilizadas, para que haja aproximação mais fidedigna com o objeto de estudo. Essas técnicas são necessárias por tratar-se de uma pesquisa um tanto complexa, que parte do contexto, ou seja, da análise geográfica do entorno do CCFP, para se chegar ao objeto de estudo da pesquisa, o ensino de geografia no colégio. Aqui será apresentado também o número de entrevistados e as descrições deles.

O subcapítulo 2.3, vai apresentar o método adotado, a dialética, que parte da ideia de que o mundo deve ser considerado um processo em constante movimento, e não um complexo de coisas acabadas. Os teóricos consultados para embasar esse assunto foram, sobretudo, Demo (2007) e Trivinos (2009). Esses comungam com as ideias de que só se trata dialeticamente aquilo que está imbuído de historicidade. Essa abordagem será ampliada no subcapítulo 2.4, que traz orientações de pesquisa nesse método.

O último subcapítulo (2.5) trará as pretensões para validação dos dados, pois sabe-se que há a necessidade de validação, triangulação, plausibilidade, por exemplo, dos dados para se confirmar a cientificidade. Diante desse conhecimento, buscou-se metodologias científicas para análise dos dados obtidos e esses serão apresentados nesse subcapítulo.

2.1 APRESENTANDO O PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos fazem parte de uma etapa imprescindível na pesquisa, pois devem comportar as escolhas mais adequadas para se chegar aos objetivos propostos.

A autora Fagundes (2009, p. 45), descreve que:

Metodologia pode ser então definida como a organização ou a sistematização de um conjunto de técnicas ou procedimentos de coleta para obtenção de informações ou dados. Assim definida, a metodologia é o caminho a ser seguido para obter os dados da pesquisa. Como tal, deve ser coerente com o campo epistemológico e com o(s) método(s).

Esta dissertação com o título “A contextualização do ensino de geografia em face da reorganização e uso do território de Itaitu, Jacobina – Bahia”, resultou do enfoque com a abordagem qualitativa que é entendida como “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2016, p. 37). Desse modo, evidencia-se a adequação desse paradigma com o pretendido, pois é através da compreensão dos processos que desencadeiam a reorganização do território que se investigará como o ensino de geografia, no ensino fundamental II, trabalha essas questões contemporâneas, do contexto, do colégio *locus* da pesquisa.

A escolha metodológica foi o estudo de caso, por mostra-se mais eficaz para alcançar o objetivo proposto, que visa compreender como os processos dinâmicos decorrentes do ecoturismo e dos loteamentos rurais estão sendo percebidos pela disciplina Geografia no CCFP, em Itaitu, Jacobina-Bahia. Um fenômeno particular, que desencadeia questões e emerge problemas práticos do dia a dia (ANDRÉ, 2008).

A vantagem do estudo de caso é o fato do pesquisador não partir “de um esquema teórico fechado que limite suas interpretações e impeça a descoberta de novas relações, mas faça novas descobertas e acrescente aspectos novos à problemática, apresenta uma contraface que precisa ser aqui mencionada” (ANDRÉ, 2008, p. 35).

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: A observação, entrevistas, análise de documentos, gravações e anotações de campo, essas serão detalhadas no capítulo 5.

2.2 TÉCNICAS DE PESQUISAS COMPLEMENTARES

Para alcançar os objetivos, diversas técnicas foram adotadas. A pesquisa bibliográfica que “[...] fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos” (GIL, 2010, p.3). O mesmo autor classifica esse tipo de pesquisa da seguinte forma “livros (de leitura corrente; de referência); publicações periódicas (jornais, revistas) e impressos diversos” (*Op. Cit.*, p.03), que corroborem com a temática pesquisada,

como os livros e publicações periódicas. Esses materiais bibliográficos foram obtidos em diversas fontes, como materiais digitalizados, disponíveis na *internet*; livros disponíveis na Biblioteca Pública Municipal Afonso Costa e em bibliotecas de universidades públicas, como da Universidade do Estado da Bahia, campus III e IV, Juazeiro e Jacobina, respectivamente.

A entrevista, segundo o propósito da pesquisa, foi do tipo semiestruturada, na modalidade focalizada, que corresponde àquela “quando há um roteiro de tópicos relativos ao problema a ser estudado e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser, sobre razões, motivos, esclarecimentos” (MARCONE; LAKATOS, 2011, p. 281).

Essa técnica contou com a participação daquelas pessoas que possuem ou possuíram experiências práticas com o objeto de pesquisa (GIL, 2002), discriminado na tabela 01 abaixo:

Tabela 1 - Descrição dos entrevistados da pesquisa².

OS ENTREVISTADOS		
CLASSIFICAÇÃO	REPRESENTA	QUANTIDADE
Moradores nativos	Residem há mais de 40 anos em Itaitu	06
Autoridades de Itaitu	Vereadores	02
Associação Assistencial Comunitária de Itaitu	Presidente e vice-presidente	02
Guias turísticos de Itaitu	Representa a transformação do território	02
Donos de loteamentos	Representa a reorganização do território	02
Novos Moradores	Representa a transformação do território	02
Secretário de Educação	Gestor da Educação Municipal	01
Coordenador Pedagógico	Responsável pela execução do Currículo Escolar	01
Professoras de Geografia	Atuantes nessa disciplina no Colégio	02
Representantes do Colégio ontem	02- Moradores que viram a criação e consolidação do Colégio;	05

² Com intuito de preservar o anonimato dos colaboradores da pesquisa, ou seja, os entrevistados, foi atribuído nomes fictícios (Mineral, Tropical, Cítricos, Floral, Lírio, Manzana, Piedra, Jazmin, Lima, Mandarina e Naranja). Tratam-se de aromas primários, que segundo a pesquisadora, remete aos aromas exalados na Vila de Itaitu.

	03- Alunos veteranos	
Representantes escolares	01-diretor; 01-vice-diretor e 02-professores aposentados	04
Discentes do Colégio hoje	Alunos regulares do Ensino Fundamental II	20
Total		49

Fonte: Matos, pesquisa de campo, 2019.

A entrevista deve ser um diálogo espontâneo, porém profundo, aberto, cuidadoso, descartando perguntas muito diretas [...]. Nas entrevistas podem-se usar diversas ferramentas, a fim de conseguir informações importantes e valer-se de gravações, anotações, fotos, computadores, para registrar os dados (MARCONE; LAKATOS, 2011, p. 273).

A observação qualitativa ou observação de campo, direta ou participante, refere-se a uma técnica que possui o objetivo de explorar e descrever ambientes (*Op. cit.*, p. 274). “A observação qualitativa implica em conhecer e aprofundar as situações sociais mantendo uma reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações.” (*Op. cit.*, p. 274).

Essa pesquisa teve como *lôcus* o CCFP, sendo o ensino de geografia o objeto de estudo. Assim, partiu da investigação dos processos de uso e reorganização do território em Itaitu, a partir do ecoturismo e dos loteamentos rurais. Posteriormente foi identificado se o CCFP estava inserido nesse processo de reorganização a partir do ensino de geografia. Finalizou com a apreensão das possibilidades de contextualização do ensino de geografia com base nos princípios da educação geográfica.

O estudo de campo ou estudo do meio visou evidenciar a natureza de um microclima dentro do clima semiárido; a dinâmica territorial de Itaitu que foi mudado interferindo na paisagem à medida que vai surgindo novos imóveis residenciais e comerciais (setor de hotelaria, restaurantes, bares etc.).

A pesquisa documental “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.” (GIL, 2010, p. 30). Foram consideradas fontes documentais os textos escritos em papel, os digitalizados; “os documentos eletrônicos disponíveis sob os mais diversos formatos. [...] constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento” (*Op. cit.*, p. 31). Tratou-se de um importante e necessário método de pesquisa para evidenciar os acontecimentos pretéritos

que desencadearam a criação do Colégio no tempo e espaço, para evidenciar a visibilidade deste, no período de sua criação. Para alcançar êxito, na pesquisa documental, fizemos uso de materiais dos arquivos públicos do CCFP e do Arquivo Público Municipal de Jacobina.

O método de pesquisa narrativo foi adotado, por ser o método que melhor se aproximou da escrita adotada no texto. Esse método segundo Clandinin e Connelly (2015), exige que o pesquisador contemple a temporalidade, ou seja o contexto no decorrer do tempo e do espaço, o lugar, a partir dos aspectos pessoais e sociais apresentados com base nas experiências e das histórias de vida dos participantes da pesquisa com o objeto.

2.3 MÉTODO FILOSÓFICO DA PESQUISA: A DIALÉTICA DOS CONTRÁRIOS.

Essa pesquisa se ancora no método filosófico dialético, materialismo dialético, de análise e compreensão da sociedade, partindo da concepção de Marx e Engels (1995). Esses autores concebe o sujeito como inserido no contexto real, constituído das relações históricas estabelecidas a partir das interações com o contexto da realidade.

Conforme a perspectiva desse método, cuja base se alicerça no confronto de ideias, em que as antigas se processam em novos pensamentos, e surgem a partir daí tensões entre os modos de pensar. Essas novas tensões estabelecidas entre a afirmação e negação levam a uma posição superior às duas anteriores, mas contendo as ideias que levaram ao confronto, e por fim chega-se à negação da negação. George Fredrich Hegel (1770-1831) vai denominar a sequência descrita de estágios, sendo esses, tese, antítese e a síntese. Segundo esse autor, a verdade será encontrada no todo, sendo assim, o erro estará em tudo aquilo que não seja considerado totalidade.

Autores contemporâneos como Demo (2007), Trivinos (2009), Miorin (1991) e Sposito (2004)³ estudam esse método e ambos apresentam as leis básicas da dialética: a transformação da quantidade em qualidade; a unidade e interpretação dos contrários e a negação da negação. Esta interação universal “Tem como princípio a ideia de que o mundo não pode ser considerado

³ MIORIN, V. M. F. Uma abordagem dialético-materialista para a organização do espaço. Geografia, Londrina, v. 6, p. 07-54, 1991.

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E. ; MIRANDA, M. ; EGLER, C. A. Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2010. p. 347-359.

um complexo de coisas acabadas, mas de processos em que as coisas e os reflexos delas estão em constante movimento.” (BECKER, 2005, p. 53).

Outros autores apresentam o método dialético por meio da reflexão comandada por atitudes: radical, crítica e totalizante. (*Op. Cit.*, p. 54). Apesar disso, as discussões não serão aprofundadas por esse viés, mas por meio das ideias dos autores Demo (2007) e Trivinos (2009).

Demo (2007, p. 88) traz que, no método dialético [...] a realidade social é movida igualmente por condições subjetivas, que não são nem maiores, nem menores.

Segundo o autor esse método engloba fenômenos históricos, sobretudo no concernente aos processos históricos de mudança. O horizonte da historicidade é o *locus* da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico.

Para ele, os aspectos formativos históricos são sempre dinâmicos, e encontram-se nas unidades dos contrários, ou seja, gera dentro de si as condições de aparecimento da nova fase. Prevalendo nesse método o sentido da totalidade. “Toda formação histórica está sempre em transição, o que supõe visão intrinsecamente dinâmica da realidade social, no sentido da produtividade histórica.” [...] “aportam formações inovadoras, nas quais predomina o novo sobre o velho.” (*Op. Cit.*, p.90-91)

Ainda segundo esse autor “Não haveria, assim, sentido em aplicar a dialética para algo que não fosse histórico, ou que não estivesse embebido de historicidade.” (p.91). Para aprofundamento desse entendimento, Demo vai apresentar também o conceito de antítese como sendo a alma do método dialético. Nesse sentido, “Quer dizer que toda realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação.” (*Op. Cit.*, p. 91).

Assim, denota que o conflito social é estrutura e alimento que desencadeia a antítese, desse modo, “a dialética corresponde também a uma tradição cultural típica, habituada a dicotomizar binariamente, mas não deixa de corresponder a fenômenos centrais da realidade, como a polarização, que sempre se dá entre dois polos”. (*Op. Cit.*, p. 93)

Assim, a dialética coloca a unidade dos contrários porque repelem-se, porque um necessita do outro e vice-versa. A realidade social é condicionada, não determinada, essa será formada por condições objetivas e condições subjetivas. A objetiva refere-se àquelas dadas externamente ao homem, sem sua opção própria, como exemplo das riquezas naturais. A subjetiva trata-se daquelas dependentes da opção humana, como a capacidade de construir parte da história.

Ambas as condições, objetivas e subjetivas, aproximam-se da dimensão quantitativa e qualitativa da realidade social, como componente de um todo. As quantidades estão dadas, é objetivo e o ponto de partida. Mas a dimensão qualitativa é conquistada pelo próprio homem, trata-se da capacidade política de agir e de influenciar o quadro objetivo, como forma de torná-lo favorável. Ambas podem coibir como reforçar a outra, a posição vai depender do momento histórico. “As realidades sociais não são apenas complexas; são sobretudo complexidades polarizadas. São campo magnetizado, onde qualquer presença provoca ação e reação, e mesmo a ausência é maneira de polarizar”. (*Op. Cit.*, p.97)

O autor Trivinos (2009) traz a abordagem dialética por meio do entendimento de materialismo dialético filosófico, cuja ideia materialista do mundo reconhece que a realidade existe independentemente da consciência. Baseia-se numa interpretação dialética do mundo. O pensar filosófico tem o objetivo principal de estudar as “leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento” (*Op. Cit.*, p.51), refletindo assim na consciência.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento [...] Ambas as raízes do pensar humano se unem para constituir, no materialismo dialético, uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade. (TRIVINOS, 2009, p.51)

O materialismo dialético é o estudo da teoria do conhecimento que condiciona a elaboração da lógica, capaz de mostrar como ocorre as transformações de formas matérias e como essas se modificam de formas inferiores para superiores.

Por matéria compreende-se uma categoria filosófica⁴ para designar a realidade objetiva, aquela que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, refletida, pelas nossas sensações, existindo independentemente delas. A matéria serve para caracterizar a realidade objetiva, existe independentemente das sensações.

A única propriedade da matéria cujo reconhecimento o materialismo filosófico está ligado é a propriedade de ser uma realidade objetiva, de existir fora da consciência.

A consciência, como apresentado por Trivinos (2009) “É um tipo de reflexo, a propriedade mais evoluída de reflexo, peculiar só a matéria altamente organizada [...] que existe na natureza, a do cérebro humano”. (p.62)

As ideias do materialismo dialético resultaram na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade. Assim, o materialismo histórico esclarece conceitos

⁴ Lênin define: “Categoria Filosófica”: Relação do homem com o mundo.

como ser social, “consciência social”, “meios de produção”, “forças produtivas”, “relações de produção”, “modo de produção” (*Op. Cit.*, p.52). Relações e forças não se separam.

A concepção materialista apresentada por Trivinos parte de três concepções, a materialidade do mundo; a matéria é anterior à consciência e o mundo é conhecível. Segundo o autor, “[...] o materialismo dialético não é só uma dimensão ontológica⁵, mas também gnosiológica⁶, já que estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas.” (p. 52).

Como apresentado por Demo (2007), Trivinos (2009) também apresenta a contradição como categoria essencial do materialismo dialético, essa apresentando-se na realidade objetiva. A lei fundamental também é a unidade de luta dos contrários. A lei da contradição representado na interação entre os aspectos opostos. Trivinos distingue tipos de contradição (interiores e exteriores; essenciais e não-essenciais; fundamentais e não-fundamentais, principais e acessórias).

Para esse autor, as categorias do materialismo dialético são a matéria, a consciência e a prática social. Sendo que o problema fundamental da filosofia é a ligação entre a matéria e a ideia, circunstância que originam duas preocupações. O da prioridade e o da cognoscibilidade do mundo e envolve questão ontológica e uma interrogativa gnosiológica.

Trivinos (2009) traz Engels para apresentar as leis da dialética, segundo apresentado são três: Lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa; Lei da interpenetração dos contrários e a Lei da negação da negação. (p. 65). Essas serão retomadas, com intuito de apresenta-las mais profundamente.

Em relação a Lei da Contradição, “Não é possível, por exemplo, conceber a existência da burguesia sem a presença do proletariado [...] Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários.” (*Op. Cit.*, p.69). É a contradição fonte do movimento, da transformação dos fenômenos. “Dialeticamente, tanto na unidade como na luta existe movimento.” (*Op. Cit.*, p.69) “O materialismo dialético reconhece que a contradição é uma forma universal do ser. Por isso, esta Lei da Unidade e da Luta dos Contrários constitui a essência da dialética.” (*Op. Cit.*, p.70).

⁵ Ontológica: Adj. Relativo À ontologia, ao ramo da metafísica que busca analisar o que existe no mundo, a natureza do ser e a realidade... Que é digno de ser lembrado memorável ou notável: acontecimento antológico; discurso ontológico. Fonte: Dicionário online de português.

⁶ Gnosiológica: Teoria do conhecimento humano; teoria que se volta para uma análise reflexiva acerca da origem, natureza e essência da ação cognitiva, do ato de conhecer, do conhecimento humano.

Na Lei da negação da negação, é sabido das relações existentes entre o antigo e o novo para o processo dos fenômenos. Essa lei ainda se divide em dois tipos, a dialética, baseada na evolução; estuda todas as classes de movimento, tais como o desenvolvimento, a regressão e o movimento circular. O segundo tipo é denominado metafísico ou não dialético, esse tipo de negação não considera a evolução, apenas a regressão e o movimento circular.

2.4 ORIENTAÇÕES DE PESQUISA NO MÉTODO DIALÉTICO.

Trivinos (2009) apresenta orientações para o conhecimento do objeto, na busca de contemplar a realidade do fenômeno, ou seja, as sensações, percepções e as representações.

Segundo o autor, inicia-se pela realização das primeiras reuniões de materiais, de informações, por meio essencialmente das observações e análise de documentos (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos etc.), seguido da identificação das principais características do objeto, como a delimitação do fenômeno e captação do objeto em sua qualidade geral. Nessa primeira etapa o objeto apresenta-se como é, como o que representa, com seu significado para a sociedade. Deve-se verificar tanto as informações recolhidas quanto as observações realizadas na captura da qualidade geral do objeto.

Para a análise do fenômeno, o autor traz, que deve haver a penetração na dimensão abstrata do mesmo, para isso:

1. Observam-se os elementos ou partes que o integram;
2. Estabelecem-se as relações sócio-históricas do fenômeno;
3. Elaboram-se juízos, raciocínios, conceitos sobre o objeto;
4. Apreciam-se a situação no tempo e no espaço;
5. Determinam-se estatisticamente a amostragem que representa as circunstâncias nas quais se apresenta a realidade do fenômeno;
6. Fixam-se os tratamentos estatísticos no tratamento dos dados;
7. Elaboram-se e aplicam-se diferentes tipos de instrumentos para reunir informações (questionários, entrevistas, observações e etc.);
8. Determinam-se os traços quantitativos do fenômeno.

O materialismo dialético levanta como critério de verdade a prática social e possui como categorias: a matéria, a consciência e a prática social. Deveras, os pesquisadores perceberem instantaneamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma mais ampla que a evidenciada nos dados quantitativos.

2.5 PRETENSÕES DE VALIDAÇÃO DOS DADOS

As propostas de investigação fazem uso de métodos, técnicas e tipos diversificados (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa empírica, dentre outras) para alcançar os dados necessários à pesquisa.

A validação, triangulação, plausibilidade, dentre outros, na pesquisa qualitativa devem ser confirmadas através da cientificidade. Para isso, há a necessidade de buscar metodologias científicas para análise dos dados obtidos. A pesquisa bibliográfica, desenvolvida ao longo da pesquisa, deu-se a partir do tema escolhido, do problema de pesquisa e dos conceitos apresentados pertinentes à pesquisa.

O material bibliográfico foi “garimpado”, fazendo-se levantamentos de todas, ou da maioria, das obras já produzidas, buscou descobrir em qual fase encontrava-se pesquisas sobre o tema. A leitura foi classificada em cinco tipos (leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica, leitura interpretativa, tomada de apontamentos e fichamento), realizado considerando o processo da pesquisa, ou seja, a fase em que se encontra (GIL, 2010, p. 59). A leitura analítica, por exemplo, possui a finalidade de ordenar e resumir as informações, a partir de quatro momentos: leitura integral da obra ou do texto selecionado; identificação das ideias chave; hierarquização das ideias e sintetização das ideias (*Op. Cit.*, 2010, p. 60).

Na pesquisa documental, a análise dos dados deu-se pela análise do conteúdo. “Esta técnica, que foi empregada originalmente em pesquisas sobre o conteúdo de jornais, visa descrever de forma objetiva, sistemática e qualitativa o conteúdo manifesto da comunicação” (GIL, 2010, p. 67). Há vários delineamentos para fazer análise dos conteúdos, que segundo Gil pode ser um estudo descritivo; análise normativa e análises transversais, por exemplo.

Os procedimentos analíticos variam conforme o delineamento adotado, Gil traz alguns passos para o processo de análise e interpretação dos resultados: Definição dos objetivos ou hipóteses; constituição de um quadro de referência; seleção dos documentos a serem analisados; construção de um sistema de categorias e de indicadores; definição de unidades de análise; definição de regras de enumeração; teste de validade e de fidedignidade; tratamento e interpretações dos dados.

Em relação aos dados primários, considera-se que grande quantidade de material (páginas de transcrição de entrevistas; fotos; anotações de diário de campo; registros diversos e fotografias) estarão à disposição do pesquisador para tratamento e análise, um desafio, que deve categoricamente ser organizado de modo a receber uma classificação (temas, subtemas,

ordem de coleta, autores relevantes dentre outras formas) que melhor represente os dados para facilitar a busca, quando necessário (PATTON, 1990).

O método utilizado para análise e interpretação dos dados foi a hermenêutica dialética. Esse método foi escolhido por que é capaz de interagir dialogicamente com o objeto de pesquisa, para Minayo (2008) a hermenêutica penetra no passado buscando a tradição, o outro, o diferente, enquanto a dialética parte daquilo que é contrário, enfatiza a diferença, a ruptura do sentido, juntas compensa a limitação um do outro, numa integração dialógica e crítica.

Após deflagração da pandemia pelo COVID-19 novas estratégias tiveram de ser adotadas com intuito de viabilizar a continuação da pesquisa. Como o CCFP teve de ser fechado, atendendo às orientações determinadas pela Organização Mundial da Saúde, o quantitativo de colaboradores foi revisto e extinguiu-se os discentes (20) e mais 16 pessoas.

Foram realizadas entrevistas com 13 colaboradores, doze desses pessoalmente, em dias e locais diferentes. Apenas uma foi realizada por meio de intermediação tecnológica, *online*, através do *Google Meet*. A primeira entrevista foi concedida no dia 3 de novembro de 2020, em Jacobina pelo representante da Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte (ASPAAF) e a última entrevista foi concedida no dia 7 de novembro do mesmo ano, pelo gestor do Parque Estadual das Sete Passagens (PESP), no local da área que dá acesso à trilha da Cachoeira Arapongas. As demais entrevistas foram realizadas na mesma semana, na Vila.

A técnica de análise de documentos aliada à técnica de análise bibliográfica, possibilitaram o conhecimento do passado, no que refere à investigação dos processos históricos que constituíram a educação em Itaitu. Essas técnicas foram utilizadas com o intuito de agregar conhecimento científico aos dados obtidos a partir da entrevista semiestruturada.

A entrevista semiestruturada aliada a observação de campo permitiu compreender as dinâmicas decorrentes do ecoturismo e dos loteamentos rurais, que vem transformando o território de Itaitu, além de responder se o CCFP percebe as transformações do território.

Ambos, entrevista semiestruturada e observação de campo possuíam instrumentos e diferentes técnicas, como os roteiros, caso da entrevista semiestruturada, os quais conduziam o pesquisador, no campo de pesquisa, a alcançar os objetivos.

O uso dessas técnicas, e sobretudo, o da entrevista semiestruturada, permitiu evidenciar a fidedignidade da realidade empírica e alcançar os objetivos.

Apesar da redução no número de entrevistados e da não observação das aulas de geografia, por conta do fechamento das escolas devido à pandemia por COVID-19, considera-se que os objetivos foram alcançados, pois conseguiu-se chegar aos colaboradores que

compõem as quatro diferentes categorias, necessárias para alcançar os objetivos, essas correspondem a: i) Representantes do Meio Ambiente; ii) Moradores da Vila de Itaitu; iii) Representantes do CCFP; e, iv) Dono de loteamento.

Foram produzidos quatro roteiros de entrevistas, cada categoria possuía roteiro próprio (conforme anexo nos apêndices), mas havia perguntas em comum. Apesar do roteiro, à medida que surgiam dúvidas essas eram sanadas com perguntas extras. Todas as entrevistas foram gravadas em celular, com apoio do diário de bordo. Em seguida, foi realizada a transcrição na íntegra, essas transcrições foram salvas em documentos nomeados por categoria, no computador.

A categoria I, foi constituída pelos Representantes do Meio ambiente, formado por pessoas que possuem conhecimento técnico, portanto mais detalhado sobre o meio ambiente, sobretudo em torno das áreas das cachoeiras e seu entorno. Nesse caso, o gestor do PESP e membro do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), representante da ASPAFF e Condutor Ambiental da Associação de Condutores Ambiental e Guias de Itaitu (ACAGI), já que se trata dos colaboradores envolvidos diretamente com as questões ambientais, responsáveis pelas ações direcionadas às áreas da UC e em seu entorno.

A categoria II, num total de cinco moradores, referiu-se aos nativos da Vila (Total de 04: Agente Comunitária de Saúde, 46 anos; dona de casa, 64 anos; Comerciante, 36 anos; moradora casada com um nativo, há 28 anos reside em Itaitu, 59 anos) e uma nova moradora, o critério mínimo de inclusão é de morar a mais de 25 anos na Vila. Esse critério foi modificado por conta da Pandemia por COVID-19, visto que os idosos, ou seja, aqueles que viviam há mais de 40 anos em Itaitu faziam parte do grupo de risco. A nova moradora deveria atender ao critério, morar há mais de 2 anos na Vila.

Os critérios foram estabelecidos com o objetivo de obter relatos de vivência histórica e de mudança, a partir das experiências e observações destes, do lugar que exercem ação.

A categoria III foi constituída por quatro colaboradores ligados diretamente com o CCFP. Representados por dois docentes, uma docente aposentada e uma ex-aluna. O critério de inclusão dos docentes a ser considerado é que deveria lecionar a disciplina geografia e o outro ser gestor. A professora aposentada corresponde à pessoa que vivenciou a criação do CCFP, com possibilidades de relatar como foi o processo de implantação do CCFP na Vila. O outro deveria ser um ex-aluno (a) do CCFP, sem determinação de faixa etária, gênero ou idade.

A categoria IV foi constituída por apenas um colaborador, representado por dono de loteamento, o critério é que fosse um dono de loteamento, mas nesse caso foi um nativo em

posse de muitos hectares de terra. O objetivo foi entender a relação do loteamento com a preservação ambiental.

Na pesquisa qualitativa vale mais a qualidade e relevância dos dados do que a quantidade de informantes, assim o quantitativo de 13 colaboradores é muito representativo se esses trouxerem informações importantes e valiosas para a pesquisa. Diante do número de entrevistados, cada informação foi levada em consideração não necessitando, portanto, de definição de saturação teórica, que refere ao fato de, em se tratando de um número grande de entrevistados, esses não fornecerem elementos novos, que possam aprofundar a teoria, constatando a obtenção de dados suficientes, desprezando-se os excedentes. (FONTANELLA *et al*, 2011).

A análise dos dados das entrevistas semiestruturadas seguiu a trajetória metodológica da seguinte forma: categorização dos dados; classificação dos dados por categorias (I, II, III e IV); classificação dos dados por temática (Percepções em torno do Crescenciano e o CCFP e as dinâmicas territoriais: um colégio ativo ou passivo).

A interpretação dos dados foi realizada de acordo com cada categoria, mas haviam perguntas relacionadas ao colégio comum a todas os colaboradores, essas também receberam tratamento de análise e interpretação de dados, em conjunto, agrupadas às temáticas. O resultado foi exposto por meio de relatos, gráficos 1 e 2, mapas, tabelas e figuras. A etapa final de análise de dados preocupa-se com a triangulação dos materiais coletados (empírico e do referencial teórico). Nessa técnica de triangulação dos dados, em pesquisa qualitativa, se faz através do uso de diversas técnicas de coleta de dados como os dados coletados na entrevista semiestruturada e na observação de campo, acrescentando as contribuições dos autores, as divergências e convergências e as experiências da pesquisadora.

3. ITAITU: DE VILA À REIVENÇÃO DA NATUREZA

Hino a Jacobina

Rodeada de serras majestosas
 Dos Payayás herdamos Jacobina
 A mais linda terra entre as formosas
 Na encosta da Chapada Diamantina

Tua história de fatos trepidantes
 De civismo, grandeza e tradição
 Glória aos bravos bandeirantes
 Que te fizeram “Rainha do Sertão”
 Aos missionários dedicados
 Nosso preito de eterna gratidão
 Pelos seus feitos denodados
 A prova é a igreja da missão

Rodeada de serras majestosas
 Dos Payayás herdamos Jacobina
 A mais linda terra entre as formosas
 Na encosta da Chapada Diamantina

Tuas serras, teus rios unidos
 Encerram em profusão toda riqueza
 Teus bravos filhos destemidos
 Em luta pela tua grandeza
 Nós nos ufanamos com ardor
 Por Jacobina nobre e senhoril
 Que a todos recebe com amor
 Pedaco da Bahia e do Brasil

Rodeada de serras majestosas
 Dos Payayás herdamos Jacobina
 A mais linda terra entre as formosas
 Na encosta da Chapada Diamantina

Poema: Doracy Araújo Lemos.
 Música: Amado Honorato de Oliveira

Esse capítulo apresentar as condições físicas naturais do distrito de Itaitu, como forma de situar, o leitor, em relação às características peculiares que torna esse lugar distinto dentre outros municípios localizados na mesma região semiárida.

Itaitu está localizado no município de Jacobina, no estado da Bahia, Semiárido Brasileiro. Um município que compõe outras regionalizações, como o Piemonte da Diamantina e a Chapada Diamantina, distintas. Essas regionalizações serão expostas em mapas, inéditos, organizados pela autora, vistos como necessários por possibilitar melhor visualização geográfica das áreas mencionadas.

Apresentará também, as questões em torno das transformações do lugar, uma dinâmica que surge da reinvenção da natureza que atrai pessoas para a prática do ecoturismo. Esse setor passa a ser o fator que desencadeia a procura por imóveis no lugar, uma circunstância que condiciona a vinda de empreendimentos imobiliários para o distrito de Itaitu, denominados aqui de loteamentos rurais.

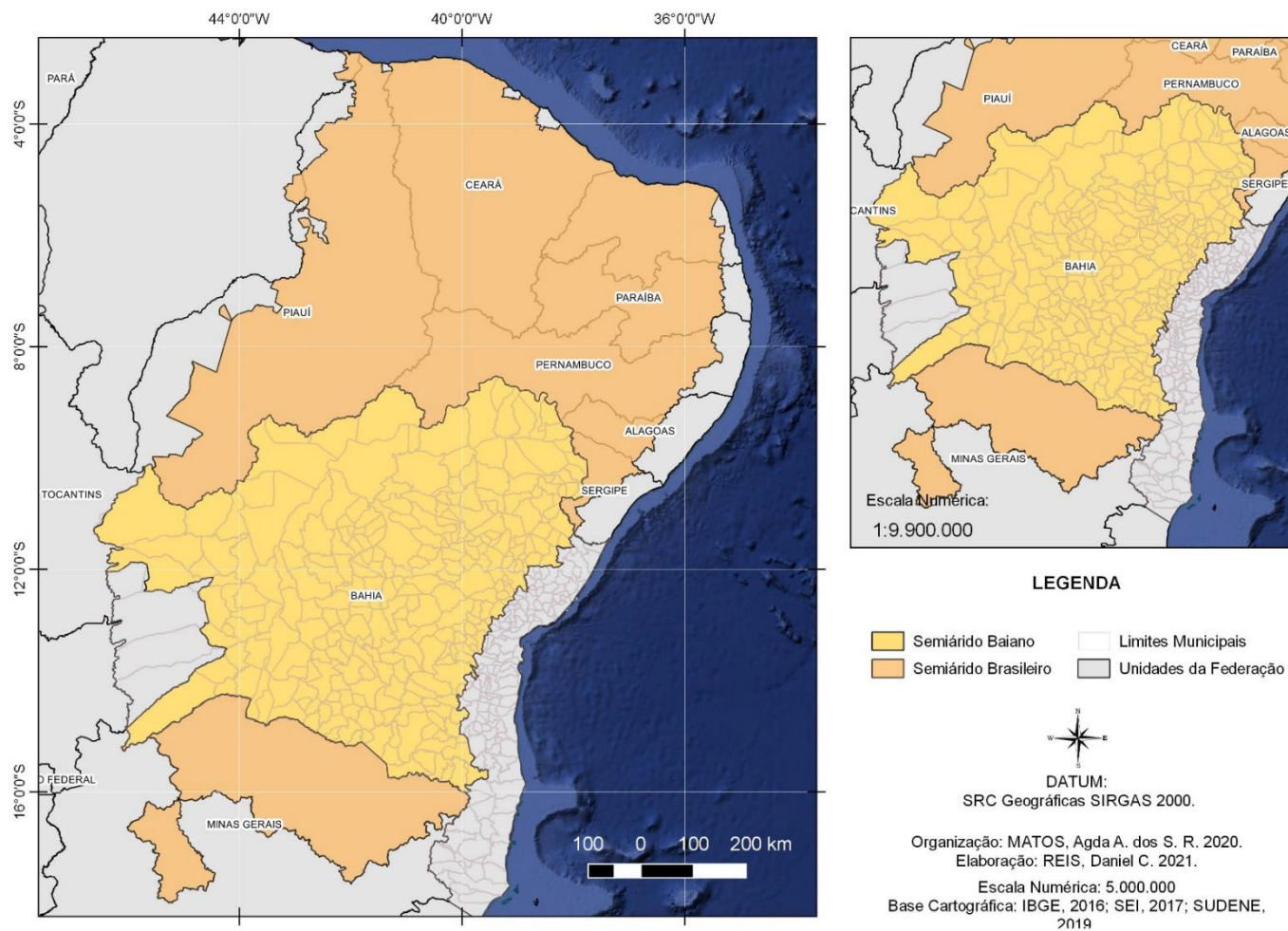
Essa discussão, será enriquecida pela pesquisa exploratória e bibliográfica, que evidencia uma dicotomia acentuada, pois de um lado a relação da conservação ambiental e os nativos e do outro o desenvolvimento e a chegada de moradores externos que acarreta a (DES) organização do espaço.

3.1 DELIMITANDO O SEMIÁRIDO VASTO E DIVERSIFICADO

O Semiárido Brasileiro (mapa 1) é formado por características únicas que unem ecossistema e clima muito específico, uma região que possui domínio inteiramente superposto por uma província fitogeográfica - as caatingas, que se compõem por padrões fisionômicos e florísticos variados (BRASIL, 2017). Trata-se de um ecossistema exclusivamente brasileiro e ocupa cerca de 70% da região nordeste.

O nome caatinga é de origem tupi-guarani e significa mata/floresta branca, trata-se de plantas xerófilas, aquelas adaptadas à escassez de água. (BRASIL, 2020). Essa representação é uma característica marcante da caatinga, tendo como referência o período não chuvoso (de seca), em que se generalizava sem considerar o vasto e diversificado Semiárido Brasileiro.

Mapa 1 - Mapa da Região Semiárida Brasileira.



Fonte: Matos, Agda (Org); Reis, Daniel (Elaboração), 2020.

A delimitação da região semiárida, não deve mais utilizar aquela considerada no Polígono das secas, na delimitação legal⁷, por isso, nesse trabalho, adotou-se como fonte de dados o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semi-árido Nordeste e do Polígono das Secas, Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2017).

O Grupo Interministerial de Trabalho⁸ estudou cinco propostas institucionais com possíveis alternativas de critérios para inclusão na região semiárida, sendo estas:

1. Índice de Aridez de Thornthwite, de 1941;
2. Fator de Risco de Ocorrência de Seca;
3. Unidades Geossistêmicas;
4. Isoieta de 800mm;
5. Percentual Diário de Déficit Hídrico.

Desses cinco critérios apresentados, apenas três foram considerados e são utilizados atualmente:

- a) Precipitação média anual de 800 mm;
- b) Índice de aridez de Thornthwite de até 0,5;
- c) *Déficit* hídrico diário superior a 60%.

Em relação ao índice de aridez, considera-se que:

Como a semi-aridez é uma qualidade do clima, fenômeno estrutural por natureza, convém considerar, para os cálculos dos indicadores, séries temporais de dados de aproximadamente 30 anos, como recomenda a Organização Mundial de Climatologia, para se evitar ou, no mínimo, reduzir, no cálculo das médias, possíveis distorções produzidas por eventuais fenômenos meteorológicos (conjunturais). (BRASIL, 2017, p. 24)

Diante das informações apresentadas, é importante mencionar que essa delimitação não é fixa, podendo ser redelimitada, ou seja, sofrer alterações quanto à inclusão ou exclusão de municípios, e isso pode/deve ocorrer, por meio de estudo, a cada dez anos.

A área correspondente ao Semiárido Brasileiro é de 1.128.697 km², do espaço brasileiro. Os municípios inseridos correspondem a 1.262. (BRASIL, 2017)

⁷ Grupo de Trabalho para Delimitação do Semiárido: Recomenda-se, também, não utilizar mais o Polígono das Secas como instrumento legal de delimitação de áreas do Nordeste sujeitas às secas, uma vez que após a criação da Região Semi-árida, pela Lei Federal n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, a delimitação anterior perdeu o sentido.

⁸ Art. 3° Serão convidados a participar do Grupo de Trabalho os seguintes órgãos, que poderão indicar cada um, seus representantes, titular e suplente: I - Ministério do Meio Ambiente – MMA; II - Agência Nacional de Águas – ANA; III - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; IV - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; V - Instituto Nacional do Semiárido - INSA; VI - Instituto Nacional de Meteorologia – INMET; VII – Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB.

O Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, reconhece a diversidade do semiárido nordestino, e compartimenta-o em sete Grandes Unidades Geossistêmicas: Depressão Sertaneja; Planaltos Sedimentares; Planalto da Borborema; Planaltos com Coberturas Calcárias; Maciços Serranos Residuais; Chapada Diamantina e Encostas do Planalto Baiano e Tabuleiros Pré-Litorâneos e parte da Planície Costeira. A Unidade Chapada Diamantina será foco dessa pesquisa (subcapítulo 3.2.1), por ser composta dentre outros municípios o de Jacobina onde Itaitú está localizado.

A região semiárida é uma teia de fatores naturais complexos, que une variados e diversificados sistemas, esses sistemas são os resultados da dinâmica que gera transformação no lugar e imprime nessa sua historicidade.

Os fatores naturais aliados aos sociais, culturais (ideológicos) imprimem história, e essa história nunca se finda no período contado, pelo contrário, ela estimula ações, e essas ações ora preservam a história, quando favorável à maioria que está no poder, ora ultrapassam-na mais rapidamente, o que ocorre com mais frequência. A pressa tem sinônimo de luta, de indignação, de incômodo e de ferida aberta, sendo assim, a cicatrização é buscada sem devaneios.

Retornar ao século XX, período da invenção político/midiática do Nordeste é imprescindível.

No período dessa organização do espaço, determinada pelos fatores naturais (ecossistema e clima), a natureza era considerada inóspita e seus habitantes eram considerados pobres, sem cultura, analfabetos e sofrendores, devido sobretudo, à falta de água. Por isso, a necessidade de programas para o “desenvolvimento” do Nordeste, uma ideia que prevalecia nos discursos dos políticos da época. Nesses discursos, propagava-se a ideia de territórios e gentes incapazes de prosperar devido às condições climáticas existentes. Essas condições eram vistas como fatores que prejudicavam o desenvolvimento da região Nordeste. (ALBUQUERQUE JR., 1999)

A seca passa a ser condição para intervenções estatais e criação de diversos programas; passando de fenômeno natural a um instrumento político para alianças e consolidação de elites nordestinas. O discurso que prevalecia era “o mito da necessidade”, uma apropriação político-ideológico do imaginário das secas, correção hídrica e “combate às secas”. (CARVALHO, 2012)

Daí nasceram alguns programas do governo, como o polígono das secas⁹, porém, as ações políticas não passavam de intervenções de cunho emergencial, pontuais e

⁹ O Polígono das Secas foi criado em 7 de janeiro de 1936, pela Lei 175/36 e em 14 de setembro de 1946, foi traçada pelo Decreto-Lei nº 9.857 e pela Constituição de 1946, Art. 198, Parágrafos 1º e 2º com um plano de defesa

descontextualizadas, o que favoreciam aos políticos nordestinos, uma circunstância que ficou conhecida como a “indústria das secas”. (Op., Cit., 2012)

Optou-se por referenciar os autores Durval Muniz de Albuquerque Jr. e Luzineide Dourado Carvalho, por serem pesquisadores da mesma linha apresentada, Carvalho, o qual retrata esse espaço a partir da hostilidade da natureza semiárida no século XX, período em que predominava a dicotomia entre a sociedade e a natureza até as novas correntes da “descoberta” valorativa do natural. Um avanço epistêmico possível graças às contribuições da pesquisadora Maria Geralda de Almeida, a qual traz contribuições imprescindíveis para o entendimento da reinvenção da natureza. Albuquerque Jr, pelo legado deixado a partir de sua tese de doutorado, que culminou no livro “A Invenção do nordeste e outras artes”, de 1999.

As populações do Semiárido Brasileiro, cansadas dos estereótipos atribuídos a tudo e todos que aqui vivem vão à luta. Essas populações (pesquisadores das universidades públicas; movimentos sociais e do campo; ONGS, Instituições filantrópicas, dentre outros), se articularam desde a modernidade para contrariar as ideias hegemônicas sobre o semiárido.

Daí surge a reinvenção da natureza, no semiárido, cuja base se concretiza na ressignificação das coisas naturais, a partir das características históricas, e nesse sentido a sociedade é incluída como parte e produto da natureza. A concretização mais forte disso foi a transmuta da ideia de “Combate à seca” para a de “Convivência com o semiárido”. Haja vista que:

A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também podem unir-se horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais. (SANTOS, 2014, p. 143)

Um fato que vai na contramão. Nesse sentido, a convivência com o semiárido, parte de intervenções que sai da singularidade do combate, que dissociava o homem da natureza e imprimia nesse o poder de acabar com um fenômeno, para uma pluralidade que parte da visão do homem como integrante da natureza e segue com novas possibilidades de intervenção a partir do reconhecimento de dois períodos, essenciais, da seca e do verde/ do não chuvoso e do chuvoso, cujas técnicas, pesquisas e ações partem desse princípio para prosperar.

Cada lugar vai adquirir aspectos particulares, que condicionará a reinvenção da natureza, não se trata de algo encontrado em um livro, como receita pronta, de encaminhamento

contra as secas anômalas do Nordeste. Abrangendo uma área de 947.150 km², inserida nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. (<https://www.infoescola.com/geografia/poligono-das-secas/>)

de ações, para o lugar adquirir formato de reinvenção, as dinâmicas históricas do lugar é a responsável pelas transformações que vai surgindo e essas determinam a reinvenção, uma discussão que vai ganhar força no subcapítulo 3.4.

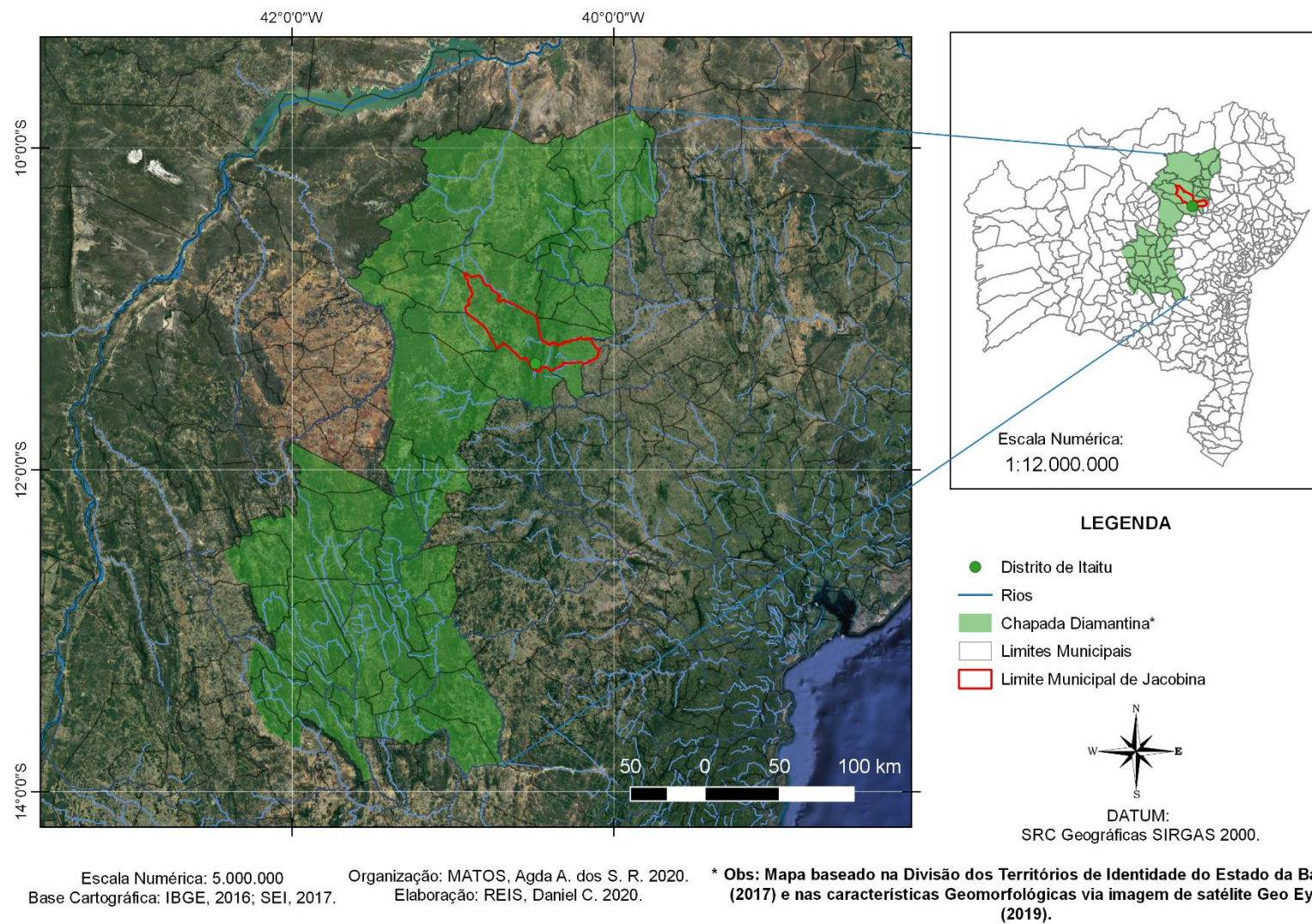
3.2 A CHAPADA DIAMANTINA

A Grande Unidade Geossistêmica denominada Chapada Diamantina fica localizado no Estado da Bahia, as demais unidades estão distribuídas entre os estados que compõe a região Semiárida Brasileira.

A Chapada Diamantina (Mapa 2) é uma regionalização que engloba Jacobina e Itaitu, naturalmente.

Essa regionalização é imprescindível para o entendimento dos fatores naturais, que torna a Vila um lugar distinto entre os demais distritos, do próprio município e de outros municípios do semiárido. Uma circunstância que chama a atenção de muitas pessoas inclusive pesquisadores.

Mapa 2 - Mapa da Chapada Diamantina.



Fonte: Matos, Agda (Org); Reis, Daniel (Elaboração), 2020.

A Chapada Diamantina corresponde à porção baiana dentro do complexo de vegetação da Cadeia do Espinhaço, alguns autores denominam-na de Serra do Espinhaço ou Cordilheira do Espinhaço. Ambas as nomenclaturas se referem à única cordilheira do Brasil, segundo o Instituto de Observação da Terra (INOT), essa cordilheira, que possui uma extensão maior que 1.000 km, situa seu início em Altamira, distrito de Nova União, em Minas Gerais e finda no norte da Chapada Diamantina, no estado da Bahia. (RIBEIRO, 2015)

Devido às condições climáticas impostas pela altitude, as montanhas em geral tendem a possuir uma comunidade biológica diferente do seu entorno. As montanhas que compõem a Serra do Espinhaço possuem muito mais afinidades biológicas com as outras montanhas da América do Sul do que com as áreas mais baixas em seu entorno. (INOT, 2015, p.?)

Outra característica importante da Cadeia do Espinhaço reporta-se ao bioma. No sul representado pela porção de Minas Gerais e a leste desta, o bioma que predomina é o de Mata Atlântica; a oeste, há a predominância do Cerrado. A sua totalidade é composta pelo bioma denominado Campos Rupestres, um dos mais ricos ecossistemas montanhosos do mundo (INOT, 2015).

Os Campos Rupestres incluem formações herbáceo-arbustivas associadas a solos litólicos, predominantemente quartzíticos. Inseridos nos biomas do Cerrado e das Caatingas, são frequentemente entremeados por matas ciliares e eventualmente salpicados de ilhas de capão. Ocorrem em altitudes a partir de 900 m, ocupando de maneira disjunta as regiões mais elevadas do Espinhaço, desde o norte da Chapada Diamantina, na Bahia, até a Serra de Ouro Branco, em Minas Gerais. (RAPINI *et al.* 2008, p. 16)

A norte, correspondente ao estado da Bahia, a Serra do Espinhaço ganha características do ecossistema Caatinga¹⁰.

A alta diversidade beta¹¹, dos campos rupestres, parece estar relacionada à sua distribuição descontínua ao longo do Espinhaço às heterogeneidades macroespaciais (altitudinal, topográfica e latitudinal) e microespaciais (edáficas e microclimáticas).

O município de Jacobina é “cortado” pela Serra do Espinhaço. Itaitu está localizado em sua encosta.

A Cadeia do Espinhaço encontra-se dividida em várias serras, entre elas, as Serras de Jacobina, integrante da borda oriental da Chapada Diamantina (Giulietti *et al.* 1997). Além da riqueza de espécies, as florestas dessas regiões variam consideravelmente em composição e estrutura, como resposta às condições geo-climáticas, muitas vezes resultando em uma grande heterogeneidade de fitofisionomias em áreas florestais

¹⁰ O nome Caatinga surgiu do tupi-guarani e significa “floresta branca”. A vegetação desenvolveu mecanismos para sobreviver em períodos de estiagens extremas. Há três estratos de vegetação: arbóreo (de 8 a 12 cm de altura); arbustivo (de 2 a 5 metros de altura) e herbáceo (a baixo de 2 metros de altura). Corresponde as plantas que adaptam-se às secas; possuem espinhos; gemas subterrâneas e a capacidade de soltarem suas folhas. Segundo a Embrapa, a caatinga apresenta cerca de 1.981 espécies de plantas. Exemplo dessas espécies: Cactos- mandacaru e xique-xique; as Bromélias- macambira e as Leguminosas- catingueira. (EMBRAPA, 2004)

¹¹ Corresponde à vegetação exclusiva desse lugar, resultado das composições naturais que só existe ali. Fonte: (RAPINI *et al.*, 2008)

relativamente pequenas (ie.: Giulietti & Pirani 1988, Harley 1995, Zappi et al. 2003, Zappi 2008). (SOUSA; BAUTISTA; JARDIM, 2013, p.290)

As condições apresentadas evidenciam a heterogeneidade presente no Semiárido Brasileiro. Nesse caso, resultado de uma composição única de um fenômeno natural que somente ocorre nos territórios que compõe a Serra do Espinhaço.

Itaitu se insere nessa formação da Serra do Espinhaço, um fato que a torna divergente das características naturais presentes nos demais distritos do próprio município de Jacobina e da região semiárida brasileira.

A paisagem é deslumbrante, formada por serras, que “escondem” diversas cachoeiras, a vegetação privilegiada, abriga árvores que se fecham na copa tornando as trilhas agradáveis devido à formação de sombras e de temperaturas mais amenas.

3.2.1 Condições naturais do Piemonte da Diamantina

As condições climáticas são apresentadas com intuito de evidenciar os fatores que contribuem para a formação natural existente em Itaitu. Um ecossistema favorável ao ecoturismo, no Semiárido Brasileiro.

O Piemonte da Diamantina faz parte da área de abrangência da região denominada semiárida¹², com precipitação média de 650 mm anual. O clima árido ocorre entre o noroeste de Jacobina e o leste de Umburanas, já o clima subúmido a seco abrange uma porção da faixa leste, englobando uma área úmida a subúmida, com temperatura média em torno dos 22,4 °C (SEI, 1999).

Em relação às bacias hidrográficas, esse território é composto das bacias do São Francisco, do Itapicuru e do Paraguaçu. A rede hidrográfica é mais adensada nas bacias do Itapicuru e do Paraguaçu, com a presença ainda de grotas e lagoas.

Os principais rios são: o Rio das Pedras, o Itapicuru-açu, o Jacuípe, o Paiaia e o Vereda da Tábua ou Rio Salitre. Inseridos parcial ou completamente no território, seis açudes são os espelhos d'água mais importantes da área: França (Miguel Calmon), Pedras Altas (Caém e Jacobina), Itapicurú (Pindobaçu e Saúde), Rio do Peixe (Capim Grosso), São José do Jacuípe e Serrote (ambos em Serrolândia) (Op. Cit, 1999).

¹² Foi criada a partir da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Predominam no Território de Identidade (TI) os solos do tipo Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelho-Amarelos. Ocorrem ainda Argissolos, Neossolos e Planossolos, sendo que as melhores aptidões para lavouras estão nos Cambissolos Háplicos (em Jacobina e Mirangaba), especialmente para cultivos que necessitem de pouca água (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013). A caatinga é do tipo arbórea e arbustiva. Há contato caatinga-floresta estacional e cerrado-floresta. A vegetação secundária forma a paisagem vegetacional do território. (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013)

Há tensão ecológica nos contatos cerrado-floresta e caatinga-floresta estacional, no entorno da serra de Jacobina. Nessa mesma serra, há também a ocorrência de refúgio ecológico montano (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013).

A Baixada do Rio Salitre, na porção oeste do território, é a formação de relevo mais expressiva da área e está inserida na bacia do Rio São Francisco. A menor altimetria é registrada nos Tabuleiros Interioranos, entre 200 m e 400 m, na porção leste, e no Patamar Colinoso de Tapiramutá (Miguel Calmon e Jacobina), entre 300 m e 600 m. A serra de Jacobina e as serras setentrionais (porção noroeste) são as áreas mais altas, podendo chegar a 1.000 m e 1.200 m, respectivamente (BRASIL, 1981; 1982; BAHIA, 2013).

3.3 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA VILA DE ITAITU

Antes de tudo, considera-se que o contexto em que o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires (CCFP) está inserido é o ponto de partida, pois “o todo é maior que a soma das partes” (DEMO, 2007, p. 93), não apenas por ser um determinante para a execução de ações institucionais, como planejamento de currículo e Projeto Político Pedagógico, por exemplo. Mas também por considerar fundamental, neste trabalho, a compreensão do todo, inicialmente, para em seguida chegar ao *locus* de pesquisa, no que concerne aos processos dinâmicos decorrentes do ecoturismo e dos loteamentos rurais a partir da percepção do CCFP através da disciplina geografia, o objeto de estudo. Por isso, optou-se por apresentar a localização e a descrição de algumas características geográficas, sobretudo naturais em detrimento das culturais, que são consideradas essenciais para a compreensão da realidade em torno do CCFP.

Itaitu (palavra que significa Pedra Grande) é um distrito/Vila¹³ rural, localizado à aproximadamente 24 Km do município de Jacobina, possui as coordenadas geográficas aproximadas de 11°11'8" latitude sul e 40°28'10" longitude oeste, (SOUZA; BARBOSA, 2005). Sua população é composta por 2.237 habitantes, segundo o censo demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Por distrito compreende-se à correspondente parte do território de um município que foi criado através de lei municipal e da participação popular. O Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) é responsável por delimitar a divisa do distrito administrativo, considerando entre outros fatores, os acidentes naturais, estabelecidos por meio da Lei Complementar nº 651/90.

Esse distrito, por meio do município de Jacobina, integra o Território de Identidade denominado Piemonte da Diamantina. Essa denominação surge da regionalização dos Territórios de Identidade (TI), adotado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).¹⁴

O Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia tem como objetivo elaborar uma caracterização socioeconômica e ambiental dos territórios de identidade da Bahia (TI), tentando identificar suas principais potencialidades e vulnerabilidades. Trata-se de um esforço para conjugar as informações de cada TI para atender à demanda dos municípios e subsidiar o planejamento estadual. (SEI, 2018, p. ?¹⁵)

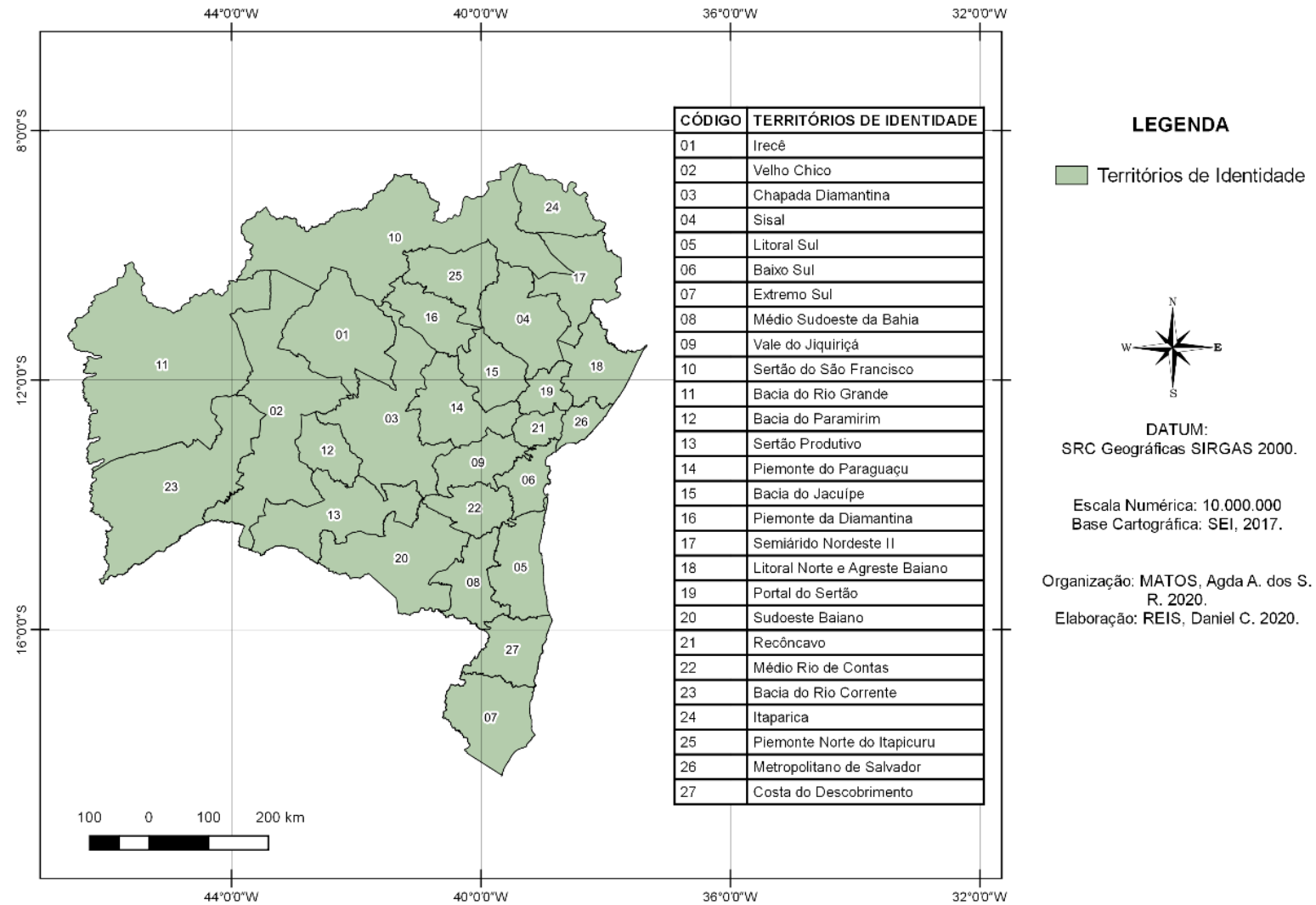
A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), lançou no dia 10 de maio de 2018, às 09:40 horas, a publicação do último volume (3) retratando os Territórios de Identidade da Bahia. Esse terceiro volume apresenta nove TI: Semiárido Nordeste, Itaparica, Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Irecê, Velho Chico, Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente. (Mapa 3).

¹³ No Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. No Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila. No Parágrafo único. No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

¹⁴ Instituído através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007 e consolidada na contemporaneidade pela Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015. O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento.

¹⁵ Quando a página estiver seguida de uma interrogação, trata-se de informações obtidas em sites, onde não consta número de página. Nesse caso, pode-se ler o texto na íntegra por meio do endereço eletrônico: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284. Os demais, estarão contidos nas referências.

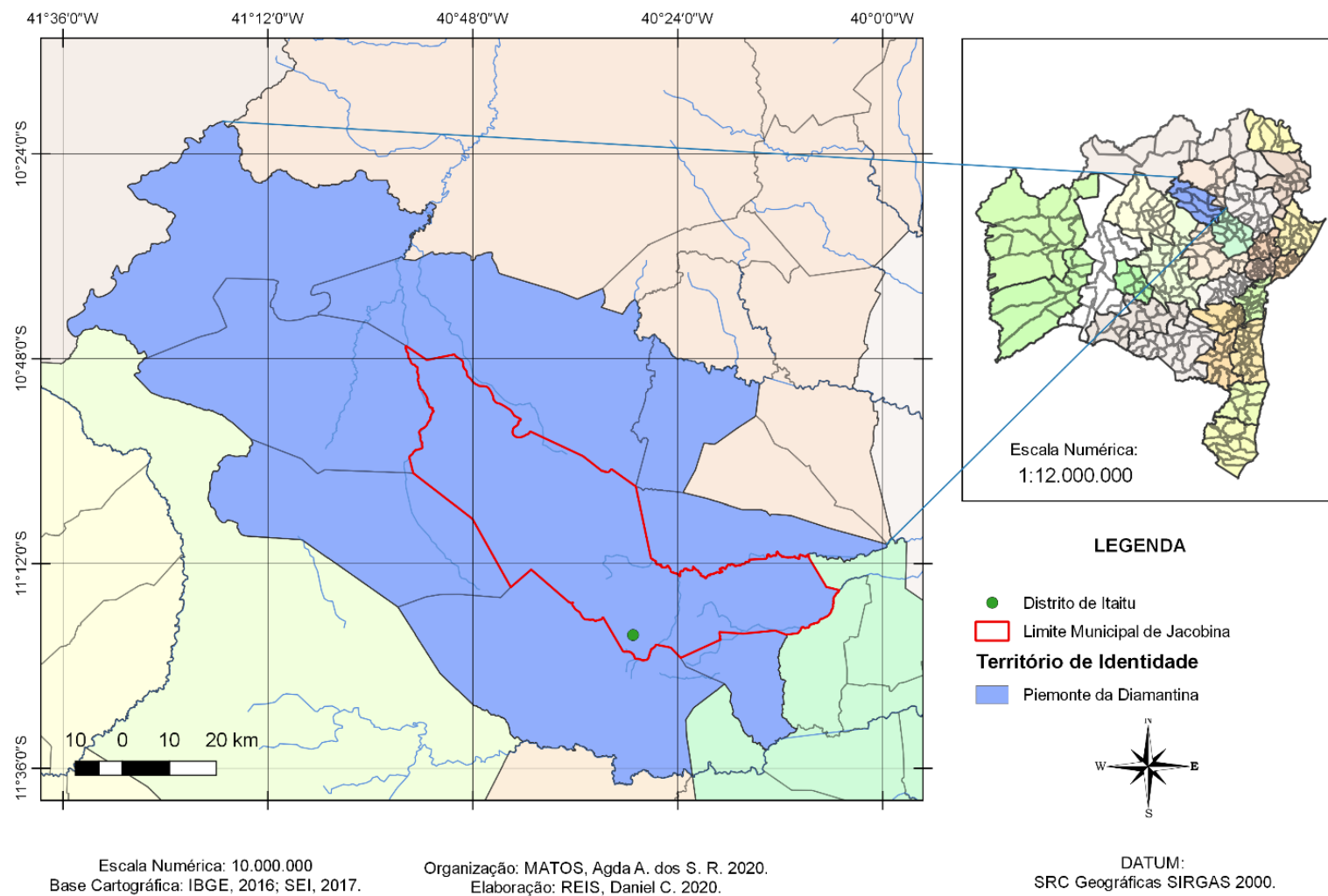
Mapa 3 – Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia.



Fonte: Matos, Agda (Org); Reis, Daniel (Elaboração), 2020.

O TI, Piemonte da Diamantina está localizado no Centro Norte Baiano, representado no mapa pela numeração dezesseis (16), sendo delimitado pelas coordenadas geográficas aproximadas de 10°20' a 11°38' de latitude sul e 39°51' a 41°30' de longitude oeste, a área corresponde a 11.660 Km², que corresponde a 25% do território estadual (IBGE, 2013). Esse território está composto por dez municípios (Mapa 4): Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

Mapa 4 – Mapa do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina (16).



Fonte: Matos, Agda (Org); Reis, Daniel (Elaboração), 2020.

Essa regionalização, Piemonte da Diamantina, é apresentada com o intuito de situar algumas potencialidades do município que integra a Vila de Itaitu a outros municípios, apesar de não corresponder em sua totalidade, favorecem no entendimento de características geográficas comuns, visto a compreensão de que na natureza há uma continuidade/descontinuidade, que aos poucos se modifica, não existindo rompimentos abruptos de biomas, por exemplo.

3.3.1 A economia no município de Jacobina e na Vila de Itaitu

O município de Jacobina possui o maior PIB dentre os demais municípios do TI Piemonte da Diamantina, é considerado um centro regional devido ao quantitativo de empresas instaladas; de instituições públicas e privadas; de lojas comerciais e de serviços. Souza e Barbosa (2005) acrescentam que esse município está situado na Microrregião Geográfica de Jacobina, cuja área territorial totaliza 2.319,825 Km². Essa extensão permite perceber a importância da cidade em termos regionais. (p.55), por isso, esse município é “sede da 16^o Região Administrativa e parte da extensa Área-Programa da Chapada Diamantina”. (Op. Cit., p.55).

Esses fatores atraem pessoas da região de influência (Caém, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Jacobina, Mairi, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Mundo Novo, Ouroândia, Piritiba, Quixabeira, São José do Jacuípe, Saúde, Serrolândia, Tapiramutá, Umburanas, Várzea Nova, Várzea do Poço e Várzea da Roça. (Op. Cit., p.55) e também de outros estados e até mesmo de outros países devido a sediar segmentos da economia externa, sobretudo por meio da extração do mineral ouro.

Destacam-se nesse cenário, instituições de ensino de nível técnico, cursos de línguas estrangeiras e instituições de nível superior. Há cinco faculdades privadas; duas instituições de línguas estrangeiras; um Instituto Federal Baiano – IFBA e a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, as duas últimas são instituições públicas, federal e estadual, respectivamente. Além de comércios de atacado e varejo e algumas mineradoras, destacando-se a Yamana Gold, empresa estrangeira de extração de ouro e outros minerais.

Esse município é composto por dezenas de povoados e quatro distritos, Caatinga do Moura, Itaitu, Itapeipú e Junco¹⁶. Desses distritos, Itaitu [...] “considerado o 1^o Distrito de

¹⁶Informações Geográficas de Jacobina-BA. Disponível em:<<http://www.jacobina.ba.io.org.br/informacoesGeograficas>>. Acesso em 11 de Abril de 2019.

Jacobina” (LEMOS, 2013), será aquele que receberá atenção, nesse trabalho, por vir apresentando dinâmicas que não são comumente atribuídas aos lugares localizados no campo do Semiárido Brasileiro.

A economia na Vila de Itaitu também gira em torno dos setores público e privado. O setor público é a esfera da economia protagonizado pelo estado, este gerencia, distribui e redistribui aos municípios as verbas destinadas à criação e à manutenção, por exemplo, da educação, a sanidade, a segurança social, por exemplo¹⁷. Sendo assim, corresponde àquelas instituições e serviços prestados à população da Vila.

Há mais de dois séculos esse setor era composto apenas por cartório e correios (Sá, 2009, p. 29). Atualmente existe a Casa de Cultura Pedro José da Silva, a Instituição escolar Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires, Posto Policial e Unidade Básica de Saúde¹⁸. Evidenciando que há atenção por parte do poder público municipal para com a Vila.

Em relação ao setor privado, a economia no Riachão de Jacobina, atualmente Itaitu, já foi muito relevante, a ponto de concentrar o movimento econômico do município de Jacobina, [...] “com a produção e venda de alimentos básicos, centro de abastecimento com diversas culturas, desde o plantio de cana, subsídio para a produção de rapadura e cachaça, ao feijão, milho, arroz, mandioca, verduras e frutas, entre os quais destaca-se a banana”. (SÁ, 2009, p. 29)

No livro intitulado *Jacobina, sua história e sua gente*, a autora Lemos (2013), retrata a economia desse distrito como essencialmente agrícola, de subsistência como: cana-de-açúcar; para fabricar a rapadura; arroz; feijão; milho; verduras diversificadas; frutas, como: a banana, laranja, jaca, abacate e a goiaba. O arroz, assim como a cana-de-açúcar eram produzidos nas partes baixas das chamadas vazantes.

Segundo a autora, o comércio local era ativo, tinha várias lojas que vendiam tecidos, havia também farmácia, e a feira livre, essa continha mantimentos necessários para completar a necessidade da população. Tinha engenhos, esses produziam rapadura e vendiam para outros locais como o município de Jacobina. (*Op. Cit.*, 2012)

No período da produção desse livro, a autora já percebia o potencial de Itaitu para o turismo, e fazia previsões em relação à economia “Itaitu poderá ser um polo turístico pelo potencial dessa queda d’água belíssima, podendo ser ali construído um balneário. Deverá

¹⁷ Conceito de Setor público. Disponível em:< <https://queconceito.com.br/setor-publico>>. Acesso em 04 de Janeiro de 2020.

¹⁸ Cujá sede fica no povoado de Cachoeira Grande (Retomaremos esse assunto no último capítulo)

estimular o artesanato e as manifestações folclóricas próprias dessa história e secular comunidade”. (LEMOS, 2013, p. 137)

Como era previsível, Itaitu já atraía turistas por conta da paisagem natural e das cachoeiras, no entanto não havia aí preocupação com a preservação ambiental, isso por que traz como benefício a futura construção de um balneário. Atualmente, a economia é impulsionada pelo ecoturismo e pelas festas que ocorrem durante o ano todo. Uma iniciativa correspondente ao conjunto de atividades, em sua maioria econômica, que se constitui com a participação do setor público e privado.

Na Vila, essa iniciativa é protagonizada pelo comércio, composto por: açougue, bares, casas de temporada, hotéis, lojas, mercadinhos, padarias, pousadas e restaurantes, além de empreendimentos imobiliários.

Esse setor é responsável por empregar pessoas que moram na Vila e também por atrair investidores de outros lugares. Outro setor que gera renda e aumento do poder aquisitivo daqueles que enveredam por esse setor, é o comércio.

Em outra direção, menos rentável, encontram-se àqueles que continuam a trabalhar na agricultura familiar, para esses, o custo de vida subiu, diminuindo o poder de compra da cesta básica e impossibilitando a aquisição de terrenos e imóveis na Vila.

3.3.2 Rota de fuga: a Vila de Itaitu

Chegar na Vila de Itaitu é muito fácil, partindo de qualquer lugar se chega. Estando no Brasil, a melhor opção é pelas rodovias, pois o aeroporto mais próximo fica a cerca de 202,8 km, o Aeroporto Senador Nilo Coelho, localizado em Petrolina, no estado do Pernambuco.

A partir daí o tráfego somente é feito por rodovias, BR-407, BA-131, BR-130, BR-324 e BA-425. Chegando à BR 324 a sinalização vertical está padronizada à Sinalização de Orientação Turística, contendo os pictogramas dos Atrativos Turísticos Naturais com identificação de códigos, a exemplo, TNA-05¹⁹; Atrativos Históricos e Culturais, THC-07²⁰ e Áreas para Prática de Esporte, TAD-11²¹.

¹⁹ Significado: Cachoeiras e quedas de água.

²⁰ Conjunto de atrativos de interesse cultural abrangendo núcleos e centros históricos, rotas e circuitos culturais, reconhecidos como de interesse de preservação.

²¹ Local para prática de montanhismo.

A sinalização e códigos identificam um lugar com atrativos turísticos, nesse caso, o distrito de Itaitu, conhecido como Vila de Itaitu, pelos turistas, e por Riachão pela população nativa.

“E a paisagem tornou-se fluida” (MOREIRA, 2007, p. 66). As formas de organização do espaço modificaram. Uma dinâmica constante e talvez irreversível torna-se cada vez mais evidente, à medida que o tempo passa, também em Itaitu, onde o turista busca contemplar a natureza a partir das cachoeiras (Véu de Noiva, Esplendor do Sol, Serpente, Poço Encantado, Talhadeira, Frades, Poços do Sabiá, Arapongas e Pau Caído, mais visitadas), as trilhas (caminhos estreitos em meio à natureza) e a arquitetura antiga das casas, históricas, que deram início a novos processos de organização do território nesse lugar.

Atualmente encontramos em Itaitu muitas casas históricas de herança colonial, dentre elas destaca-se uma importante igreja localizada na Praça da Matriz, a Igreja Católica do Coração de Jesus construída no século XIX, mais especificamente no ano de 1810, segundo consta registro no interior da igreja. (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 29)

Para compreender essas questões, faz-se necessário apresentar quais são os entendimentos de lugar que esse trabalho se fundamenta. Para isso, a categoria geográfica lugar será apresentada, tomando como referência os conceitos dos autores Milton Santos, Stuart Hall, Ruy Moreira e Yi-Fu Tuan. A categoria território, que também norteia esse trabalho, será trazida no subcapítulo 3.4.1.

3.4 A REINVENÇÃO DA NATUREZA NA VILA DE ITAITU

A palavra reinventar remete à ideia de atribuir nova função àquilo que já existe. O Dicionário Online (s/d) traz que esse verbo, reinventar, significa tornar a inventar, recriar uma solução para um problema antigo, mas que exige uma nova abordagem; reelaborar.

Os novos olhares sobre a natureza renunciam às características de outrora, aproximadamente, final do século XX, cujas relações estavam voltadas para a exploração dessa, que era vista como recurso infinito e dissociada da sociedade.

A relação da cidade com o campo se dava por meio da agropecuária. Esse setor era responsável pelas transformações do campo, que ocorria com a chegada das indústrias e das técnicas avançadas. Aos poucos foi ocupando os territórios e direcionando a migração da população do campo para as cidades.

A partir do final do século XX e ganhando força no século XXI, a denominada crise ambiental, que expôs resultados negativos de ações antrópicas descompromissadas e do uso desenfreado dos recursos naturais, evidenciou uma relação insustentável.

Nesta perspectiva, a crise ambiental teria este sentido da “violência”, e aparece como um momento importante da nossa história, uma vez que ela cria uma ocasião ímpar de efetuar um retorno à socialização da natureza e apreender as dissonâncias entre a legitimação e a produção de ordem social existentes na contemporaneidade. Isto estimula a vertente comunicacional da modernidade e age indiretamente sobre a práxis social. (BRS, 2003, p.72)

Diante disso, uma nova corrente surge com a valorização do natural e “delineia-se uma vigorosa contracorrente impulsionada pela ‘descoberta’ valorativa do natural que, pelas características históricas, configura-se como uma reinvenção.” (ALMEIDA, 2004, p. 41)

Não se trata de novos produtos agropecuários, nem de industrializações e técnicas novas, mas de um olhar diferente para tudo aquilo que é natural. Nesse sentido, a autora Carvalho (2012), que aborda sobre a natureza, território e a reinvenção dessa, no semiárido, apresenta que a reinvenção nessa região semiárida é uma nova abordagem da semiaridez como favorável, no entanto nada muda em relação às apropriações pelo capital, que continua vendo natureza como recurso, evidenciando que as novas abordagens não passam de conveniência.

Apesar dessa visão dicotômica, ou seja, uma visão que vê a natureza, por exemplo, como recurso, e aquela que, a partir da denominada crise ambiental, impulsiona a reinvenção da natureza. Há de se considerar os contextos históricos, considerar outras formas de entendimento da natureza, dentro desse território onde surge.

Assim como na modernidade, na contemporaneidade a natureza também se reinventa pelo seu valor; no caso da caatinga, e em se tratando da área de pesquisa, a Vila de Itaitu, que está situado na encosta da Cordilheira do Espinhaço; possui uma alta diversidade beta; campos rupestres; composta por heterogeneidades macroespaciais (altitudinal, topográfica e latitudinal) e micro espaciais (edáficas e microclimáticas). Características ambientais que “suscitaram valorização diversas e até contraditórias na exploração, preservação e conservação.” (p. 72)

Assim, a Vila de Itaitu, com essas características ambientais que se distinguem daquelas comumente atribuídas aos territórios do Semiárido Brasileiro, torna-se uma área geopoliticamente estratégica, devido às características físicas naturais (paisagem, natureza exuberante, que comporta dezenas de cachoeiras) e além do valor sentimental, se insere como um lugar histórico permeado de saberes coletivos – memórias, ainda impressos na arquitetura de algumas casas localizadas na Praça da Matriz, praça da igreja, assim como a própria igreja. Desse modo, a Vila também se reinventa pelo seu valor. “O discurso da conservação das

espécies e da diversidade genética faz emergir outras leituras sobre a natureza, outros interesses e novos olhares valorativos.” (p. 73)

Na Vila não é diferente, e se antes a economia se voltava para a agricultura, ainda que familiar, atualmente se volta para o ecoturismo, e consigo todas as atividades que favorecem o bem-estar dos turistas.

No território de Itaitu, observa-se a reinvenção da natureza, por meio de sistemas econômicos alternativos em meio àquelas atividades tradicionais (pecuária intensiva, agricultura familiar, por exemplo).

A valorização do natural imprime um novo sentido à noção de natureza, um sentido mais totalizante, que considera o ser humano parte integrante dela. É nesse sentido que o ecoturismo reinventa a natureza, também na Vila de Itaitu, no semiárido baiano. [...] “o turismo ecológico, ecoturismo, turismo natural ou turismo em meio rural, não importa qual denominação, fortalece-se como um dos segmentos mais promissores da reinvenção da natureza” [...] (Op., Cit., 2004, p. 49).

Isso porque trata-se de uma relação de “respeito”, o ser humano passa a olhá-la como necessária para o equilíbrio do corpo e da mente. Aliado a isso, está a união de dois fatores determinantes, primeiro a ideia de cuidar para ter e o segundo é a busca dessa como necessária para manter o equilíbrio natural da vida.

E esse fato não é à toa, a crise ambiental ter exposto os malefícios para o corpo e para a mente (estresse diário; correria no dia a dia; conflitos de relações interpessoais; dores decorrentes do excesso de trabalho; problemas respiratórios decorrentes da poluição; tempo escasso para dedicação à família; alimentação de baixa qualidade e dentre outras cousas), daqueles que residem na área urbana, instiga a pensar num lugar oposto, o rural. Assim, nasce a corrente de valorização do natural, que privilegia o contato com a natureza, e essa passa de um recurso de extração a um recurso necessário a um modo de vida integrador.

Mesmo assim, essa visão é considerada de valores capitalistas, e por isso a necessidade de se discutir essa revalorização da natureza também no Semiárido Brasileiro.

A natureza se reinventa contemporaneamente pelo seu valor de recurso, principalmente econômico, espetáculo e/ ou exibição, ilustrado aqui pelo ecoturismo, no segmento de contacto com a natureza. O ecoturismo visa o consumo das coisas naturais, que, depois de dessacralizadas, objetivadas e manipuladas pela sociedade capitalista, reencantam-se com valores antológicos. Assim, o discurso da conservação das espécies e dos atrativos turísticos naturais faz emergir outras leituras sobre a natureza, outros interesses e novos olhares valorativos. (ALMEIDA, 2008, p. 79)

A reinvenção pode ser apropriada pelos diversos setores sociais, no caso de Itaitu, surge pela ideia de conservação ambiental, imbuída de todo imaginário em torno da conservação de

características de uma natureza primitiva, intocada, de exuberante paisagem e com quantitativo significativo e diversificado de recursos.

Essas características apresentadas acima atraem pessoas para contemplar esse lugar plural, uma ação que surgiu da valorização do natural a partir do final do século XX, como já mencionado. Os nativos criam juntamente com a população urbana formas de atrair pessoas e fazer a economia do lugar crescer, daí surgem as festas e tudo mais que aglomere pessoas nesse lugar.

Com a chegada das pessoas e o desejo de permanecer mais tempo nesse lugar, inicia-se a procura por imóveis, que gera especulação imobiliária, uma circunstância que atrai empresas externas para investir em terrenos, construindo imóveis, pousadas e loteamentos rurais, uma circunstância que se concretiza por meio da exploração dos recursos naturais desse lugar.

A valorização daquilo que é natural ganha força e torna-se o “carro chefe” das empresas imobiliárias, que propagam o bem-estar e a tranquilidade de se viver em meio à natureza, num campo, com as mesmas regalias da cidade.

A reinvenção da natureza se consolida assim, condicionada pela reapropriação da natureza sob a lógica do capital, através do ecoturismo que condiciona a venda de residências, pelos nativos, e os loteamentos rurais, nesse caso específico.

3.5 O TERRITÓRIO EM FACE DA REORGANIZAÇÃO E USO

Tomando como referência o geógrafo Milton Santos (2014), que concebe o território um híbrido, renova-se a noção histórica de território, antes tida como uma base intocada, desde a modernidade.

É a partir desse entendimento, que o autor incorpora, ao território, a noção de uso, objeto de análise social. O território por si só não configura nem comporta o conceito, necessitando de constantes revisões, pois não finda em uma descrição/ noção histórica, mas em uma constante e inacabada revisão histórica. O que permanece são os quadros de vida, cujo entendimento é fundamental para entender e fugir da alienação, é necessário para a continuidade do sentido da existência do ser individual e coletivo.

Entender o território, na contemporaneidade, significa ultrapassar a ideia que se tinha de comunhão individual de lugar com o universo, cujas técnicas, recursos e as necessidades eram satisfeitos por meio do lugar, a partir dos recursos e técnicas do próprio lugar. Para a ideia

de comunhão global dos lugares, Santos traz: “Em uma palavra: caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território”. (p. 137). Isso quer dizer, por exemplo, que as necessidades não findam única e exclusiva na produção do lugar, mas da articulação/união de etapas, de técnicas e de recursos diversos de outros lugares, que se compõem.

O termo “território”, sai de uma noção antiga e enfraquecida, “de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.” (SANTOS, 2014, p. 138). Antes, a escala da técnica se confundia com a escala política, na contemporaneidade essas escalas se distinguem e se distanciam.

Assim, Santos (2014) chama a atenção para o entendimento de que nem tudo assume as características do passado, nem também as características de “transnacionalizado”, pois não há controle sobre o território habitado, pois: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimos de espaço humano, espaço habitado.” (*Op. Cit.*, p. 138).

Outra grande contribuição, desse autor, nesse trabalho, são os novos recortes do território, as verticalidades e horizontalidades, em que no primeiro, trata-se daqueles lugares distantes uns dos outros, ligados, não pela continuidade territorial, mas “por todas as formas e processos sociais.” (*Op. Cit.*, p. 139). Já o segundo recorte, reporta-se àqueles domínios contíguos, que refere-se aos lugares próximos, numa continuidade territorial.

Ainda nesse sentido, é trazida a ideia de espaço banal em oposição ao de espaço em rede, esta como o resultado de uma realidade nova, que não comporta todos, mas alguns, que não comporta o espaço, mas apenas parte dele. Já aquela, como o espaço de todos, todo o espaço - o espaço banal. O território, na contemporaneidade seria os lugares que formam ambos, tanto o espaço contíguo quanto o espaço em rede, os mesmos lugares, com suas semelhanças e distinções.

É por meio dessa categoria que nosso trabalho pensará a Vila de Itaitu, um território, cujas formas e processos sociais encontram-se numa constante ascensão; hora assumindo as características do passado, que atrai os turistas, por exemplo. Hora assume as características de “transnacionalização”, com a incorporação de objetos e ações contemporâneos, condicionantes da transformação do território de Itaitu.

3.5.1 O ecoturismo na Vila de Itaitu

O ecoturismo e sua intensificação na Vila de Itaitu decorreu do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste- PRODETUR/NE-II, implantado na segunda etapa do PRODETUR (BA).

O Polo Turístico da Chapada Diamantina, já existente, passa a ganhar novo circuito - Circuito Chapada Norte, constituído por onze municípios²², dentre esses o município de Jacobina, onde fica localizada a Vila de Itaitu.

Este município integra ainda a Região Econômica 10- Piemonte da Diamantina (BRITO, 2005). Esse programa foi planejado, inicialmente, para o desenvolvimento do turismo histórico-cultural, Caminho Real, apostando na importância histórica desses lugares, para a formação do Brasil, iniciado desde o século XVIII. Azevedo (1956) vai chamar de expansão pastoril no sertão do nordeste.

[...], verdadeiras balizas do povoamento, as seguintes vilas do setecentismo: Lajes, Castro, Itapeva, Porto Feliz, Mogi-Mirim, Campanha, Itapeçerica (antigo arraial de São Bento do Tamanduá), Pitangui, Serro, Minas Novas, Jacobina, Senhor do Bonfim, Crato, Viçosa do Ceará e Monção. (p.42)

Apesar disso, um novo produto turístico foi desenvolvido, o ecoturismo (BRITO, 2005), um tipo de designação turística, inserido no conjunto de alternativas turísticas, a qual:

[...] surge e se impõe como uma ‘rotulação’ amplamente utilizada e, como tal, com sucesso, para expressar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente, este último, compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados juntamente com as culturas autóctones presentes em seu entorno. (PIRES, 1998, p. 76)

A ideia do que venha a ser o ecoturismo vai depender da função que exerce diante dos interesses dos variados setores: o *trade* turístico; a área governamental e os organismos oficiais ligados ao turismo; às organizações não governamentais da área ambiental e conservacionista; às populações residentes nos destinos potenciais; ao público turista e ao meio acadêmico, como classificado a cima por Pires (1998).

A Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo- EMBRATUR, da área governamental e dos organismos oficiais ligados ao turismo, conceitua ecoturismo da seguinte maneira “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência

²² Municípios: Campo Formoso, Saúde, Caém, Jacobina, Orolândia, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Piritiba, Bonito, Utinga e Wagner.

ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”. (BRASIL, 2010, p.19)

O Polo Turístico da Chapada Diamantina, Circuito Chapada Norte, dispõe de algumas áreas de preservação ambiental como o Parque Natural Municipal Das Macaqueiras/Parque Municipal Nilson Valois Coutinho (MENEZES *et al.*, 2005), em Jacobina, “Parque Das Cachoeiras formado pelos municípios de Jacobina, Saúde e Miguel Calmon, bem como o Parque Estadual das Sete Passagens (PESP)” (SÁ, 2009, p. 98) no município de Miguel Calmon. Além de abrigar Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), como a RPPN Maria Maria²³, localizada no povoado de Payaya, no município de Saúde.

Itaitu faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque das Cachoeiras, sua integração ocorreu em 2004 (uma circunstância descrita no livro, mas que nenhuma das pessoas entrevistadas, que são pessoas atuante dos grupos ambientais contemporâneos reconhecem), graças à parceria das “Prefeituras de Miguel Calmon, Saúde e Jacobina com o Governo do Estado”, com uma área de aproximadamente 250 Km², esse parque apresenta “mais de 55 quedas d’água e 10 poços, o projeto destaca a variedade aquífera da região, pondo em cheque o turismo ecológico.” (SÁ, 2009, p.104).

Segundo o projeto, os atrativos foram identificados, georeferenciados e mapeados, sendo agrupados em doze conjuntos de trilhas de visitação, com o objetivo de adequá-los à visitação pública de forma sustentável e segura. A maioria dos seus atrativos está situada no município de Jacobina, destacando-se o distrito de Itaitu [...]. (p.103)

O ecoturismo desenvolvido em Itaitu concentra-se na área de preservação ambiental do Parque das Cachoeiras, um fator que atrai turistas de diversos lugares, por se tratar do segmento turístico que mais cresce no mundo, uma circunstância que alia o meio ambiente à sustentabilidade, uma temática importante na atualidade.

Em meio ao estudo apresentado há questões que merecem aprofundamento, destacando-se nesse trabalho duas questões decorrentes do ecoturismo, o desenvolvimento local e a (DES) organização do espaço.

O desenvolvimento local decorrente do turismo, ecoturismo no caso de Itaitu, possui o objetivo, segundo o PRODETUR/NE-II, de “reforçar o caráter socioeconômico do turismo, através da melhoria da qualidade de vida das populações nos destinos turísticos” (BRITO, 2005, p. 155).

Sobre isso, os autores Santos, Oliveira e Souza (2012) apresentam outros benefícios (8):

²³ Reserva Particular do Patrimônio Natural. Lei 9985 de 18 de julho de 2000.

Proibido: Desmatar, fazer fogo, caçar, capturar animais silvestres, colher plantas, flores e frutos. Portaria ICMBIO: 255/2013. Protegida por Lei Federal.

1. Pressionar as autoridades locais a adotar medidas de planejamento;
2. Poder proporcionar a valorização do artesanato local;
3. Gerar renda;
4. Valorizar a herança cultural, tradições locais e o patrimônio histórico;
5. Elevar a oferta de empregos diretos e indiretos;
6. Possibilitar maior inserção e integração com o desenvolvimento local;
7. Implantar infraestrutura física e social;
8. Investir em capacitação dos moradores.

Em relação ao desenvolvimento local, a de se considerar que a palavra desenvolvimento implica dúbios significados. Uma terminologia cujo desnudamento evidencia a intenção verdadeira.

O desenvolvimento é, então, esse imenso movimento planetário de transformações das relações sociais, das reservas naturais, em capital financeiro pela vida do mercado mundial. A fim de chegar-se a esse resultado, foi necessário expropriar inumeráveis grupos e indivíduos de suas relações sociais, de suas redes interpessoais, de suas reservas, de seu saber local. O desenvolvimento, nesta ótica realista e não normativa, é antes de tudo uma relação social de dominação. (PERROT, 1994, p.194)

Itaitu passa por um crescimento significativo no comércio local, um setor que emprega; faz gerar renda e atrai investidores externos.

Mas na contramão desse processo encontra-se parte da população que continua a trabalhar da mesma forma de antes do ecoturismo, na agricultura familiar. Para esses, o custo de vida subiu e já é percebido na compra da cesta básica e na dificuldade em adquirir terreno e/ou imóveis em Itaitu.

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases[...]. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 1999, p. 9)

O ecoturismo na Vila de Itaitu atrai os “amantes da natureza” do município e de diversos lugares do Brasil.

A visita às cachoeiras da Vila nem sempre completa a saciedade e gera o desejo de possuir um “pedacinho de chão” ali. Um desejo que desencadeia a ambição de pessoas que possuem terras em torno do Parque das Cachoeiras, Serra do Espinhaço, para lotear as terras com o intuito de lucrar acima do valor de mercado.

A procura por casas, sítios, terrenos *etc.*, atrai empreendimentos externos e gera diversas questões.

A especulação imobiliária é, também, uma resultante que causa transtornos à população das destinações turísticas, em decorrência da elevação dos preços dos terrenos e casas. Agentes externos às comunidades investem na compra desses espaços e à medida que são valorizados, devido à procura passar a ser maior do que a oferta, eles obtêm lucro. (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 21)

Em relação a isso, encontra-se a questão da (DES) organização do espaço, por tratar-se de uma organização antrópica de um projeto neoliberal capitalista que não visa à sustentabilidade ambiental no entorno da área do parque ao qual Itaitu faz parte. A (DES) organização do espaço é consequência do poder valorativo atribuído à natureza, nesse lugar, que favorece aos proprietários de terras quando atribuem valor de venda de lotes acima do valor de mercado, um fato que estimula o crescimento de empreendimentos imobiliários no distrito, entorno do parque, os chamados loteamentos rurais.

Na BA-425, que liga o município de Jacobina a Vila de Itaitu, há diversos *outdoors*, de tamanhos variados, os maiores buscam evidenciar a imponência do loteamento. Os loteamentos rurais fazem parte de uma área maior, em que os proprietários fazem alterações e adaptações simples e complexas, nos terrenos, para viabilizar a construção de casas e o tráfego de veículos.

Esses investimentos são feitos para cumprir as normas que regulamentam esse tipo de empreendimento, e assim, também regulamenta as necessidades da demanda com as exigências do mercado consumidor. As alterações e adaptações desse tipo de empreendimento nunca são realizadas em terrenos de poucos metros quadrados (m²), está-se falando de centenas e milhares de m², isso quer dizer que centenas e milhares de m² sofreram e continuaram sofrendo alterações do tipo desmatamento, em torno do parque, para nutrir esses empreendimentos.

Abaixo, apresentamos algumas fotografias de loteamentos: Figura 2- Loteamento pronto; Figura 3- Loteamento em adaptação e Figura 4- Loteamento em fase de desmatamento. Essas fotografias foram tiradas durante a pesquisa exploratória e a observação de campo em 7 de agosto de 2019.

Figura 1 - Loteamento rural pronto à leste da BA 425.



Fonte: Matos (2019)

Figura 2 - Loteamento rural em fase de adaptação ao sul da BA 425.



Fonte: Matos (2019)

Figura 3 - Loteamento rural em fase de desmatamento ao leste da BA 425.



Fonte: Matos (2019)

A Figura 2 evidencia a área com solo exposto, a inexistência de árvores e uma cerca de eucalipto tratado em torno da área referente ao loteamento rural. Neste loteamento já consta a construção de um imóvel, em fase adiantada, a obra estava parada, não tinha ninguém no local.

Na Figura 3, o loteamento estava a “todo vapor”, pessoas do sexo masculino trabalhavam em uma estrutura que parecia um estande de vendas, de eucalipto tratado, a cerca em volta da área desmatada recentemente era novinha, o arame farpado reluzia, os troncos pareciam ter sido retirados do próprio terreno, grossos e com casca ainda verde, a fumaça da coivara se expandia de dentro do terreno para a atmosfera.

A Figura 4 foi a que mais chamou a atenção negativamente, por tratar-se do testemunho de desmatamento no ato, nessa fotografia é possível visualizar dois automóveis, um caminhão e uma máquina pesada, a qual derrubava as árvores num constante movimento de vai e vem, numa sincronia impetuosa. Dois homens, ao fundo da fotografia, acompanhavam tudo de perto, uma cena devastadora. Do lado sul, aproximadamente 10 metros, existe uma ponte estreita, sinalizando a existência de um riacho. Muitas conclusões podem ser feitas a partir dessas imagens, mas a que sobressai é a (DES) organização instalada.

Essas imagens evidenciam o processo de (DES) organização do espaço em torno da área do parque, uma (DES) organização do ciclo normal da natureza, com ações antrópicas devastadoras com consequências ainda incalculáveis, porém previsíveis. Pensada somente a partir da ideia da exclusão do homem como parte integrante da natureza, em que a natureza passa a ser objeto de dominação por aqueles que possuem a posse da terra, uma falácia segundo Porto-Gonçalves (1990), que traz:

Além disso, a expressão dominar a natureza só tem sentido a partir da premissa de que o homem é não-natureza...Mas se o homem é também natureza, como falar em dominar a natureza? Teríamos que falar em dominar o homem também...E aqui a condição fica evidente. Afinal, quem dominaria o homem? Outro homem? Isso só seria concebível se aceitássemos a ideia de um homem superior, de raça superior, pura – e a história já demonstrou à farta as consequências destas concepções. (p.26)

Apesar disso, há a necessidade de discordar visto o modelo neoliberal capitalista que prevalece na atualidade, um modelo que torna o homem submisso a um sistema- o capitalista, que é controlado por homens. Um sistema perverso que prega a vantagem lucrativa sem considerar a finitude dos recursos naturais.

Esse turismo que desencadeia a (DES) organização do espaço constitui-se de consciência ambientalista e promove o bem-estar das populações dos destinos turísticos? A pesquisa realizada em campo aponta no primeiro momento que não, pois crescem os impasses sociais e culturais do lugar. No caso de Itaitu intensificou-se a falta de água nas residências locais, em consequência do aumento de pessoas e de pousadas, hotéis, chácaras, e residências

que passaram a ocupar/dividir o território. Situação agravada com as construções dentro dos loteamentos rurais e do aumento de pontos comerciais.

A falta de água, na torneira, já era uma problemática que vinha recebendo atenção por parte de diversos setores da sociedade, por tratar-se do consumo de água bruta. Essa problemática é intensificada/colapsada quando a Vila está em festa no período do carnaval, ou outros eventos como o “Balaio Cultural de Itaitu”, por exemplo, que ocorreu no mês de setembro no ano de 2019. Festejos como o último mencionado, foram promovidos pela Associação de Ação Social e Preservação das Água, Fauna e Flora da Chapada Norte (ASPAFF), com a colaboração de setores públicos e privados. A duração é, em média, de uma semana e conta com diversas atrações culturais [...] “com apresentações culturais de filarmônicas, do grupo folclórico Os Cães, banda de pífanos, cinema na praça, exposição de fotos, artesanato, barracas com culinária regional, oficina de pintura, prática de rapel, futebol, caminhada ecológica e arte circense”. (ASPAFF, 2019, p.1)

As questões apresentadas até aqui evidenciam a necessidade de efetivação do objetivo do PRODETUR, no que prese à melhoria da qualidade de vida das populações nos destinos turísticos, as populações, nesse caso, devem ser compreendidas como todas aquelas comunidades que compõem o ecossistema²⁴. A formação de consciência ambientalista é necessária, a fiscalização e o controle através do licenciamento ambiental tornam-se fundamentais, capazes de coibir ações de degradação da natureza.

O turismo deve ser visto como uma atividade geradora de renda, empregos e benefícios para a comunidade local e apoio às iniciativas que visam à utilização dos recursos naturais de forma menos agressiva. Por se tratar de ambientes que possuem uma dinâmica diferenciada, faz-se necessário à utilização do planejamento turístico como ferramenta fundamental e indispensável para equilibrar e “ordenar as ações do homem sobre o território” (RUSCHMANN, 2003, p. 09) buscando o uso de forma racional das áreas naturais através de estratégias de desenvolvimento turístico sustentável. (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p.17)

Outra problemática, do lugar, decorre da identidade cultural dos nativos residentes em não aceitar pagar pela água tratada, através de uma empresa de saneamento básico, uma cultura passada pelos “mais velhos”, que julgam desnecessário pagar por aquilo que sempre foi de graça e nunca causou mal. Essa situação é acompanhada e discutida em assembleias pela Associação Comunitária e Assistencial de Itaitu.

Além dessas implicações, o turismo é muitas vezes responsável pela descaracterização do meio sociocultural. A constante interação entre as diversas culturas pode deixar influências na localidade turística, os moradores acabam absorvendo significados que

²⁴ Ecossistema é o nome dado a um conjunto de comunidades que vivem em um determinado local e interagem entre si e com o meio ambiente, constituindo um sistema estável, equilibrado e autossuficiente. <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/biologia/o-que-e-ecossistema.htm>

diferem das vivenciadas na comunidade. Neste processo, às comunidades adquirem novos hábitos e costumes, antes alheios a sua vivência, podendo causar no decorrer do tempo a perda de suas características socioculturais naturais. (SANTOS; OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p.21)

Situada em relação à conceituação da categoria geográfica do lugar e apresentado a dinâmica territorial, evidenciou-se aí um panorama da Vila de Itaitu. No próximo capítulo será trazida a história das instituições escolares, enfatizando o município de Jacobina e a Vila de Itaitu. Na sequência serão apresentadas as leis e bases que norteiam o ensino de geografia, partindo das leis gerais, nacional, até as locais, as quais concentram-se no Projeto Político Pedagógico da escola objeto de pesquisa de nossa pesquisa.

4. DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES AO ENSINO DE GEOGRAFIA NO CCFP

“Por isso, mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.”

(Milton Santos, 2014, p. 143)

Este capítulo é composto por quatro subcapítulos. O primeiro deles (4.1), apresenta os princípios da ciência geográfica; sua epistemologia numa trajetória histórica.

No subcapítulo 4.2, serão apresentados os documentos que norteiam a educação no Brasil, como a LDB, a BNCC, o Currículo Referencial (Currículo Bahia) e o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP). Esse subcapítulo demonstra o distanciamento que há entre o que é posto e aplicado na escola com aquilo que deveria ser.

No capítulo 4.3, intitulado “Breve histórico da implantação do ensino em Jacobina e na Vila de Itaitu”, apresentamos um pouco da história da implantação do ensino em Jacobina, a partir da instalação das primeiras instituições. Em torno disso, trazemos algumas questões relacionadas a gênero, transporte, comunicação e também, relacionado com a formação dos profissionais atuantes no setor educacional do município.

No presente capítulo faz-se um apanhado geral da implantação do ensino também no distrito de Itaitu, desde a primeira escola até o colégio existente hoje, o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires - CCFP, *locus* de análise desse trabalho. Diante disso, o texto mostra preocupação em pormenorizar o colégio, apresentando as características físicas da escola, a composição da gestão escolar e os níveis de ensino.

O subcapítulo (4.4), será dedicado ao Colégio Crescenciano, na busca de evidenciar como os participantes da pesquisa, atuantes no colégio, veem os processos dinâmicos decorrentes do ecoturismo e dos loteamentos rurais e como ele é visto por esses colaboradores da pesquisa. Este subcapítulo diferencia-se de todos os demais, inclusive daqueles que estão por vir, por tratar-se de depoimentos cheios de afetos, de histórias de vidas, como o próprio título traz “O Colégio Crescenciano no coração de Itaitu”, evidencia também a importância histórica dessa instituição até os dias atuais.

No penúltimo subcapítulo (4.5), discute-se a forma como a educação é posta de forma homogênea nos diferentes territórios, a partir da crítica a esse tipo de postura institucionalizada, sobretudo diante da não consideração das culturas e dos povos que vivem no campo. O ensino contextualizado e a educação do campo serão evidenciados como um modelo de currículo capaz

de atender às expectativas, de modo mais contundente, com a realidade dos povos que vivem no campo do Semiárido Brasileiro. Uma discussão que será acrescida no subcapítulo seguinte, 4.6, esse incorporará a discussão da Escola do Campo, como fruto das lutas dos movimentos sociais do campo para o surgimento de experiências inovadoras.

4.1 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA: DA EPISTEMOLOGIA À CATEGORIA TERRITÓRIO

A partir do exposto nos dois primeiros capítulos, sobretudo, no que refere-se à implantação tardia da educação no Brasil, fica claro perceber que a ciência geográfica não teve sua epistemologia nascida em território brasileiro. Nesse sentido, a *episteme*, refere-se a um dos campos do conhecimento da filosofia responsável pelo estudo da construção e desenvolvimento de um conhecimento científico.

Apresentar a epistemologia da geografia significa compreender mais profundamente a trajetória dessa ciência, pois essa é a maneira capaz de apresentar o percurso e percalços/crise no decorrer dos séculos até a contemporaneidade. Uma ciência que possui identidade epistêmica, muitas vezes confusa, quando se tratava do objeto de estudo, mas importantíssima para a compreensão e análise do espaço. Nesse sentido, Suertegaray (2005), diz que discutir a *episteme* da Geografia é refletir sobre sua teoria, filosofia e conhecimento gerado, sendo assim, essa autora será referenciada por trazer contribuições significativas para o entendimento epistêmico dessa ciência.

Essa autora, contribui para esse entendimento, partindo de um estudo que antecede às constituições das ciências. Ela apresenta, nesse sentido, duas formas de conceber o mundo, a metafísica e a dialética, cujos defensores foram Parmênides (540 – 480 a.C.) e Heráclito (540 – 480 a. C.), respectivamente.

E o que representa cada concepção? Segundo Suertegaray (2005):

[..]conceber o mundo numa visão metafísica é afirmar, relendo Parmênides, que tudo que existe sempre existiu. Nada pode surgir do nada e nada que existe pode se transformar em nada. Já conceber o mundo numa visão dialética é conceber que tudo flui. Tudo está em movimento e nada dura para sempre, à maneira de Heráclito. (p.11)

São essas visões de mundo que fundamentam filosoficamente o debate científico desde tempos antes de Cristo até os dias atuais. Delas surgiram métodos, teorias e também outras concepções, essas serão trazidas, pois marcaram historicamente um período da produção social.

Na Idade Média, a concepção metafísica predominou o domínio explicativo religioso, com grande expressividade, principalmente, no final da Idade Média, com a Filosofia Cartesiana, representada por Descartes, séc. XV.

No século XVIII, o conhecimento prosperou por meio do método analítico, que consistia no conhecer a natureza a partir de sua decomposição, os autores que fortaleceram essa corrente foram Bacon e Kant. “Após este período, temos a construção filosófica de Augusto Comte (1789/1837) denominada positivismo”. (SUERTEGARAY, 2005, p. 11)

Após o século XVIII, a visão dialética é retomada por Hegel e Marx, esse último, assume a perspectiva do materialismo dialético, sobretudo no século XIX (décadas de 40, 50, 60 e 70). Esse método filosófico passa a influenciar as visões de mundo, e a incitar grandes debates/choques que formam a ciência geográfica, competindo com as ideias hegemônicas do positivismo que ainda norteavam os geógrafos.

Havia também, outras concepções em debate, o anarquismo²⁵ em contraposição ao marxismo e a fenomenologia (final do século XIX), que era defendida por Husserl. Todas essas concepções contribuíram influenciando, diretamente, a ciência geográfica.

A Geografia tida como clássica (datada de 1870), sofreu influências do positivismo, do historicismo, do funcionalismo e do estruturalismo. A supremacia da Geografia Clássica passou a ser rebatida nos anos 50, a partir da visão filosófica e epistemológica do Neopositivismo, datado no final do século XIX e consolidada nos anos 20. Essa visão ganhou força após a II Guerra Mundial, quando se percebeu que a Geografia Clássica não supria mais as necessidades do mundo pós guerra. Assim:

Nasce daí o que se denominou de Geografia Teorética ou Quantitativa, uma Geografia que se propôs à análise do espaço centrada na compreensão dos processos espaciais, na sua maior parte na perspectiva econômica da centralização e/ou dispersão, a exemplo dos modelos de análise e explicação que se tornaram de uso comum, como a Teoria dos Círculos Concêntricos, a Teoria dos Lugares Centrais, a Teoria dos Pólos de Crescimento, o Modelo Centro Periferia, a Estruturação Funcional e Hierárquica das Cidades, entre outros. (Op. Cit., 2005, p. 12-13)

A Geografia Teorética teve sua construção em “países de língua inglesa, Inglaterra e Estados Unidos” (p.13).

Nos anos 50, surge também o existencialismo filosófico, representado por Sartre, cuja ideia é discutir a condição da existência e o sentido da vida, o autor o faz, a partir da junção do Materialismo, do Marxismo e da Fenomenologia.

Na França é protagonizada a Geografia Ativa, pelo expoente Pierre George, em contraposição à Geografia Clássica. Os principais expoentes dessa Geografia ativa são: Ives

²⁵ Defensores do anarquismo: Kropotkin e Bakunin.

Lacoste, com o livro clássico *A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a Guerra* de 1985.

Nos países norte-americanos, a Geografia Ativa ganha destaque pelo geógrafo David Harvey, a partir de seu livro *Justiça Social e a Cidade*, de 1980.

No Brasil, a Geografia Teorética ou Quantitativa tem sua ascensão nas décadas de 60 e início dos anos 70, influenciada pelo contexto político, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento de Geografia de Rio Claro (UNESP). A partir dos anos 70, novos debates favoreceram a Geografia Crítica, com fundamento no Materialismo Histórico, que promoveu crítica à Geografia Clássica e Quantitativa e superou também a Geografia Teorética.

Destaca-se nesse cenário o geógrafo e pesquisador Milton Santos (1926-2001), baiano, nascido em Brotas de Macaúbas e com uma vida acadêmica invejável, cheia de experiências exitosas dentro e fora do Brasil.

Quanto ao contexto histórico vivido pelo geógrafo baiano, além dos anos em que lecionou no MIT, na university of Toronto e em diferentes instituições da Venezuela, aqui é mister destacar o período em que esteve na University of Dar-es-salam na Tanzânia (Durante o período letivo 1974-1975 e 1975-1976). E na Columbia University, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos (durante o período letivo 1976-1977) (GRIMM, 2011, p. 135)

Sua contribuição para o avanço da geografia é irrefutável, sobretudo por trazer o debate ontológico sobre o espaço geográfico, um marco fundamental para a consolidação do objeto de estudo da geografia. A epistemologia dessa ciência, está ligada diretamente à compreensão do objeto de estudo, desse modo, “Milton Santos, especialmente em *Por uma Geografia Nova*, discute a importância da definição do objeto da Geografia para o próprio desenvolvimento dessa ciência, tendo em vista que muito já se sabia sobre a Geografia em si, mas quase nada sobre o seu objeto de estudo.” (CAVALCANTE; LIMA, 2018, p.62)

É a partir das ideias desse pesquisador que a epistemologia da ciência geográfica se configura no processo de renovação, em que o espaço torna-se o objeto de estudo; um fato ocorrido entre o final de 1970 e durante a década de 1980. (CAVALCANTE; LIMA, 2018).

Milton Santos dedicou-se à criação de uma Geografia Nova; crítica; distante daquela geografia submissa aos interesses da burguesia.

Esse movimento levou à mudança de concepção e fez gerar a crise da Geografia, datada em 1978, importante para a consolidação da ciência que existe hoje.

Os novos caminhos, vão evidenciar a Geografia Cultural. “Este movimento, denominado desde os anos 70 do século XX de Pós - Modernidade, implicou num processo de

desconstrução de todas as verdades construídas até então, implicou numa re-avaliação da ciência e uma crítica às chamadas meta-teorias.” (Op. Cit., 2005)

A partir dos anos 90 o debate se faz sobre o sentido das geografias, os métodos das geografias. Na prática, convivemos hoje com diferentes tendências: a Geografia Tecnista (de perspectiva Neopositivista), a Geografia Neomarxista, a Geografia Humanista e seu desdobramento na Geografia Cultural (de perspectiva fenomenológica e/ou existencialista), a Geografia Anarquista. Cada uma destas geografias e suas derivações em diferentes temas constituem a produção, o debate e o embate atual. (p. 14)

Essas geografias, apresentadas acima, representam a ciência geográfica na contemporaneidade. Nesse sentido, a autora avança nos estudos, fazendo referência ao autor Lobato Corrêa²⁶, que traz ideias de projeções para o futuro, ou seja, traz aquelas temáticas que devem emergir para a produção, debate e embate na Geografia:

[...] o estudo de processos e formas da natureza, os impactos ambientais oriundos dos processos sociais, a trajetória da Geografia brasileira, o passado como objeto de estudo, a desestruturação e a reestruturação espacial, os conflitos espaciais, as práticas espaciais e os significados, nesta particularidade os desdobramentos temáticos, dizem respeito à paisagem natural ou cultural entendida como um texto, o sagrado e o profano, a identidade e o território, a memória e o espaço, os modos de vida, as regiões culturais. (SUERTEGARAY, 2005, p. 14)

Isso significa dizer que esse trabalho vai ao encontro das projeções dos autores, tendo em vista o objetivo geral que visa: Investigar como os processos dinâmicos decorrentes dos loteamentos rurais e do ecoturismo, estão sendo percebidos pelo Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires, localizada no território de Itaitú em Jacobina-Bahia. Em outras palavras, ou fazendo uso da citação, busca-se estudar como a desestruturação e a reestruturação espacial decorrente dos processos lá existentes são percebidos pelo Colégio a partir da prática dos sujeitos que nele atuam.

Para responder a essas questões, estabeleceu-se alguns caminhos, os objetivos específicos, norteadores do percurso da pesquisa, são eles:

1. Compreender como o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires está vendo os processos dinâmicos advindos dos loteamentos rurais e do ecoturismo em Itaitú, Jacobina-Bahia;

²⁶ Roberto Lobato Azevedo Corrêa, nascido em 05 de novembro de 1939 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Sua formação: Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), 1961. Certificat de Géographie Humaine et Économique - Université de Strasbourg, França, 1965. Master of Arts, Department of Geography - The University of Chicago, Estados Unidos, 1974. Doutor em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 1999. Atividade profissional: Na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Autor de muitos livros e artigos.

2. Entender como a prática do ensino da geografia está vendo os processos dinâmicos advindos do ecoturismo e dos loteamentos rurais, em Itaitú, Jacobina-Bahia;
3. Responder se o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires está visível para os sujeitos que participam dos processos dinâmicos (loteamentos rurais e ecoturismo), que transformam o território de Itaitú, Jacobina-Bahia;

Esses objetivos carecem de aprofundamento conceitual no método de pesquisa, o Materialismo Histórico Dialético, por isso já foi trazido anteriormente, no capítulo 2, lá foi descrito o método e os conceitos, por meio das ideias dos autores Demo (2007) e Trivinos (2009), que trouxeram também, contribuições relevantes, as quais dizem respeito à orientação em pesquisa (2.4). Aqui será abordado apenas inicialmente o princípio desse método, a partir das ideias de Suertegaray (2005).

Essa autora retoma a ideia do princípio da concepção dialética de mundo, cujas origens estão alicerçadas em “Heráclito de Efeso (540 a 480 a.C.), Zênon de Eléa (490 a 430 a.C.) e Sócrates (460 a 399 a.C.)”. (Op. Cit., 2005, p. 23). O primeiro autor, defendia a ideia de que tudo está em movimento, e nada permanece como está para sempre, essa ideia, segundo a autora, é proveniente de Sócrates que reportava-se ao diálogo como sendo “ideias em confronto a serem superadas”.

Essa concepção, como apresentada nesse subcapítulo, não representava unanimidade, era confrontada pela metafísica, mas apesar disso, constituiu-se na concepção mais difundida entre as instâncias que compõem a sociedade, sobretudo a partir da metade do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa. O autor expoente desse retorno da dialética foi Hegel, com a concepção de que a ideia é resultado do movimento do pensamento, movimento de ideias - Idealismo. Ele também foi o criador da tríade que representa os estágios do conhecimento: tese-antítese-síntese.

A partir de Hegel (1770-1831), os precursores foram Marx e Engels (1818-1883), que por meio de sua filosofia concordavam e avançavam, mas também “Discordavam, no entanto, sobre a origem da mudança e da história como sendo proveniente das ideias. [...] Em Marx, o movimento é o modo de existência da matéria não havendo matéria sem movimento, nem movimento sem matéria”. (Op. Cit., p. 23)

Engels vem contribuir com a construção de concepções sobre a Dialética da Natureza, que concebe o homem como ser natural, logo transforma-se com a natureza. Construiu assim, leis comuns à natureza e à sociedade: Lei da passagem da quantidade para a qualidade; Lei da interpenetração dos contrários e Lei da negação da negação. Para Suertegaray (2005), “Estamos frente a duas visões consagradas: o Idealismo, que diz respeito aos que visualizam as ideias

como fundamento primordial e o materialismo, que diz respeito aos que concebem a materialidade da natureza e do mundo como fundamento primordial”. (p. 24)

O Materialismo Histórico, de Marx e Engels é uma teoria social de análise da realidade com objetivo de buscar respostas para suas superações, levando-se em consideração a totalidade.

Nessa concepção, firmavam que as forças econômicas eram as responsáveis pelas transformações nos diversos setores da sociedade, pois partia daí as lutas decorrentes das relações de produção as quais orientavam a história.

O trabalho é a categoria de análise do marxismo, dela desencadeia várias “subcategorias” e categorias: Divisão social do trabalho; Modos de Produção (Histórico: o coletivo, o escravista, o feudal e o capitalista) e as classes sociais também como importante categoria.

Assim, na Teoria Marxista, o processo de produção consiste na socialização da natureza quando da gênese e desenvolvimento dos Modos de Produção, de maneira geral, e das Formações Econômicas e Sociais, em particular, entendendo-se socialização da natureza como o processo de transformação da primeira em segunda natureza pelo trabalho humano na produção/reprodução de suas existências. (Op. Cit., p. 25)

Assim, o Materialismo Histórico filosófico compreende o homem inseparável da natureza, no qual não separa o sujeito do objeto nem ainda a teoria da prática.

4.2 LEIS E BASES QUE NORTEIAM O ENSINO DE GEOGRAFIA DO NACIONAL AO CCFP

A rede de educação do município de Jacobina adota alguns documentos (leis, normas, resoluções), comuns nacionalmente, para nortear a educação no município. Esses documentos, são utilizados também durante a qualificação dos profissionais da educação, lotados na sede, nos distritos e povoados. A qualificação mencionada refere-se ao período da jornada pedagógica, a qual reúne grande número de profissionais durante o período que antecede o início das aulas.

Esses documentos serão apresentados, com o intuito de evidenciar as leis que regem os níveis de ensino da educação básica nacional, assim como, a base que norteia as etapas do nível fundamental, anos finais, foco de pesquisa de nosso trabalho.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento que define o conjunto de procedimentos essenciais de aprendizagem que os alunos devem desenvolver durante a Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), reforça que esse documento é base para nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas da Educação Básica no Brasil. A BNCC determina os conhecimentos, objetivos, competências e habilidades esperadas durante o processo educacional.

Esses documentos, juntamente com o Currículo Bahia, o Currículo do Município e o Projeto Político Pedagógico direcionam a educação brasileira desde o nacional (todo o Brasil) ao local (CCFP, localizado em Itaitu) e juntos, fornecem os meios necessários para uma educação una, em busca da qualidade. Ambos os documentos trazem instruções gerais e pontuais, relacionadas a diversas esferas educacionais.

Nesse trabalho, com foco no ensino de Geografia, a atenção se voltará para esse componente curricular, pois busca-se analisar o ensino de Geografia no CCFP, com base nos princípios da educação geográfica. Para isso, os diversos documentos mencionados, serão analisados com o intuito, de apreender as possibilidades de contextualização do ensino de geografia, posteriormente, a partir do entendimento apresentado nos documentos e durante a pesquisa de capo. Assim, há a necessidade de fazer um levantamento do que se preconiza com o ensino de Geografia para, em seguida, comparar com o que está sendo feito no CCFP, para em seguida, sugerir caminhos com base na educação contextualizada.

A LDBEN 93/94 de 1996²⁷, é a lei responsável por disciplinar a educação escolar, organizar a educação nacional, para isso, traz treze (13) princípios que regerá o ensino, assim como os direitos à educação e o dever de educar.

Nessa lei está estabelecido que a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, e se organizará da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental e ensino médio.

Sendo que, a Educação Nacional será organizada, em colaboração, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e juntos, serão incumbidos de elaborar o Plano Nacional de Educação.

²⁷LDB, disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

A União será incumbida, dentre outras obrigações, de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória. (BRASIL, 1996)

Os Estados incumbir-se-ão, dentre as obrigações, de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem. (BRASIL, 1996).

Aos Municípios, assumir a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996)

Há incumbências para os estabelecimentos de ensino, dentre eles:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; [...] (BRASIL, 1996)

Aos docentes, seis obrigações, delas: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. Incisos que serão retomados quando se tratar do PPP do CCFP.

O Art. 28, da LDBEN 93/94 de 1996, trata da educação básica para a população rural, nele, prevê a possibilidade de adaptação do currículo para a adequação às particularidades da vida rural, enfatizando as peculiaridades de cada região, vejamos os incisos e o parágrafo único:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
 - II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
 - III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.
- Parágrafo único²⁸. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996)

Em relação ao ensino fundamental, a LDBEN 93/94 de 1996, traz que é obrigatório, gratuito (na escola pública), com duração de nove (9) anos, iniciados a partir dos seis (6) anos de idade.

²⁸ Esse parágrafo único, foi incluído no art. 28, por meio da Lei n° 12.960, de 2014.

Outro documento importante, utilizado nacionalmente, é a BNCC (2017), nessa base, é possível encontrar especificidades para cada um dos componentes curriculares. Assim, no caso específico do estudo de geografia, objeto de investigação desta pesquisa, aponta que o estudo oportuniza a compreensão do mundo, a partir das ações humanas nas distintas sociedades por todo o planeta. Esse componente curricular contribui também para o ser humano formar o conceito de identidade, aqui entendido a partir da vivência individual com a paisagem, em sua individualidade e coletividade, se compõe da “[...] nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças”. (p. 360)

A BNCC (2017) apresenta que a leitura de mundo, realizada por meio da aprendizagem geográfica, deve estimular os alunos a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. Esse raciocínio deve estar ligado a outras áreas do conhecimento e portanto, quando se busca a resolução de problemas que envolvam, por exemplo, “mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança etc.” (p.360)

O professor de geografia também deve considerar determinados princípios para compreender a realidade, esses são apresentados por meio de um quadro (analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem) onde descreve cada um desses, “a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas.” (p. 360)

Logo, os alunos devem reconhecer: “as desigualdades dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais” (p.361). Todas essas competências são pontuadas na base e devem ser desenvolvidas pelos alunos.

Outros elementos presentes na BNCC, referem-se a sua organização, com base nos principais conceitos da Geografia, as categorias geográficas (espaço, território, lugar, região, natureza e paisagem).

Nela, já se reconhece a necessidade de superação da aprendizagem baseada apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia, vistos como contexto imediato da vida dos sujeitos. Uma conquista importante para a ciência geográfica, visto que as pesquisas e estudos em torno dessas questões têm sido consideradas. Para entender essa questão, vale trazer as

contribuições do autor Yves Lacoste, que traz em seu livro *A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (1976), um debate sobre a necessidade de transcender a ideia tradicional da geografia descritiva, de memorização, simplória, vezes enfadonha e até inútil.

O autor desmitifica a posição de neutralidade da geografia e enfatiza a necessidade de os geógrafos assumir uma postura de luta contra uma geografia instrumental, ou seja, uma postura mais ativa em relação ao que é “dado” como pronto e acabado.

O que a BNCC (2017) traz, no seu sentido literal, é um caminho, uma base que norteia o professor de geografia, essa base não deve ser seguida “cegamente” como se fosse o único documento, ou o mais apropriado, pelo contrário, deve-se buscar outros caminhos que enalteçam essa disciplina, que elevem o ensino de geografia como articuladora da compreensão, por parte dos estudantes, do mundo em que vivem, desde o local ao espaço global, suas contradições, suas limitações e suas possibilidades.

Munido de estudos contemporâneos, a BNCC dividiu esse componente curricular em cinco unidades temáticas, distribuídos de acordo com a progressão das habilidades:

1. O sujeito e seu lugar no mundo;
2. Conexões e escalas;
3. Mundo do trabalho;
4. Formas de representação e pensamento espacial;
5. Natureza, ambientes e qualidade de vida;

Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum. (BNCC, 2017, p. 364)

Assim, no aprendizado de Geografia, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver competências, a partir de um arranjo possível, exemplo das unidades temáticas, consideradas um modelo, mas que não devem ser consideradas obrigatórias no desenvolvimento dos currículos.

Diante do exposto, as competências para o Ensino Fundamental serão trazidas para a abordagem da pesquisa em foco, quando da realização das entrevistas e observações, buscando destacar os aspectos apontados pela BNCC, que definem o objeto da aprendizagem (as competências) a serem desenvolvidos pelos estudantes do CCFP. Para melhor compreensão apresentamos as sete (7) competências, a saber:

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2017, p. 366)

Em seis (6), das sete (7) competências a serem desenvolvidas no ensino fundamental, há a menção à natureza, especificamente à interação sociedade/ natureza. As ações em torno da natureza são pormenorizada da seguinte maneira: como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história; análise da ocupação humana e produção do espaço; compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional; consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro e questões socioambientais.

Por acreditar que as características geográficas do lugar, desse território, onde se vive e onde o colégio está situado são importantes, considera-se que devem ser o ponto de partida e de chegada do ensino. Essa ideia é responsável pelo encetamento da produção desse trabalho. Mas, como enfatizar essa questão quando não se tem dados reais e completos, ou seja, fonte de dados geográficos em uma obra científica, uma fonte que reúna as informações necessárias, ou instigue a busca por informações nessa linha? Como apresentar uma pesquisa de campo, em uma escola, sem contribuir com essa escola cientificamente, especificamente?

Seria um enorme erro, falar da necessidade de uma educação contextualizada, uma educação que considere o contexto, onde o aluno e a escola/colégio estão inseridos, sem fonte de dados necessários para isso. Sabe-se que, muito da história dos povos são histórias orais, essas se perdem ao longo do tempo, muitas vezes levadas pelos nativos mais velhos, quando morrem.

Há a necessidade, portanto, de pesquisar cientificamente o lugar com o intuito de agregar à educação, para contribuir como fonte de informação importante, possível de substituir aquilo que é trazido, de lugar estranho, no livro didático.

Há a necessidade de documentar aquilo que se faz na escola/colégio, primeiro por tratar-se da história do colégio, esse, quando documentado pode se tornar um material capaz de inserir o aluno, de fazer com que este se identifique com o espaço, positivamente e segundo, pode abrir novos caminhos para produção e prosseguimento de projetos implantados.

Partindo de todos esses pressupostos, iniciou-se esse trabalho, a partir das características geográficas, sobretudo enfatizando os fatores que compõem o espaço físico/natural de Itaitu, sua inserção nas regionalizações e na produção do espaço para se chegar ao CCFP e ao ensino de geografia, especificamente.

Como mencionado, a BNCC (2017) apresenta as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades em geografia para o ensino fundamental, anos finais (6º ano ao 9º ano). Como o público (alunos do 7º ano), não foram entrevistados devido ao fechamento das escolas por conta da pandemia pelo COVID-19, supõem-se que os alunos do 6º ano tenham passado pela construção de conhecimento em geografia, preconizados pela BNCC, que se refere a:

[...] conceitos estruturantes do meio físico natural, destacadamente, as relações entre os fenômenos no decorrer dos tempos da natureza e as profundas alterações ocorridas no tempo social.

[...] de compreender o conceito de natureza; as disputas por recursos e territórios que expressam conflitos entre os modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais; e o avanço do capital, todos retratados na paisagem local e representados em diferentes linguagens, entre elas o mapa temático. O entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam o processo de evolução dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas. Nesse sentido, espera-se que eles compreendam o papel de diferentes povos e civilizações na produção do espaço e na transformação da interação sociedade/natureza. (BNCC, 2017, p. 381)

Em relação aos alunos do 6º e 7º anos, a base traz que é preciso ampliação dos conhecimentos em relação ao uso do espaço, “compreendendo a transformação do espaço em território usado – espaço da ação concreta e das relações desiguais de poder [...]. Desenvolvendo a análise em diferentes escalas, espera-se que os estudantes demonstrem capacidade não apenas de visualização, mas que relacionem e entendam espacialmente os fatos e fenômenos, os objetos técnicos e o ordenamento do território usado.” (2017, p. 381)

Para entender essa ideia de território usado, foi trazida a contribuição de Silveira (2011), que conceitua da seguinte maneira:

O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração

de situações. Em outras palavras, um território é um conjunto sincrônico de divisões do trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho. (p. 5)

Para os alunos do 7º ano, a base preconiza que os conhecimentos abordados partam da formação territorial do Brasil, da dinâmica sociocultural, econômica e política, com o objetivo de aprofundar a compreensão de conceitos como Estado-nação, de formação territorial e da dinâmica físico-natural, aliada às ações humanas.

Espera-se nessa etapa, que os alunos compreendam e relacionem as possíveis conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise, como também entendam o processo socioespacial da formação territorial do Brasil, bem como analisem as transformações no federalismo brasileiro e os usos desiguais do território. Dessa forma, [...] “Ressalta-se que o conceito de região faz parte das situações geográficas que necessitam ser desenvolvidas para o entendimento da formação territorial brasileira.” (BNCC, 2017, p. 382).

Em relação a compreender as possíveis conexões existentes entre os componentes físico-naturais e as múltiplas escalas de análise, há uma relação direta com o apresentado no segundo capítulo e com os objetivos desse trabalho, que traz um panorama das características físicas/naturais, com mapas inéditos e com diversas escalas. Por isso, acredita-se que esse estudo pode colaborar com o componente curricular Geografia, ensino fundamental, anos finais, principalmente nas duas primeiras etapas (6º e 7º anos).

Dentre as habilidades apresentadas na base, há quatro que comungam diretamente com o texto teórico desse trabalho. Em Ensino Fundamental, 7º ano, Geografia, Habilidade 1 (EF07GE01), a qual busca avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil, está relacionado diretamente com as ideias apresentadas no subcapítulo 2.6, que versa sobre a reinvenção da natureza, trazendo o contexto histórico do Semiárido Brasileiro.

Na habilidade (EF07GE06), a qual discute em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares. Pode se trabalhar com o subcapítulo 2.5.2, que traz as questões relacionadas com o Ecoturismo na Vila de Itaitu.

Já no conteúdo referente à habilidade (EF07GE11), a qual busca caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária), é trazido das características do bioma caatinga, do relevo dentre outros fatores físicos/naturais, presentes no capítulo 2.1. Características geográficas da Vila de Itaitu.

E a última habilidade, que se aproxima do nosso trabalho, é a (EF07GE12) que traz: Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi trazida no capítulo 3.4.1, que cita e discute sobre algumas áreas de preservação ambiental como o Parque Natural Municipal das Macaqueiras/Parque Municipal Nilson Valois Coutinho, em Jacobina, bem como o Parque Estadual das Sete Passagens (PESP), localizado em Miguel Calmon.

Tudo isso, foi apresentado com o intuito de demonstrar que o lugar, ou seja, o contexto, onde se vive, é fonte científica de dados e de informações, logo podem e devem compor os materiais didáticos utilizados durante as aulas, por professores e alunos, mas isso só será possível quando constar no Currículo da Rede Pública Municipal de Ensino, a partir da inserção de materiais que abordem o contexto, desde as características do espaço às dinâmicas dos componentes físico-naturais.

A adoção de materiais, que abordem as questões do espaço local, também deverá constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, pois assim seria mais uma forma de legitimar o uso desses materiais.

Apesar de toda a relevância apresentada em torno da BNCC, é notório que se pode fazer diferente, ir além dos objetivos que vê a formação integral do ser humano apenas sob a ótica dos desenvolvimentos de competências e habilidades.

Uma das teorias mais utilizadas que se contrapõe à soberania da BNCC é a Teoria da Semicultura, de Theodor W. Adorno (1996), que em seu bojo busca indagar sobre a formação da consciência discente nas instituições escolares.

Essa teoria interpreta a base como um limitante de formação integral, cujos objetivos se voltam para a formação prática, ou seja, uma educação produzida para o trabalho, em vista a atender às demandas do sistema capitalista.

Uma educação nessas linhas conduz a domesticação de pessoas, e nesse sentido o autor vai chamar de sociedade administrada. Segundo ele quando a cultura não está inserida no processo de ensino, está excluindo discentes do processo de formação integral. Já quando valoriza, por exemplo, a memorização de conceitos prontos, ideias já definidas, está configurando uma formação que o autor denomina de semiformação.

A semiformação vai ao encontro da formação controlada pela cultura de massas, que reprime a possibilidade de se aprofundar no entendimento. Trata-se da tentativa intencional política de padronizar a educação com intuito de levá-la a todos, sem considerar a necessidade de garantias de aprendizagem que leve o indivíduo a sua autonomia.

A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais exaradas pelo Conselho Nacional de Educação, dado seu caráter norteador e menos prescritivo, já não seriam suficientemente definidoras e capazes de respeitar as diferenças regionais, culturais etc.?. (SILVA, 2015. p.375)

Assim, o autor faz o seguinte questionamento reflexivo “É possível falar em um “currículo nacional” sem recair na ideia de uma determinação que desconsidera a realidade que insiste em ser não linear e desigual? (p. 375) Tudo leva a crer que não, sobretudo em se tratando de documentos que não contribuem substancialmente com a formação cultural dos indivíduos.

O antagonismo apresentado aqui busca incitar a discussão sobre uma educação mais condizente com o objeto de estudo, nesse sentido, no que cerne a educação do campo, com um currículo pensado para a realidades de discentes de escolas localizadas no campo do Semiárido Brasileiro, uma discussão que será enriquecida no subcapítulo 6.1.

Antes de trazer o PPP do CCFP, há ainda o Currículo Bahia, outro documento adotado pelo município de Jacobina e utilizado durante a jornada pedagógica, como instrumento de capacitação dos profissionais da educação.

O Currículo Referencial (Currículo Bahia), como o próprio nome diz, reporta-se ao currículo produzido, como referência para ser utilizado pelos municípios, nas escolas situadas no estado da Bahia.

A BNCC está sendo complementada por uma parte diversificada que constitui um todo integrado através do Currículo Bahia, e sua articulação deverá possibilitar a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local. As necessidades dos estudantes, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia perpassam todo o currículo. (CURRÍCULO REFERENCIAL, 2019)

Assim, esse currículo comunga com o propósito da BNCC e da LDB, mas traz particularidades em relação as características do contexto sócio-histórico e as múltiplas identidades culturais das comunidades, na perspectiva de valorizar os conhecimentos tradicionais do seu povo, no incentivo e potencialidades das produções de conhecimentos elaboradas pelas unidades escolares de todos os Territórios de Identidade do Estado, para garantir o direito de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes, transformando realidades e fazendo valer a justiça social com mais igualdade de oportunidades. (CURRÍCULO REFERENCIAL, 2019)

Esse documento apresenta características da política territorial, que devem ser contempladas na atuação das escolas ao concretizar o Referencial Curricular (Currículo Bahia),

nos seus PPP, assim como, também, ser objeto de formação de seus educadores. Na relação de ensino e de aprendizagem, o desenvolvimento das competências gerais para a Educação Básica e das habilidades encontrarão um espaço intencional e de aprofundamento da contextualização das especificidades, sendo estas, dos estudantes, individualmente, dos locais de seus municípios, das regionais de seu território. (CURRÍCULO REFERENCIAL, 2019)

O Currículo Bahia traz características específicas, do próprio território e também da região. Levando em consideração o entorno onde a Unidade Escolar está situada, as bacias hidrográficas, as áreas naturais mais próximas, os aspectos da urbanização e da ação antrópica que modificam a paisagem natural, os grupos culturais locais, as associações, os pontos de encontro da comunidade.

Tudo isso são aspectos que devem ser inseridos nas práticas formativas escolares, direcionando olhares, investigações, sem prejuízo do rigor científico, ao contrário, conduzindo o aprimoramento da pesquisa científica a partir de elementos da territorialidade. Essa contextualização do território, dada como possibilidade a partir do desenvolvimento do Currículo Bahia nas Escolas, torna-se importante elemento crítico para a compreensão das identidades territoriais. E, para a observação dos fenômenos dinâmicos que promovem desterritorializações, e reterritorializações de sujeitos, despertando o olhar para os conflitos subjacentes nas realidades em movimento, para o devir, para as “sangrias” daquilo que é conservador ou impedidor de mobilidades – subjetivas e concretas. (CURRÍCULO REFERENCIAL, 2019)

Nesse currículo há a previsão, também, em sua constituição, de abertura e flexibilidade para que as escolas e seus educadores possam conjugar outras experiências curriculares, pertinentes e relevantes, tendo como critério para a escolha pedagógica dessa conjugação, modelos curriculares pautados em pedagogias ativas e de possibilidades emancipacionistas que deve permear os PPP e as ações pedagógicas.

Assim, o Currículo Referencial tem o compromisso de considerar, no Estado da Bahia, o contexto sócio-histórico e as múltiplas identidades culturais das comunidades, na perspectiva de valorizar os conhecimentos tradicionais do seu povo, incentivar e potencializar as produções de conhecimentos elaboradas pelas unidades escolares de todos os Territórios de Identidade do Estado²⁹, para garantir o direito de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes, transformando realidades e fazendo valer a justiça social com mais igualdade de oportunidades.

²⁹ Veja quais são os Territórios de Identidade e os municípios que compõe cada um no mapa (Figura 1: Mapa dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia), presente no subcapítulo 2.1.

Em relação a área das Ciências Humanas, componente curricular Geografia, o Currículo Bahia, traz as mesmas descrições para as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

Apesar disso, os processos de globalização, com as tecnologias de informação, instigaram e instigam repercussões significativas na sociedade de um modo geral, inclusive na educação. O Currículo Bahia entendendo essas dinâmicas, traz mudanças para a educação no que diz respeito às suas práticas formativas.

Através dessas realidades, mediadas por redes digitais, os estudos sobre paisagem, região, território e lugar ganham novas proporções, em que conhecer lugares e pessoas se torna condição cada vez mais elementar para atender necessidades de sobrevivência e desenvolvimento da humanidade. As noções de espaço e tempo, além das relações do ser humano com os meios sociais e naturais, vêm sendo alteradas intensamente. [...] A necessidade de promover aprendizagens ativas na escola, que apontem para a formação de sujeitos críticos, autônomos, conscientes a respeito de si e do outro é cada vez maior. Diante disso, ganham força as propostas que coadunam com ações integradoras por meio de práticas inter e transdisciplinares. (BRASIL, 2019, p.380)

Assim, a forma de aprender e ensinar se modificam, e fica cada vez mais evidente, a necessidade de mudança nas práticas pedagógicas. Perceber o ser humano como integrante da natureza é fundamental, e isso se faz mediado por novos olhares, com mediação para o “desenvolvimento da capacidade humana, de mobilizar habilidades, conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais com vistas a uma formação integral, fincadas em laços de solidariedade, cooperação, respeito à vida e ao meio ambiente”. (CURRÍCULO REFERENCIAL,2019, p. 381).

O cotidiano dos estudantes exige novas competências e habilidades que extrapolem a descrição e memorização e atinjam as necessidades que se colocam na atualidade. O desenvolvimento integral em suas dimensões física, cognitiva, afetiva, simbólica, ética, moral e social é fundamental para a promoção e compreensão do mundo no qual o aluno se insere. A capacidade de abordar, discutir e intervir nas demandas da complexidade-mundo e as intervenções sociedade-natureza são fundamentos da Geografia. (*Op. Cit.*, p.381)

Como colocado acima, já se busca e preconiza, na contemporaneidade, um ensino integral, em que o aluno desenvolva capacidade crítica de perceber o espaço a seu redor, mediado pelo componente curricular geografia. Mas, não se pode pensar em componentes curriculares desarticulados, cada um em sua caixinha, pois desse modo, seria insuficiente para atender aos anseios da população e menos ainda dos estudantes do campo- conectados.

Como visto, também, o Currículo Bahia não se finda nele próprio, nem a BNCC o faz, pelo contrário, ambos trazem argumentos que instigam o desenvolvimento de conteúdos próprios, que insiram a realidade local; que integre o contexto à globalização; que leve em consideração as necessidades de aprendizado da população; que priorize as particularidades sócio /histórica, nesse caso, em detrimento de uma educação homogeneizadora. O currículo

Bahia se compromete em considerar as múltiplas identidades culturais das comunidades, valorizando os conhecimentos tradicionais dos povos, incentivando e potencializando as produções de conhecimentos elaboradas pelas unidades escolares de todos os TI.

O que se tem de concreto, em relação a isso, são poucas exceções. O entendimento sobre a necessidade real de produzir um currículo próprio, um Projeto Político Pedagógico próprio, que traga a realidade do lugar e da escola, é trocado pela facilidade de se ter um currículo/PPP pronto e acabado, aquela ideia de o bom é ter “tudo mastigado”. Uma situação com muitos precedentes, um cálculo que não se fecha. Hora atribui-se à falta de carga horária para produção do PPP, hora falta profissional que direcione o processo de execução, um jogo de empurra-empurra que culmina muitas vezes na execução de um PPP simplório, uma colcha de retalho que não agrega, apenas cumpre a norma. O resultado, quando é feito, é um PPP produzido sem a participação de todos aqueles que deveriam colaborar (gestão, profissionais da educação, alunos, pais e sociedade), apenas um cumprir “tabela”.

O PPP do CCFP está nessa situação, infelizmente. Das muitas idas e vindas, na instituição e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), muitos foram os argumentos, na secretaria, informaram que este documento seria encontrado no colégio, posteriormente informaram que esse colégio ainda não possuía PPP atualizado, estava na fase de organização de horários e pessoal para possível produção.

No colégio, não havia esse documento arquivado, porém tinha muitas pessoas de boa vontade. Uma delas, concursada no município há mais de uma década, nos informou ter o PPP do ano de 2011.

O documento é uma *xérox*, possui informações referente ao início da história do colégio, fragmento da história, contada no cap. 3.1, que traz a descrição da infraestrutura, do corpo docente, gestão escolar, número de matriculados e turmas, desatualizados, por tratar-se do ano de 2011.

A Jornada Pedagógica, de 2020, foi programada para a metade dos profissionais da educação, em um local e a outra metade em outro local. A programação de abertura contou com palestras motivacionais, palestras instrucionais, momentos de descontração e encontros dos profissionais da educação. Nos dias subsequentes, a qualificação foi por escola, reunidos em salas do Colégio Municipal Gilberto Dias de Miranda (COMUJA). Nesses dias foram abordadas muitas questões relevantes para o ano letivo 2020, das quais o planejamento anual, em tabela, por área do conhecimento, em cada área contava as Atividades Permanentes, Sequências Didáticas (por unidade, I e II) e Projetos Didáticos (por unidade III), um novo

modelo adotado. Esses últimos seguiam ao estabelecido na BNCC, em relação aos Eixos Temáticos, por área do conhecimento e nível de ensino.

4.3 BREVE HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO EM JACOBINA E NA VILA DE ITAITU

Em 2000 a.C. (antes de Cristo), apenas pessoas do sexo masculino tinham o privilégio de estudar, não se tratava de um direito e apenas os mais favorecidos, financeiramente, tinham acesso à educação. A gratuidade do ensino não existia nessa época.

A obrigatoriedade do ensino só veio a ocorrer por volta de 1717 d.C., inicialmente seletiva, porém, um passo importante para a educação pública. Uma iniciativa protagonizada pela Europa, por volta de 1789.

No Brasil, o que se entendia por educação veio a ocorrer por volta de 1549, através da Companhia de Jesus, que buscavam catequizar os índios, na língua materna dos portugueses, para impor a religião católica.

Os jesuítas implementaram duas categorias de ensino no Brasil: a instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios; e a educação média, colégios destinados aos meninos brancos que formavam mestres em artes / bacharéis em letras. Essa organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. Nota-se, porém, que em todas as escolas era proibida a frequência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos o final da primeira metade do século. (OLINDA, 2003, p. 156)

Passados séculos até que o presidente do Brasil, Getúlio Vargas (1930-1945) declara que a escola é um direito de todos. Este mesmo princípio do direito educacional passa a ser referendado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece que “Todos os seres humanos têm direito à educação”. Uma educação gratuita e obrigatória, ao tratar-se da elementar, estabelecida no Art. 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 10 de dezembro de 1948.

Esta mesma declaração (DUDH) marca o início de uma longa jornada de luta, sobretudo popular, pela efetivação da escola pública, gratuita e de qualidade para todos. A implementação do ensino não foi fácil, mas deu início ao sistema educacional que existe hoje.

Em pesquisa documental, no Arquivo Público de Jacobina, não foi encontrado nenhum documento relativo ao distrito de Itaitu, nem também a respeito da educação nesse lugar. Todavia, existem livros científicos, produzidos por autores do próprio município, ligados, em sua maioria, à Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esses livros são encontrados na

Biblioteca Pública Municipal Afonso Costa e trazem datas e relatos narrativos sobre a educação no município de Jacobina e no Distrito de Itaitu.

Neles conta que a educação no município de Jacobina era prestado por meio de apenas dois estabelecimentos de ensino, de primeiras letras. Um direcionado apenas para meninos, criado em 1820 e o de meninas, criado somente em 1947. (ARAÚJO *et al*, 2004, p.147). Aqueles que desejassem continuar os estudos, tinham que se deslocar a outros municípios como Senhor do Bonfim ou Salvador, um percurso que era realizado via trem. Um transporte que facilitou o deslocamento, apesar de sua implantação tardia, ocorrida apenas em 1920. (*Op. Cit.*, p. 171). A primeira escola primária inaugurada em Jacobina é datada de 28 de dezembro de 1935, denominada Grupo Escolar Luiz Anselmo da Fonseca. A implantação de um colégio em Jacobina só se deu por meio de luta popular. Ocorrido em 29 de novembro de 1938, Araújo (2013) conta que partiu de um grupo de pessoas esclarecidas, que conseguiram trazer a Escola Normal Senhor do Bonfim para Jacobina.

Em 1938, alguns cidadãos jacobinenses conscientes da necessidade de elevar o nível do ensino se organizaram e conseguem a transferência da Escola Normal Senhor do Bonfim para Jacobina, vindo junto o seu proprietário, o professor Deocleciano Barbosa de Castro. (ARAÚJO *et al*, 2004, p. 171)

Essa escola ofertava o curso ginásial em cinco séries, dois fundamentais e três normais. Os trabalhos escolares tiveram início “Às 14:00 horas do dia 15 de março de 1939” (ARAÚJO, 2013, p. 295). A primeira turma contou com a matrícula de 47 alunos. Submetidos aos Exames de Suficiência (15/02/1939), aprovou-se 41. Desse, apenas 13 alunos concluíram o curso no ano de 1942, formando os primeiros professores de Jacobina. (ARAÚJO, 2013).

Essa Escola tornou-se um colégio estadual e recebeu o nome de seu proprietário/fundador, atualmente denominado Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, uma instituição pública, localizada no bairro da estação que atende ao público da área urbana e rural (oriundos de povoados que não possuem instituição que “ofertem” o segundo grau).

A Vila de Itaitu passou por esse processo de implementação da educação, uma fase contada, através de relatos, na pesquisa de Sá (2009), que traz:

As professoras vinham de Salvador, a cavalo, trem-de-ferro, não tinha automóvel, nesse tempo a gente estudava pouco [...]o distrito era muito atrasado: as professoras vinham de Jacobina para dar aula na vila, numa casa abandonada, não tinha nome, era usada como escola, de segunda a sexta. (p. 73)

Esse relato, traz à tona, uma situação pretérita, em que não existia espaço físico para essa finalidade, a educacional. A educação era permeada de improvisação e era comum que as

professoras, em sua maioria, não possuísem diplomas, a profissão era exercida por professoras leigas.

O primeiro espaço físico escolar, oficial, existente em Itaitu é datado da década de 40, denominado Prédio Rural de Itaitu. Em 1966 funda-se o segundo espaço escolar, Escola Estadual Pedro José da Silva, com duas salas, o nome da escola foi uma homenagem ao político mais velho de Itaitu, Pedro José da Silva que seguia “sempre a política do Cel. Francisco Rocha Pires”. (LEMOS, 2013, p. 138).

No primeiro prédio haviam poucos alunos matriculados. Já no segundo a educação funcionava na modalidade multisseriada³⁰, e “reunia alunos de primeira a quinta série primária” (SANTOS *et al*, 2012), a decadência dessa escola esteve aliada às condições precárias da estrutura, uma situação que levou a transferência de todos os alunos para o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires (CCFP), em 1997. (SÁ, 2009, p.73).

Esse colégio recebeu o nome de um antigo morador da Vila Sr. Crescenciano Fernandes Pires, apelidado por Sr. Nozinho, segundo informações orais, ele era um juiz de paz, que realizava casamentos. O terreno onde está construído o colégio foi doado pelo político Pedro José da Silva.

O CCFP passa a ser a única instituição escolar da Vila de Itaitu, e fica localizado na Rua Do Prédio, s/n, Centro, na zona rural, município de Jacobina, (Figura 5).

Figura 4 - Fotografia do Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires



³⁰ Classes multisseriadas caracterizam um fenômeno em que alunos de idades e níveis educacionais diversos são instruídos por um único professor ao mesmo tempo, presencialmente e em uma mesma sala de aula.

Fonte: Fotografia emoldurada presente na Secretaria do Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires.

O CCFP, conta atualmente com 263 alunos matriculados, atende desde a educação infantil ao EJA, e Emitec. Distribuídos em fases de ensino, da seguinte forma:

1. Ensino infantil: 28 alunos;
2. Ensino Fundamental I: 87 alunos;
3. Ensino Fundamental II: 103 alunos;
4. EJA: 45 alunos. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2019)
5. Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec), não há registro do número de alunos matriculados, pois trata-se de uma modalidade de responsabilidade do Estado³¹.

A infraestrutura do colégio é composta por: salas de aula (9), sala de professores, sala de diretoria, laboratório de informática, biblioteca, cozinha/copa, banheiro para educação infantil, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio coberto, auditório e uma quadra de esporte coberta (CIDADE-BRASIL, 2019), a qual fica localizada na parte externa do Colégio, muito utilizada nas aulas da disciplina Educação Física e em oficinas abertas à comunidade.

Essa configuração de infraestrutura atual é resultado de uma reforma e ampliação realizada no ano de 2001, a partir daquele ano, outras pequenas reformas foram realizadas com o objetivo de conservação do prédio escolar.

Além da gestão escolar, composta por diretor, vice diretor (2) e secretária (2), há onze (11) professores concursados pelo município de Jacobina, todos licenciados e distribuídos nas respectivas disciplinas (português/redação-2, matemática, história, geografia-2, ciências, artes, educação física e inglês). Com exceção de uma professora, os demais professores (as) residem no município e se deslocam diariamente para o distrito de Itaitu.

O colégio não conta com coordenação pedagógica há cerca de 9 meses, em virtude do pedido de exoneração do profissional concursado no município. Em relação a essa questão, a Secretaria de Educação do município aguarda novo processo seletivo e/ou concurso para preenchimento dessa vaga. A função de orientador educacional é realizada por profissional que fica habitualmente na Secretaria de Educação, lotado na sede do município, essa pessoa dirige-se ao distrito quando há demandas.

³¹ LDB 9394/1996, disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

4.4 O COLÉGIO CRESCENCIANO NO CORAÇÃO DE ITAITU

“O Colégio Crescenciano para mim, representa tudo!” (JAZMÍN, 2020³²)

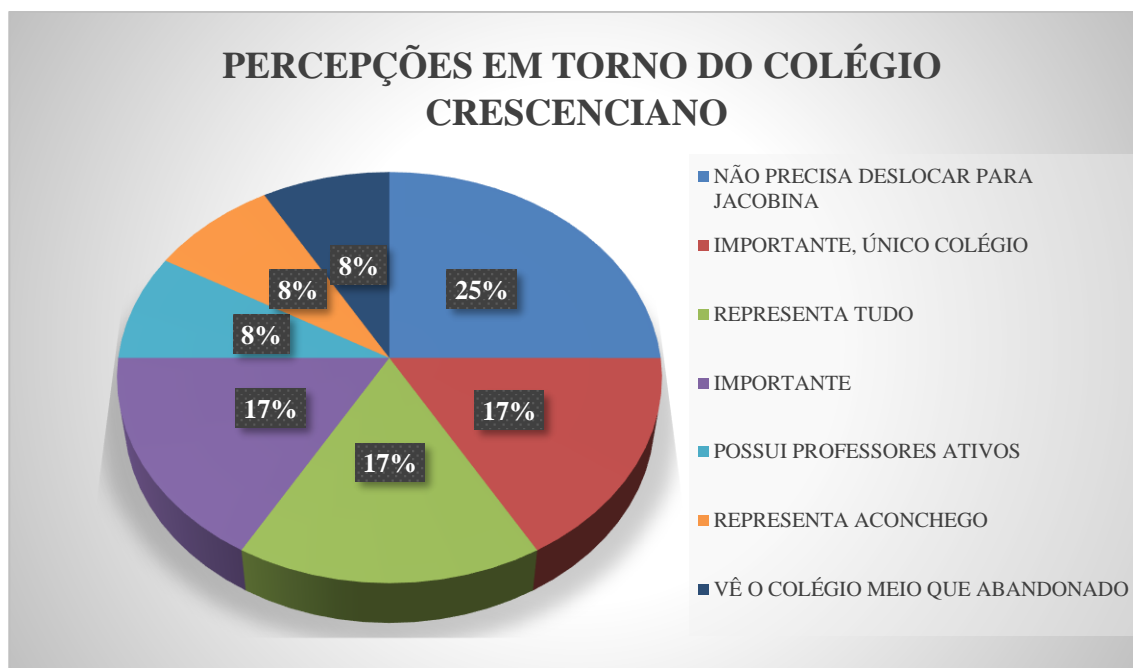
A dinâmica do território é constante e sem controle, ocorre modificando e/ou construindo objetos, assim, compreender como um colégio vê esses processos dinâmicos do lugar, é considerá-lo fundamentalmente necessário. É acreditar que os ensinamentos lá transmitidos, contribuem para a melhoria da vida, individual e em comunidade.

Aqueles que frequentam uma unidade escolar, acreditam e confiam em dias melhores, pois dedicam tempo e credibilidade, por isso, parte do roteiro das entrevistas foi dedicado à instituição escolar, o CCFP.

A pergunta instigadora foi: Como você percebe o CCFP?. Essa pergunta teve o intuito de evidenciar a importância dessa instituição para a Vila. Assim, 12 colaboradores, dos 13 entrevistados, responderam essa pergunta, e cada um, assumiu uma postura, segundo as funções que exerce no mundo, na Vila. As respostas, em percentagem, podem ser vistas no gráfico 01, abaixo:

Gráfico 1 - Percepções em torno do Colégio Crescenciano.

³² Entrevistado, pesquisa de campo, 2020.



Fonte: Matos, 2020.

O gráfico acima, evidencia que a escola é historicamente importante. E sua importância pode ser compreendida por meio de uma “linha do tempo”, na qual é trazida desde sua criação, com relatos emotivos e demonstração de orgulho, até relatos atuais que apresentam queixas e aconchego.

Alguns nativos, a maioria, representados em 25% do gráfico, vê o colégio como uma conquista, um avanço importante, visto que antes de sua criação, os estudantes tinham que se deslocar para Jacobina.

Hoje eu sou feliz em vê que os meninos podem estudar aqui o ensino fundamental, coisa que para mim, eu tive de ir para Jacobina, ia de transporte, fiquei muito tempo sem estudar, por não ter transporte, por não ter onde ficar, por que aqui não tinha o ensino médio, ou o ensino fundamental. (FLORAL, 2020)

Em 17%, que vê o colégio importante por ser o único colégio próximo, percebem que ele é importante não apenas para os nativos da Vila, mas também para aqueles discentes de povoados/fazendas vizinhos, vindos até mesmo de outros municípios, como Miguel Calmon e Serrolândia, além de estudantes quilombolas.

Os outros 17% (Representa tudo), correspondem àquelas pessoas que tiveram um vínculo mais duradouro com o colégio, seja no funcionalismo público ou na função de aluno.

Os outros 17% (Importante), reportaram-se à função de atender à comunidade e também por trabalhar as questões ambientais. Em menor percentagens, reportando-se a respostas individuais, os 8% foram dirigidos a percepções pontuais, uma pessoa reportou-se ao aconchego que os alunos conseguem transmitir.

É eu confesso que muita gente, quando eu disse que ia fazer o concurso para lá, por opção, muitos questionaram, mas você vai, todos os dias e volta? Sim! Por que o colégio de lá representa aconchego, você consegue trabalhar com os alunos e eles te acolhem, sabe? É, para mim, é trabalhar com prazer mesmo. (Mandarina, 2020)

Em 8% (Professores ativos), referiu à prática dos professores em sala de aula. Nos últimos 8% foi percebido, um desabafo, uma denúncia oculta, quando *Piedra* diz que “praticamente nós somos abandonados”, segundo este, por dois motivos: Primeiro, pela gestão pública não abraçar a escola, e segundo, pelo fato da escola está localizada distante da sede.

Algumas informações trazidas, tratam-se de informações valiosas, do período de criação do CCFP, a exemplo da fala de Jazmín, uma professora aposentada, nativa, que nasceu em Itaitú, aos quatro anos de idade, foi para São Paulo e retornou 10 anos depois, fixando-se até a atual data, já com 64 anos.

Sua fala traz um pouco do processo inicial escolar, cada frase foi acompanhada de grande emoção.

O Colégio Crescenciano para mim, representa tudo! Por que foi lá, eu não gosto nem de (emoção com lágrimas), me emociono muito, por que eu posso dizer para você que foi eu mesma que iniciei os trabalhos do Crescenciano, né, por que antes, eu trabalhava lá no Pedro José da Silva, em 87 eu comecei lá e quando foi fundado o Crescenciano (lágrimas/pausa) logo eu fui para lá também, né, então eu posso dizer para você, eu me sinto orgulhosa (choro/pausa) de ter trabalhado no Crescenciano, né, por que o Crescenciano para mim foi tudo, é (pausa) além do espaço, os meus amigos de trabalho (choro). Hoje eu sou aposentada, né, tem 8 anos que eu aposentei, vai fazer 9 anos, né, mas mesmo assim, né, o Crescenciano é um pedaço de mim, e como eu disse para você eu me orgulho em dizer que o Crescenciano foi onde eu cresci (lágrimas/pausa), eu cresci, por que assim, a gente só, a gente não consegue nada, mas com Deus e os amigos, a gente consegue tudo. (JAZMÍN, 2020)

Essa fala é muito marcante, pois representa os sentimentos de uma pessoa em seu íntimo, desvelada. Jazmín continua seu relato, contando como era o modo de trabalho da época:

[...] foram 28 anos e 8 meses que eu trabalhei no Crescenciano, parece que em 88 teve a mudança de colégio. Nós trabalhamos num tempo que não tinha agente de portaria, merendeira, e a gente, que trabalhava na sala de aula, tinha que partir para fazer também a faxina, e fazer também a merenda. Isso era eu, a Janete e Aidil, nós três, quando uma não ia para a cozinha fazer a outra ia. E a gente não tinha sábado, por que a gente ia para a escola para fazer aquela faxina pesada, e nós não ganhava um centavo desse trabalho não. Nós só ganhávamos o da sala de aula, o dia de dá aula, o da limpeza a gente não ganhava, de fazer a merenda a gente não ganhava, a gente fazia por que a gente tinha o prazer de fazer o trabalho e nós vencemos, graças a Deus. Foi muito bom, era todo mundo unido, tudo a gente se junta para fazer os trabalhos, e trabalhamos uns três anos assim. (Op., Cit., 2020)

Esse relato lembra as ideias do autor Paulo Freire, no livro *Professora, sim; tia não - Cartas a quem ousa ensinar*, de 1993, que reporta-se ao mundo do educador como ambíguo. Um mundo dos oprimidos, ou seja, um "indivíduo que foi humilhado ou obrigado a se sujeitar" (DICIO, s/d), nesse sentido, quando o professor(a) é obrigado a executar outras funções, para poder enfim realizar suas funções, aquelas para que está sendo pago (a). Mas o autor Freire

(1996), vai além e diz também, que o mundo do professor é o mundo da construção da solidariedade, e fazendo uso, novamente, do sentido da palavra, que refere-se a “Qualidade de solidário, de quem está disposto a ajudar, acompanhar ou defender outra pessoa, numa dada circunstância” (DICIO, s/d), mostrando a relação de “transcendentalidade” do professor. Mas também, traz a ideia de aluno também oprimido, que necessita deste, o professor, a professora, para alcançar os objetivos.

Em relação a isso, outro relato chamou-nos a atenção, por tratar-se exatamente disso. Na fala de Mandarina que traz: “Eu só gostaria que eles fossem assim mais interessados, em descobrir, em conhecer, que tivessem sede de conhecimento. Eu digo, me explorem pelo amor de Deus, (risos) eu sou paga para isso, vocês precisam me explorar, me perguntem, me desafiem, eu sinto essa vontade, mas.” Outra fala que complementa e descreve a realidade do oprimido, foi no seguinte relato:

[...]o que é que a gente tá fazendo de errado que a gente não tá pensando nesse aluno, que ele não consegue se enxergar a longo prazo, é, numa vida profissional no que ele queira fazer. Ele não consegue pensar e se imaginar a longo prazo, eu enquanto profissional lá na frente o que é que eu vou fazer. Eles têm um sentimento de incapacidade, eles não se sentem capazes de executar qualquer tipo de função, e aqueles que trabalham no campo são estilizados: - a você vai terminar igual seu pai lá na roça. (MANDARINA, 2020)

Essa fala chamou muito a atenção, pois mostra a necessidade real do professor construir esperança e justiça, termos tão bem apresentados por Freire (1996), pois quando um professor percebe que os discentes não conseguem se enxergar a longo prazo; quando seus alunos possuem o sentimento de incapacidade para executar funções; quando são estilizados por ser do campo, soa muito alto um sinal de alerta. Esse sinal levanta vários questionamentos, destes: Que educação estão oferecendo ao discente do colégio Crescenciano? Quais são os objetivos desse colégio? O ensino leva em consideração o contexto do discente?

Se se trata de uma educação homogeneizada, que não considera a distinção entre a escola do campo e da cidade, por exemplo, trata-se de uma educação sem sentido. Desse modo, apresentar outro modelo de educação, com perspectivas de ensino mais condizentes com a realidade dos povos que vivem no campo é necessário, para isso, os próximos subcapítulos (4.5 e 4.6) trarão o ensino contextualizado numa perspectiva mais acertada e que corresponderia aos anseios dos povos do campo. Na sequência, é trazida para a discussão a Escola do Campo, como fruto das lutas dos movimentos sociais do campo para o surgimento de experiências inovadoras, no campo do Semiárido Brasileiro.

4.5 O ENSINO CONTEXTUALIZADO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos.

(Bernardo Mançano Fernandes e Mônica Castagna Molina)

Nenhuma ação é despreziosa, todas possuem cunho ideológico e político, em todas as esferas imagináveis é assim. Com o ensino não pode, nem deve ser diferente, os objetivos devem estar claros.

[...] toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdo a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais, implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideias. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem a prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra. (FREIRE, 1996, p. 69-70)

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, com as leis e diretrizes nortear a educação no país, impondo uma educação homogênea, é possível considerar também, quando na organização do calendário escolar, por exemplo, as distinções dos territórios; podendo modificar períodos de provas ou de férias, em decorrência, por exemplo, do período de colheita agrícola, ou ainda do período de chuva.

O período de chuva, previsível anualmente, é um acontecimento que causa grandes transtornos às escolas do campo, visto que as estradas vicinais causam atoleiro de ônibus escolar e carros e dificultam a chegada de discentes e docentes ao espaço físico. Esse período deve ser considerado, quando se elabora o calendário escolar, haja vista que a um grande período de estiagem; sem a necessidade de passar por transtornos em decorrência das chuvas, sobretudo considerando essa região semiárida, cujo período de estiagem supera o período de chuva.

Esse é apenas um exemplo, mas outros também devem ser considerados, independentemente das circunstâncias, se não se tratar de fenômenos excepcionais, devem tratar com o respeito que os usuários merecem, e também com zelo para com os recursos públicos, que por sinal, são derivados dos impostos pagos pelos cidadãos.

A não observância de situações como essas, leva-se a considerar a falta de planejamento para tomada de decisões importantes, sobretudo por tratar-se de questões que ocorrem ano após ano, um fato que evidencia a paralisação do sistema educacional; a comodidade de continuar

num método conservador de ensino; mesmo diante de tantos transtornos. Esse fato expõe a falta de politicidade, apesar de Freire (1996) dizer que a prática educativa não pode ser neutra, nesse caso, grita a neutralidade; neutralidade em fazer tudo do mesmo jeito; de executar atividades da maneira como tá escrito; de falar aquilo que já foi dito, da forma como foi dito.

Em meio a tais circunstâncias, há exemplos, ainda tímidos, de currículos escolares diferenciados, coberto de politicidade. Convida-se a conhecer um exemplo, por meio da Escola Rural de Massaroca - ERUM.

Reis (2011), pesquisador dessa escola, traz um exemplo de organização curricular pensado e organizado para atender às expectativas dos povos que vivem no campo; contrariando o sistema, e mostrando a força conjunta da comunidade e entidades em prol da escola do campo, a ERUM, em que “[...] a escola busca o desenvolvimento de práticas educativas baseadas na perspectiva da interdisciplinaridade, mediante um diálogo permanente entre os conhecimentos locais com os globais, fugindo assim à fragmentação tão comum no currículo escolar.” (p.19) Esse exemplo é apenas um, que mostra a real possibilidade de se fazer diferente, indo em outra lógica; distinta da padronizada; diferente da homogeneizada.

A organização do currículo da ERUM é estruturada de modo diferente dos eixos trabalhados nas escolas públicas dos municípios, inclusive no de Jacobina.

Com uma organização curricular estruturada em blocos temáticos, nos quais, as disciplinas do currículo comum se fazem presentes, e a depender da abordagem ou dos conhecimentos a serem privilegiados pela escola, algumas áreas vão exercendo uma presença maior na efetivação do currículo. (Op., Cit., p.19)

Essa estratégia de reorientação curricular aliada ao Itinerário Pedagógico contribuiu para a inserção da escola na comunidade e vice e versa.

De outro modo, como ficaria a relação da contextualização e o lugar do contexto local nas práticas educativas das escolas do campo?

Qual o lugar dedicado ao contexto e como as práticas educativas têm efetivado a contextualização dos saberes e conhecimentos diversos? O contexto ocupa um lugar não oficial, ocorrendo timidamente de forma oculta mesmo com o respaldo da BNCC.

Em relação à efetivação da contextualização, essa não ocorre, pois não há espaço no planejamento dedicado à contextualização dos saberes. Visto o engessamento do cronograma e o excesso de conteúdo a ser trabalhado.

Tomando como referência o mesmo autor, na relação educação e contexto, a perspectiva da contextualização vai na direção contrária da fragmentação e universalização do currículo que não toca nas questões locais. Um currículo que invisibiliza a educação do campo e os moradores que lá habitam.

Historicamente, quando o campo se torna assunto, esse se volta para as questões agrárias brasileiras, o setor econômico que domina todas as esferas. O êxodo rural ainda está relacionado à falta de condições dignas para se viver. “Em muitas vezes o êxodo era impulsionado pelas secas que assolavam o Nordeste, mas principalmente pela falta de políticas públicas voltadas para a convivência com esse fenômeno natural.” (Op.; Cit.; p. 32)

Tal desatenção contribuiu, e até hoje contribui, para o alto índice de êxodo rural na região nordeste (uma média anual de 203.948 pessoas, de 1996 a 2000), Reis (2011) traz:

Esses dados nos mostram exatamente o tamanho do abismo social que separa as camadas mais favorecidas do país daquelas que estão em situação de pobreza. Os indicadores ainda nos dizem que a pobreza tem classe, cor, sexo e habita certo tipo de localização territorial, de habitação, ou de região do país, principalmente aquelas mais distantes dos litorais, das capitais e das sedes dos municípios. (p.35)

Quando se refere a serviços e atendimento básico, levam para o campo qualquer coisa, como se lá não existissem cidadãos pensantes, com cultura própria, com opinião e valores próprios, isso porque:

Quando a escola foi pensada e levada para o mundo rural, não se buscou nem se pensou numa abordagem que pudesse levar em conta ou como ponto de partida a própria realidade rural, para que a partir desta, se desenvolvesse uma educação mais comprometida e vinculada com a vida e as lutas dos povos do campo. (Op.; Cit.; p. 37)

A educação sempre privilegiou o espaço e os conhecimentos urbanos, desprezando os saberes locais, tidos como do senso comum; daí uma educação urbanocêntrica; sem real sentido para os discentes do campo. Uma educação limitada, que transmite conhecimento pronto, produzido sem a participação dos principais atores, com uso de metodologias direcionadas a escolas urbanas.

A educação do campo é um direito legítimo, porém sem ser levado a sério pelo poder público. Até mesmo diante da lei, os textos que abordam a questão da educação do campo, recebia menor zelo.

Uma situação que aos poucos vem mudando, graças a organizações e movimentos sociais que se mobilizam em prol dos anseios dos povos do campo.

Essa ideia de campo, por exemplo, é recente, fruto de um novo paradigma que surgiu e excluiu outro, o rural tradicional. Este não suportava mais as complexidades que se evidenciava, pois além de não incluir outras dinâmicas, para além do agronegócio, por exemplo, disseminava ideais que iam de encontro aos ideais de território usado por homens e mulheres do campo.

Por isso torna-se difícil identificar a complexidade do campo no Brasil a partir do paradigma do rural tradicional, porque somente situa interesses no interesse do capital econômico. O que excluiu não existe na modernidade: a lógica do mundo rural, saberes e práticas alternativas. Trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque este

paradigma não entende o campo como território de vida. (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.34)

Assim também, a educação rural, fechada a novas orientações curriculares, não deveria ter mais espaço na contemporaneidade, sobretudo quando se trata da homogeneização do ensino, que desconsidera as especificidades dos discentes; as especificidades territoriais; as especificidades locais.

A chamada educação rural, como também foi conhecida, teve vigor até julho de 1997, a partir dessa data, nasceu a ideia de educação do campo, marcando seu início no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), momento importante que fez surgir “[...] a mobilização nacional para a realização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo.” (REIS, 2011, p. 52), datada de julho de 1998. Vale ressaltar que o surgimento de um novo conceito não se materializa nas práticas cotidianas das escolas, que muitas das vezes seguem convivendo com a concepção de educação rural, vítimas muitas vezes de mudanças não significativas.

O ensino precisa ser contextualizado, pois é necessário refletir sobre o seu entorno; sobre a cultura dos cidadãos que vivem ali; os costumes; as tradições, para só a partir daí, pensar e repensar os saberes já consolidados e então, criar meios de extrapolar esses conhecimentos e buscar, por meio do ensino, instigar discentes a melhorar as condições da vida própria e da Vila. “E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades, aspectos não considerados pelo paradigma da educação rural.” (FERNANDES; SECAD, 2004, p. 36)

Por meio de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (CNE/CEB 01, 2002) a partir da criação do Ministério da Educação – MEC, por meio do decreto nº 4 791, de 22 de julho de 2003 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD):

[...]a Educação do Campo passa a fazer parte da estrutura oficial dessa secretaria, através da criação da Coordenação Geral de Educação do Campo, que com as contribuições do Grupo Permanente de Educação do Campo vêm construindo as bases de uma Educação do Campo no país.” (Op.; Cit.; p. 57)

Juntos, o Grupo Permanente de Educação do Campo; a Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, contribuem para as bases da educação do campo no país. A Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC) foi instituída pela Portaria MEC nº 1.258 de 19 de dezembro de 2007. A CONEC foi instituída no âmbito da Secadi/MEC com atribuições de auxiliar o Ministério na formulação, implementação e acompanhamento da política de educação do campo.

Junto ao CONEC, encontra-se os movimentos sociais nacionais, representados nessa comissão:

Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Comissão Pastoral da Terra (CPT); - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). (REIS, 2011, p. 58)

Todos contribuem para a formulação de uma nova história da educação do campo, no país, pois juntos, asseguram a constituição “de políticas públicas de Educação Contextualizadas que levem em consideração as especificidades que constituem o campo e os povos do campo[...] com a ligação direta entre a educação e o desenvolvimento sustentável.” (Op.; Cit.; p. 58)

O mesmo autor ainda traz que, a partir da pressão do CONEC, aliados aos movimentos sociais e à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), muitas iniciativas voltadas para a educação do campo estão sendo formuladas, a exemplo do Programa Caminho da Escola, do (BNDES); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do programa Todos pela Educação, do PDE. Em que os municípios devem aderir a esses programas por meio de projetos no Plano de Ações Articuladas (PAR).

Tudo isso faz parte de uma luta conjunta, de mobilização em prol do respeito às especificidades do campo e a superação de um paradigma ultrapassado. Nesse sentido, é importante refletir qual o lugar da escola nesse espaço, onde não se discute as questões locais? É um lugar sem sentido, visto que não contribui com os sonhos dos discentes. Esse fato é reflexo sobretudo de um ensino urbanocêntrico, em que o “[...]currículo muitas vezes cria uma barreira intransponível entre aquilo que constitui a singularidade do campo com os conhecimentos que chegam e são transmitidos na escola como única vertente e verdade para explicação do mundo e das coisas que nele existe.” (REIS, 2011, p. 70)

Daí a importância de um currículo escolar ser produzido levando-se em consideração os anseios e desejos dos povos do campo, cujo o PPP do colégio seja criado com a participação dos atores principais, ou seja, aqueles que sonham e usufruem desse ensino. Daí a importância e a valorização de um ensino contextualizado.

[...] numa perspectiva de reorientação curricular voltada para a contextualização, o currículo passa a ser o tempo todo alimentado pelo contexto, que não se limita ao local, mas que em teias de conhecimentos, vai promovendo a extrapolação e a ampliação dos diversos saberes que perpassam a escola. (Op.; Cit.; p. 70)

Essa citação é esclarecedora, pois deixa claro que o ensino contextualizado não é simplista; nem tão pouco se volta para os conhecimentos locais apenas, o currículo, nesse sentido ganha força quando traz o contexto, pois, por meio da realidade, daquilo que é terrestre,

não alienígena, clareia e dá sentido ao entendimento dos tópicos previstos, para poder, com maior facilidade promover e transcender aquilo que se tem de conhecimento, em busca do novo.

4.6 EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO, UM ANSEIO OU NECESSIDADE?

Entender o campo do Semiárido Brasileiro passa por compreender as questões mais profundas da relação dos povos do campo com o contexto nacional, isso por que não é possível discorrer sobre uma realidade, mesmo que singular, sem considerar as intervenções plurais do todo.

O território brasileiro é composto por cinco grandes regiões: Centro-Oeste, nordeste, norte, sudeste e sul. Descrever essa grande nação considerando apenas uma ou duas dessas regiões seria inescrupuloso equívoco, fato que desconsideraria todo o processo histórico de formação territorial da nação brasileira. Do mesmo modo, seria falsidade caracterizar a nação brasileira como homogênea, ou ainda igualar os povos que vivem no campo com aqueles que vivem na cidade. São realidades distintas!

Por que então o sistema educacional brasileiro insiste em padronizar a escola pública, desconsiderando os contextos? Desconsiderando as lutas dos movimentos sociais em prol de uma educação de qualidade do/no campo? A resposta para essas perguntas será percebida ao entender como se deu a configuração do processo de desenvolvimento brasileiro, levando-se em consideração todo o modo de produção explorador, dos dominantes sobre os dominados.

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnocídio implacável (RIBEIRO, 1995, p. 23).

O território brasileiro teve sua base formadora firmada na exploração dos recursos naturais e na mão-de-obra nativa, em que o colonizador impôs sua cultura e costumes a todos os colonizados, desconsiderando os próprios modos de vida, a cultura, a língua, os costumes, consideravam-no inferiores e não civilizados.

A falta de compreensão crítica dessas questões históricas causa alienação e leva à implantação descompromissada de um sistema de educação homogêneo a todos os lugares

inclusive o campo localizado no Semiárido Brasileiro. Uma educação que não colabora com os anseios dos povos do campo, mas que serve principalmente para quantificar os alfabetizados, aderindo à imposição externa de países desenvolvidos, como bem retratado pelos autores Freire e Guimarães (2003), ao referirem-se a países colonizados. Pensar a educação passa por determinar os objetivos e as intenções que se pretende alcançar.

Se a intenção é melhorar os indicadores para satisfazer imposições externas, pode até encontrar êxito, no entanto, que educação está sendo oferecida? A educação está garantindo ensino de qualidade para os educandos progredirem?

A LDB 9394/96, no Capítulo II, da Educação Básica, seção I, nas Disposições Gerais, Artigo 22 traz: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (Art. 22)

A Educação Básica tem garantido essa finalidade quando se trata das crianças, adolescentes e jovens do campo semiárido? Está conseguindo fornecer meios para esse progresso no trabalho e em estudos posteriores? Quando se trata dos educandos do campo essa finalidade fica mais distante, e isso ocorre por que progredir, no trabalho do campo, depende de uma educação contextualizada voltada para os interesses e anseios dos povos que nele vivem. Do mesmo modo, progredir para estudos posteriores depende, sobretudo, da conclusão da Educação Básica, uma etapa que sofre influências diversas no processo, e que decorre muitas vezes do não reconhecimento dessa educação para seus contextos, pois estes são heterogêneos e necessitam de um olhar particular, nesse sentido a educação contextualizada mostra-se mais condizente, visto que:

A Educação contextualizada faz um movimento ascendente. Nela todas as pessoas são consideradas igualmente importantes, porque são únicas. A profissionalização, as habilidades e competências são decorrências da formação ética, moral, política e humana. Cada história, cada vida, cada ser é considerado na sua individualidade (SILVA; MENEZES e REIS, 2012. p. 9).

A educação só poderia fornecer esses meios de progresso pessoal se fosse capaz de integrar os contextos e a partir destes, e com os sujeitos que lá vivem produzir a escola do campo com os interesses dos povos do campo. O Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CEB de 01 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo traz que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL/MEC, 2002).

A escola almejada pelos povos do campo é uma escola que compreenda o todo do campo, completa, não basta apenas acesso, transporte escolar, uma estrutura física. Eles não se darão por satisfeitos com qualquer ensino, nem com a obrigação de deslocar-se para acessar esse direito.

Nessa perspectiva, surgem por todo o território nacional mobilização de movimentos sociais do campo, sobressaindo-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento Eclesial de Base (MEB) que a partir do final do século XX discutem e defendem uma Educação do Campo, com ações que configuram novos entendimentos do direito de receber uma educação pensada para os povos que vivem no campo (JESUS; TRARBACH, 2013).

A partir desse momento, surgem exemplos de Escola do Campo e no campo, consideradas inovadoras, como exemplo os Centros Familiares de Formação em Alternância-CEFFA's; Escola Rural de Massaroca-ERUM; Escola Rural de Ouricuri-Caatinga-ERU; Colégio Municipal Instituto de Ensino São Francisco de Assis-IESFA e Escola Família Agrícola de Jaboticaba. Os três primeiros exemplos são apresentados no livro intitulado *Educação do Campo: Escola, currículo e contexto*, que destaca a ERUM, sobretudo no capítulo II, como exemplo de força, luta e determinação dos agricultores, apoiados por órgãos públicos, sobretudo, para a criação de um centro de formação rural em Massaroca (REIS, 2011).

As iniciativas apresentadas são exemplos concretos que é possível criar escolas que viabilizem o direito das crianças, adolescentes e jovens que vivem no campo a uma educação de qualidade e voltadas para os interesses desses.

Pensar a educação no/do Campo deve primar por considerar todas essas questões apresentadas. A gestão educacional deve primar por esses espaços. Mas, isso só será possível se a gestão for compartilhada, ou seja, acompanhada e idealizada pelos atores principais, os nativos. Esses devem construir junto o currículo escolar, por exemplo, para colocar neste os anseios e necessidades da comunidade, para exaltar as técnicas positivas; para não deixar morrer a cultura local.

5. A DINÂMICA TERRITORIAL DE ITAITU: PERCEPÇÕES COLETIVAS E INTERPRETAÇÕES EM TORNO DA VISIBILIDADE DO CCFP

“Eu acho que, se todo mundo vendesse suas casas aqui, aqui era um deserto, era uma cidade fantasma, era.” (MINERAL, 2020³³)

Esse capítulo será iniciado de modo diferente, pois essa pesquisa tomou novos rumos devido à realidade atual, global, vivenciada por causa da pandemia, tendo origem com o Corona Vírus *Disease* 2019, que traduzido para a língua portuguesa significa Doença por Coronavírus-2019.

O termo Pandemia, designa uma epidemia que se alastrou geograficamente, ou seja, saiu do local de origem para o mundo todo. A origem da palavra é do grego *pandemias*, significa “todo o povo”: “Pan” (todo, tudo), “demos” (povo).

Tal circunstância, não será trazida em detalhes, pois não faz parte dos objetivos propostos nessa pesquisa, no entanto, será retratado, devido a algumas dificuldades encontradas para execução de entrevistas e observações de aulas, por exemplo. Devido, sobretudo por tratar-se de uma doença infecciosa e contagiosa, que impôs a criação de uma série de orientações por parte da Organização Mundial da Saúde -OMS para a prevenção do COVID-19, destacando-se:

- Lavar as mãos com água e sabão ou higienizar à base de álcool;
- Manter pelo menos 1 metro de distância entre você e qualquer pessoa;
- Cobrir a boca e o nariz com a parte interna do cotovelo ou lenço quando tossir ou espirrar;
- O uso de máscaras tornou-se obrigatória em ambientes públicos.

Tais orientações inicialmente geraram medo, e, posteriormente, pânico na população, fato agravado com o aumento de pessoas infectadas e do constante aumento de óbitos, em decorrência do agravamento dos sintomas por COVID-19. A mídia noticiava a necessidade de isolamento social e aos poucos fechou-se instituições públicas, inclusive, as escolares.

Devido a isso, a tabela 1, apresentada no subcapítulo 2.2, sofreu grandes alterações, a começar pelo número de entrevistados, que diminuiu de 49 pessoas, para um quantitativo de 13 pessoas. Dessas, não se obteve êxito com os discentes (quantitativo de 20), do Ensino Fundamental II, especificamente o 7º ano, visto que, após a segunda semana de aula, por

³³ Entrevistado, pesquisa de campo, 2020.

determinação da OMS, todas as instituições escolares paralisaram as atividades presenciais. Desse modo, foi inviável entrevistar alunos e observar as aulas de geografia.

Mesmo nas primeiras duas semanas de aula, antes da pandemia, não foi possível a presença do pesquisador durante as aulas, visto a necessidade de “arrumar a casa”, ou seja, organizar o colégio para o ano letivo de 2020. Essa orientação foi passada durante a Jornada pedagógica, ocorrida de 3 a 6 de fevereiro de 2020. Foi nesse período que explicaram ao pesquisador a necessidade de organização do colégio, devido à mudança de gestão (diretor e vice diretores) e a semana de acolhimento aos alunos e seus pais.

Após essas semanas, O CCFP foi fechado por tempo indeterminado, seguindo orientações do Ministério da Saúde. Devido a isso, não foi possível ter acesso à lista dos alunos matriculados no 7º ano, nem tão pouco a seus endereços. A maioria desses alunos residem em fazendas e povoados vizinhos, distantes da Vila de Itaitu. Aqueles alunos que residem na Vila, poderiam conceder entrevista, por meio de intermediação tecnológica, mediante a viabilização por parte da professora/gestora da instituição, o que não ocorreu.

Assim, houve também um período em que a Vila de Itaitu esteve fechada para visitação de turistas, uma ação preventiva dos moradores, para evitar que o COVID-19 chegasse ao lugar.

Diante disso, as demais classificações, para entrevistados, tiveram apenas o número reduzido e são esses que ancorarão essa parte da pesquisa. Assim temos:

Tabela 2 - Descrição dos entrevistados pós deflagração de pandemia pelo COVID-19.

OS ENTREVISTADOS		
CLASSIFICAÇÃO	REPRESENTA/REPRESENTADO POR	QUANTIDADE
Moradores nativos	Residentes nativos *(Agente comunitária de saúde; moradora nativa e nativa comerciante.)	04
*Guias turísticos de Itaitu (Substitui-se por: Condutores Ambientais de Itaitu)	Condutor Ambiental representante da Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu- ACAGI Representante da ASPAFF	02
Dono de loteamento	Representa a reorganização do território	01
Novo Morador	Representa a transformação do território	01

Professora de Geografia	Atuante na disciplina de Geografia no CCFP	01
Representantes do Colégio ontem	Professora aposentada Aluna veterana	02
Representante escolar	Vice-diretor	01
Gestor Ambiental do Parque Estadual das Sete Passagens;	Representante do INEMA.	01
Total		13

Fonte: Matos, pesquisa de campo, 2020.

Assim, a aproximação com as situações vivenciadas pelos atores sociais, ocorreram em meio à pandemia. No período de decretação de paralisação das aulas e fechamento das instituições escolares.

Em 5.1 será trazida a Vila de Itaitu no decorrer do tempo, sua historicidade, ou seja, Itaitú no passado e os fatos dinâmicos que levaram a transformações e a fazem ser o que é atualmente. No 5.2, o foco é o meio ambiente, nesse subcapítulo são trazidas as questões em torno das cachoeiras; a importância da Unidade de conservação; a relevância dos condutores ambientais para a preservação das cachoeiras e por fim, apresentaremos a análise técnica que vê com grande preocupação o ecoturismo, nos moldes como está configurado; sem fiscalização, por exemplo.

Em 5.3, são trazidas abordagens em torno da preservação ambiental como mecanismo de enaltecimento do ecoturismo. A preservação é vista como uma necessidade diante de uma real possibilidade de implantação de uma UC que abrange a Cachoeira Arapongas.

Por último, em 5.4, faz-se um apanhado das temáticas apresentadas e responde como o CCFP é visto, diante das dinâmicas apresentadas, se passivo ou ativo.

5.1 CONHECENDO A DINÂMICA TERRITORIAL A PARTIR DOS NATIVOS DA VILA DE ITAITU

É sabido que o território não é homogêneo, cada lugar adquire uma forma própria de evolução, Santos (2014) fala que “Alguns subespaços, dotados das modernizações atuais, podem acolher as ações dos atores hegemônicos.” (p.167) Trazendo para o contexto aqui

trabalhado, refere-se ao fato de o território receber influências dominantes, aquela introdução de, por exemplo, nova cultura, sobre uma cultura existente.

É a partir desse sentido, e percebendo a transformação histórica do território de Itaitu, que surge a necessidade de caracterizar Itaitu no passado. Assim, o roteiro de entrevista foi direcionado, inicialmente aos nativos da Vila. As perguntas instigadoras foram:

1. Como era Itaitu na sua mocidade? A(o) senhora(o) poderia descrever para mim?
2. Para o(a) Senhor(a) Itaitu passou por mudanças? Quais?
3. O(a) senhor(a) poderia citar quais mudanças Itaitu passou nesses últimos 10 anos?

Todos os colaboradores da pesquisa, receberam nomes distintos, esses nomes correspondem a aromas primários, uma referência a diversidade de aromas exalados na Vila de Itaitu.

Assim, o colaborador Mineral, instigado pelo roteiro de entrevista, contou que Itaitu era atrasado, não tinha calçamento, as ruas eram na terra, tinha uma feirinha divertida.

Em relação a estrutura das casas disse:

A minha casa, que era casa da minha mãe, era casa de palha, de taipa, o povo fazia antigamente as casas, enchia de varas as paredes e fazia barro e jogava com a mão, tapava de barro, era chamada casa de taipa, eram várias ruas aqui que tinha casa de taipa, e coberta de palha, palha de palmeira, eu ainda morei muito tempo, minha mãe morava nessas casas assim, era lá no início da rua e o chão não era cimento, era chão batido, jogava terra e batia, era chamado chão batido. (ENTREVISTADO MINERAL, 2020)

Já em relação a órgãos públicos, Mineral, relatou que existia uma escola, que ofertava de primeira à quarta série, em duas salas, era localizada lá em baixo, ou seja, na entrada da Vila, não tinha diretoria, chamava Escola Pedro Alves José da Silva, depois foi construído o Colégio Crescenciano, aqui em cima, nesse caso do lado direito após entrada, passando pela praça da Matriz. Segundo relatou, em Itaitu tinha um fórum, que ficava no início da subida, que seria logo na entrada da Vila, e acrescentou “Aí, o pessoal daqui da redondeza, ia fazer o registro dos filhos tudo nesse fórum, que não era bem um fórum, era uma casa.” (ENTREVISTADO MINERAL, 2020).

Contou também que o sistema de saúde e ensino mudou muito, que antigamente não tinha posto de saúde, hoje já tem, também não tinha ensino médio e hoje, já tem.

Em relação às mudanças ocorridas em Itaitu, Mineral confirmou que Itaitu passou por muitas mudanças, que não é mais como era antigamente e atribuiu ao movimento de transporte que tem hoje.

Para você ir para Jacobina, antigamente você tinha que levantar 2 horas da manhã, principalmente dia de sábado, se você quisesse ir para Jacobina, você tinha que levantar cedo e você ia em cima de carro, não tinha ônibus como tem hoje, era bem mais difícil, você tinha que ir em cima de carro, não achava vaga, assim na bolé para

você ir, por que antigamente era assim, aqueles carrinhos né, tinha camioneta, você tinha que ir em cima de caixa correndo perigo de vida. Hoje tá bem diferente né, hoje tem ônibus, dois horários de ônibus, 06:00 horas, 07:00 horas, daqui para lá, de Jacobina para cá tem 3 horas, tem dois horários também, meio dia e três horas, é. (ENTREVISTADO MINERAL, 2020)

Tropical relatou que Itaitu era muito diferente do que é hoje, que eram poucos moradores, que desenvolveu muito, modificou muito principalmente de 15 a 20 anos para cá.

Meu pai dizia assim, que as casas daqui eram muito casas de taipa, casa de palha, esta rua aqui mesmo, só tinha casa de palha, por isso, o pessoal botou o nome de rua da Palha, por que só tinha casa de palha, mas isso não foi na minha época não, eu não lembro disso não. Meu pai que tem 89 anos, quem conta. (ENTREVISTADO TROPICAL, 2020)

Em relação às suas próprias lembranças, Tropical relata que hoje tem muitas mudanças, reportando-se primeiramente ao fato de já ter transporte duas vezes ao dia, diferentemente do passado. Em seguida, disse que tem muitos restaurantes, bares, lanchonetes, pizzaria, que não tinha antigamente. E faz o seguinte relato:

Hoje já tá bem modificada, já tem muita casa chique aqui, já tem prédio, muitos condomínios, o povo daqui nem conhecia o que era um condomínio, hoje tem condomínio, tem apartamento, não tem mais por que na praça, mesmo, não pode fazer, diz que é tombado como patrimônio histórico, na praça mesmo não pode construir. (Op. Cit. 2020)

Quando indagada a falar sobre órgãos públicos, Tropical conta que hoje tem Correio, Casa de Cultura e “Programa de Saúde da Família” (PSF). O PSF em aspas, refere-se a um PSF pandegando, que pega gancho em outro PSF, o PSF de Cachoeira Grande e tinha também uma escola que era pequenininha.

Cítricos contou que Itaitu era bem menor do que é hoje “as casas eram diferentes, remodelaram muito as casas, né, não são mais como era, né, era assim aquelas casas de porta de venda, de duas portas, a maioria das casas eram assim, e aí desse tempo para cá mudou muito.” (ENTREVISTADO CÍTRICOS, 2020)

Em relação a percepção de mudanças em Itaitu, Cítricos afirma que Itaitu passou sim por mudanças, e percebe que hoje tem mais empregos devido ao turismo e relata:

Aqui ainda não é ponto turístico, mas estão fazendo de Itaitu um ponto turístico, né, e aí o que, abriram lanchonete esses negócios, mercado tinha um, quando cheguei para aqui não tinha mercado era venda, só que vendia algumas coisas, carne, esses negócios, mas não tinha e agora quantos mercados não tem em Itaitu. Aí avançou sim. (ENTREVISTADO CÍTRICOS, 2020)

O último colaborador nativo, Floral, relatou que Itaitu está totalmente diferente, iniciando pela quantidade de casas e a forma de construção, que é diferente e contou “não tinha prédios, era mais casinhas simples, e não tinha assim essa quantidade de casas, a Vila não era

calçada antes, aqui na subida era uma subida de pedra, e era bem diferente, totalmente diferente do que é hoje” (FLORAL, 2020) e continuou trazendo novos argumentos.

Várias mudanças “boas” e mudanças que não, desordenada, tipo assim, hoje aqui em Itaitu, a gente já não reconhece quem é morador daqui da Vila como antes. Tipo assim, as estruturas, as formações das casas, o público, como um todo já não é mais o mesmo. Quem conheceu, na verdade, quem saiu daqui de Itaitu já a alguns anos, que retorna, já não reconhece, já não tem mais a mesma característica, a mesma forma, as mesmas estruturas de casa, nada. (ENTREVISTADO FLORAL, 2020)

Como visto, a Vila de Itaitu passou por muitas mudanças, e isso não o torna diferente de outros lugares, até aqui, esses relatos, de nativos(as), refletem seus quadros de vida, numa revisão histórica.

Essa revisão histórica, inacabada, do território de Itaitu, traz uma pequena noção das transformações desse território. A imagem (figura 5), mostra um pouco dessas mudanças no território.

Figura 5 - Fotografia que evidencia a mudança estrutural de imóveis na vila de Itaitu



Fonte: Matos, pesquisa de campo, 2020.

A figura 5 evidencia algumas das características de transformação da Vila de Itaitú, nesse caso, representado por um conjunto de prédios com dois andares, cujo interior há piscina, quiosque, quartos com ar condicionado dentre outras características destoante dos objetos característicos do passado, mas que ainda se fazem presente na Vila.

Um território que conjuga características do passado e da transnacionalização, ou seja, se compõe por objetos do passado e de objetos contemporâneos, de um território habitado, logo sem controle, como retratado por Santos (2014).

Não há como controlar um território usado, e é nesse sentido, de um território dinâmico, que surgem as indagações referentes ao efeito do ecoturismo na Vila de Itaitu. Para analisar essa questão, os relatos dos nativos foram essenciais, e alguns caminhos e alternativas foram apresentados aos colaboradores(as) da pesquisa para responder de maneira mais completa e contundente aos objetivos propostos. Assim, buscou-se analisar os efeitos do ecoturismo na Vila de Itaitu, por meio das palavras/frases instigadoras abaixo:

1. Economia;
2. Se Incomoda (É bom ou ruim, porque);
3. Se não incomoda (É bom ou ruim, porque);
4. Se apoia os eventos/festas (carneval, ecorun, cavalgada, cicloturismo), levados para lá, com intuito de atrair pessoas? E Por quê?

Com isso, a ideia foi perceber quais percepções os nativos, que assumiam funções diferentes na Vila (dona de casa nativa, funcionária pública, comerciante e uma moradora há 28 anos), tinham em relação a ida de pessoas, turistas, a Vila de Itaitu.

Mineral inicia fazendo um desabafo:

As vezes incomoda, por que tem muita gente que vem de fora e não respeita, passa em sua rua zoando. Como aqui mesmo, várias vezes passa tarde da noite e a gente acorda com o barulho, que eu acho uma falta de respeito, “né”?, por que se você vem para um lugar, seja, até ali o horário que tem que zoar, zoe. Agora passou daquele horário, respeite seu vizinho, “né”? Aí, nessa parte aí eu acho que isso aí deveria mudar! Por que tem muita gente de idade, e muita gente que vem de fora não respeita, não respeita a comunidade. (ENTREVISTADO MINERAL, 2020)

Segundo Mineral, o ecoturismo é bom para aqueles que têm comércio, apesar de reconhecer que muitos turistas já trazem consigo as bebidas e alimentos e não colaboram com o comércio local.

Em relação às festas, todos os colaboradores limitaram-se a falar apenas de dois, o carnaval e a cavalgada, as mais populares e acessíveis aos nativos, portanto serão esses apresentados em seguida.

Mineral traz dois posicionamentos, um levando em consideração o agora, ou seja, a pandemia do COVID-19 e outro, quando instigada a falar no pretérito, antes da pandemia.

O carnaval, mesmo, eu não acho uma boa ideia, por que principalmente agora nesse tempo de pandemia, que tá correndo o risco de contaminação, para os moradores. Eu acho que nessa parte aí de carnaval, eu não acho uma boa ideia não, e cavalgada por que aqui sempre teve daqui das pessoas do lugar mesmo, sempre teve, não teve esse ano, mas todo ano tem cavalgada aqui. Acho que aí essa parte de cavalgada não tem como mudar. Agora esse negócio de carnaval, eu não sei por que, eu não gosto desse

tipo de festa, para mim mesmo, eu não aceitaria não, na minha opinião né. (ENTREVISTADO MINERAL, 2020)

Sobre antes da pandemia, Mineral vê coisas boas e ruins, e atribui as ruins sobretudo ao barulho. Já as coisas boas, atribui a quem tem comércio e acrescenta “como eu mesma já tive o comércio aqui, eu não vou dizer que era ruim, porque eu já tive comércio, era bom, ‘né’?, comércio assim, para mim foi bom.”

Tropical relata seu posicionamento de modo bem parecido, dizendo que é bom para umas pessoas, mas não é para outras, e acrescenta:

Quando tem época de carnaval o povo, dá uma renda melhor para o povoado, por que qualquer coisa que você fizer e botar na frente de sua porta, você vende. Então já é um dinheirinho a mais “né”?, então movimenta muito “né”?, um faz um geladinho, faz um doce, faz um arroz doce, mingau, “né”?, tudo rende dinheiro “né”? (ENTREVISTADO TROPICAL, 2020).

Foi óbvio perceber que as falas eram condicionadas à localização de suas moradias. Mineral reside em uma das entradas que dá acesso às cachoeiras, já Tropical, residia próximo à Praça. Ambos retratam o barulho como algo que incomoda, porém fazem menção a barulhos distintos, como nesse relato de Tropical.

Por que assim, eles não obedecem “né”?, muita zuada, carro de som, nas maiores alturas. E isso não faz bem para a comunidade daqui, porque aqui é uma comunidade que tem muito idoso. Tem o lado bom e o lado ruim, tem que ter respeito “né”?, e aqui não tem nada disso, nego quer chegar, quer virar a noite na zuada, que a comunidade aqui não tá muito acostumada com isso, por ser uma comunidade de idoso, incomoda, de certas formas incomoda, talvez para quem é jovem não incomoda, mas para que é idoso incomoda, “né”? (ENTREVISTADO TROPICAL, 2020)

Apesar disso, Tropical diz apoiar as festas, porém ressalta a necessidade de controle e menciona também o receio de contaminação, pelo COVID-19.

A dicotomia apresentada, boas e ruins, também são descritos por Cítricos, que também considera a circulação de dinheiro, o lado bom. Já o lado ruim, é atribuído a ação de destruir a natureza, mencionou também o barulho e afirmou que tira a tranquilidade e o sossego.

Floral vai um pouco além, percebe que é uma forma de gerar renda, vê o ecoturismo sendo mal administrado e mal conduzido. Chegou a demonstrar revolta quando disse que falta organização por parte da comunidade, para fazer funcionar o ecoturismo, segundo este colaborador, estão fazendo “de forma aleatória, todo mundo chega, todo mundo faz, todo mundo, já houve mudanças? Houve! Por exemplo, antes, não era dessa forma, mas hoje já tem algumas mudanças, e tem que ser mudado mais ainda. Tem que ser um ecoturismo com consciência, que não tá tendo”. (ENTREVISTADO FLORAL, 2020)

Para Floral, o ecoturismo só não incomoda, quando é feito de forma segura, preservando a natureza. Acrescenta a seu depoimento um fato ruim, que aconteceu recentemente.

Mas quando ela é feita de uma forma, como foi feita no último fim de semana, ela me incomoda de mais, não só a mim, por que aqui é uma Vila pequena, e você vê a Vila entupir com 3 mil pessoas, e você não ter onde botar um pé, isso incomoda, mas quando é um turismo que vem, um grupo que vem agendado; que você sabe a quantidade de pessoas; que tem a consciência de trazer seu lixo; que não tira nada da natureza; que só quer fotos e tem uma certa consciência, esse é bom. Mas quando é de forma desastrosa incomoda. (ENTREVISTADO FLORAL, 2020)

Em relação às festas, Floral também apoia desde que seja organizado e com horário de terminar. Também percebe que o ecoturismo trouxe mais coisas boas que ruins, cita o fato de ter pessoas que já sobrevivem do comércio e do turista, mas em compensação, relatou que a destruição da natureza está mais rápida.

Todos atribuem à geração de renda, o lado bom do ecoturismo. Um fator favorável, segundo os nativos, e que comunica-se diretamente com os objetivos de desenvolvimento do PRODETUR/NE II, no que concerne a “reforçar o caráter socioeconômico do turismo[...]”. Os autores Santos, Oliveira e Souza (2012), também já apresentaram como benefícios: a geração de renda; a elevação da oferta de empregos diretos e indiretos e a possibilidade de inserir e integrar o desenvolvimento local, constatado agora e que comungam com os depoentes.

Mas, isso não retrata a totalidade da Vila, apesar da dicotomia apresentada, há ainda outros fatores, mais complexos, que levam à transformação do território e podem chegar mais próximo dos efeitos do ecoturismo na Vila.

A paisagem é um fator de atração, a vinda dos turistas à Vila exige cada vez mais, atenção, pede por conforto, um conforto que vai do simples e aconchegante ao requintado e elegante. Assim, as ações seguem numa direção que busca tornar os objetos mais próximos aos desejos dos turistas. Nessa linha é que surgem, na Vila, muitos e diversificados empreendimentos imobiliários (loteamentos rurais, condomínios e casas de veraneio). Alguns nativos, correspondem àqueles que vendem suas propriedades, há aqueles que não possuem terra e vê vantagem na venda da própria residência, esses vendem e acabam saindo da Vila, sem conseguir retornar. Outros alugam as residências durante a alta temporada, nos períodos de festas como o carnaval. Há também nativos com vastas áreas de terras, esses por motivos diversos, dividem suas terras e preparam, parte delas, para lotear.

Lírio, representa esse nativo, que nasceu e reside em Itaitu a mais de 60 anos, possui cerca de 11 hectares de terras, viu a necessidade de lotear parte dessas, para investir na educação dos filhos. Quando questionado a respeito de sua percepção em relação a esse tipo de empreendimento, nos relatou:

Hoje um lote de terra aqui é procurado, eu era criança aqui, menino... aqui você vendia um lote, aqui na rua, ninguém queria, você vendia do preço de banana aí ninguém queria. Mas hoje se você tiver um lote aqui na rua para vender aqui, 100 mil ninguém compra. Quem vendeu seus lotezinhos aí, hoje se vendeu tudo já ficou sem nada, já

não tem condições de comprar mais. Eu tenho aqui, duas casas aqui, agora, na roça, ali...Minha roça aqui é pertinho ali, tem aquele loteamento ali perto do cemitério, ele fica do lado ali, eu já vendi uns lotes lá, eu tenho lá uns vinte e poucos ainda para vender. (ENTREVISTADO LÍRIO, 2020)

Em relação ao meio ambiente, inquietava saber quais tipos de cuidados, sobretudo de preservação da natureza, eram realizados, quando o terreno foi preparado para lotear. Lírio contou que “lá tem várias árvores ‘né’?, mas não vai ser derrubada, por que o próprio sistema aí, um sistema que tem aí não permite, ‘né’?, e a gente também não”. (ENTREVISTADO LÍRIO, 2020)

Na sequência, continuou falando que as pessoas que compram, também têm interesse em deixar as árvores, só retiram aquelas do local de construção da casa e acrescenta: “Existe fiscalização em caso de cortar uma árvore, mas é assim, eles cortam no lugar de fazer uma casa, mas eles plantam outra em outro lugar, próximo, ‘né’?, num lugar que não vai prejudicar”. (ENTREVISTADO LÍRIO, 2020)

Dos relatos apresentados muitas interpretações podem ser feitas. A primeira é que os relatos destoam dos flagrantes registrados em fotografias, em outros loteamentos, de antes da pandemia, em que máquinas pesadas derrubavam árvores e limpavam o terreno para atender às especificidades de loteamentos. Por exemplo, a colocação de ponto d’água em cada lote, exige implantação de tubulações, uma ação que necessita de espaço livre para máquinas adentrar. Outra informação que merece atenção, está no fato de Lírio, não saber o nome dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente. Esse fato chama a atenção para a necessidade de educação ambiental. Outras inferências também cabem, mas ainda há outras questões respondidas a serem apresentadas.

A compra de lotes no campo, segundo Lírio está associado ao aconchego que a Vila proporciona e à tranquilidade de não existir roubo.

Vale ressaltar que Lírio é uma das poucas exceções de nativos que possuem hectares de terras. A maioria da população só possui sua própria residência. Aqueles que venderam, achando vantagem no valor que recebeu e gastou parte do dinheiro, já não consegue comprar outra casa, e acaba indo embora da Vila. Essa circunstância foi relatada em forma de denúncia por Mandarina, uma colaboradora representante do CCFP.

Itaitu se tornou um lugar elitizado, hoje para você comprar um terreno em Itaitu, você precisa dispor de muito dinheiro, basicamente as famílias foram expulsas mesmo de lá, por que quem tinha dinheiro, oferecia, me vende tua casa por um valor irrisório. Ficava sem casa, saía de sua comunidade, ia para fora e não retornava, então, você vê poucos nativos lá, em Itaitu, só a população antiga mesmo e os filhos que não foram embora né, mas a população nativa diminuiu bastante lá. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Outros colaboradores comungam dessa mesma opinião, e apresentam:

Aí agora o pessoal briga por casa aqui, para comprar casa e terreno, casa ficou muito cara. Aí eu digo assim, que daqui a uns dias, os nativos de Itaitu não vai ter mais uma residência aqui, por que o pessoal fica achando assim (a eu achei 50 mil, 60 mil na minha casa, eu vou vender, compro um terreno e vou fazer outra, mas fica difícil, entendeu? Por que daqui a uns dias esses 50 mil, 60 mil, não vale mais nada. Aí quando você vai comprar um terreno, você vai comprar de 35, 40, 25, 30, daí em diante vai dá para fazer uma casa? Não vai! (ENTREVISTADO TROPICAL, 2020)

Esses argumentos, evidenciam as transformações do lugar, advindas da dinâmica territorial, sobretudo mediante a ação de compra e venda de imóveis residenciais dos nativos. Essas circunstâncias já não condizem com as ideias do PRODETUR/NE II, e também não configura os benefícios retratados por Santos; Oliveira e Souza (2012), no que concerne:

9. Poder proporcionar a valorização do artesanato local;
10. Valorizar a herança cultural, tradições locais e o patrimônio histórico;
11. Investir em capacitação dos moradores.

Foi observado que o que ocorre em Itaitu é o contrário de tudo isso, como disse Manzana, colaboradora não nativa, mas que reside em Itaitu, “é um estupro culposo”, pois segundo suas palavras, quem chega aqui, não pede licença, e ainda diz que não são donos. Manzana comparou a população da Vila de Itaitu aos índios, num período muito conhecido, denominado de “o descobrimento do Brasil”:

E a gente olhou para os índios, o que a gente falava deles, eles não são donos, então, a gente vai tomar conta. Mas dava para conviver todo mundo. Então, a gente tem esse olhar de colonizadores, de querer chegar, de dizer que agora você tem que saber como é viver. Mas talvez a gente possa aprender com eles também e assim todo mundo caminha junto. (*Op., Cit.*, 2020).

Então, aqueles benefícios de proporcionar a valorização de tudo aquilo que é do lugar (artesanato; herança cultural; tradições locais; patrimônio histórico), não está ocorrendo, há sim, uma aceleração da imposição cultural urbana, contemporânea, dominante, ou seja, a cultura dos condomínios fechados; a cultura dos paredões, com som alto atravessando a madrugada, durante o período de festas; a cultura do “colonizador” que chega impondo a sua própria cultura, àqueles que ali já estavam, chegam mostrando como deve ser, ditando padrões elitizados.

Nesse contexto, muitos dos colaboradores contribuem nessa mesma perspectiva, ou seja, apresentam relatos que demonstram preocupações. Nesse sentido, Naranja, representante do INEMA, traz um argumento, muito pertinente.

A gente, não tem que ir no modismo de achar que vai trazer grandes eventos que existe em outras localidades, para aqui, e ter aquele bum. E achar que vai trazer muita gente. O distrito não suporta isso, então eu acho que tem que se repensar. Tem uma coisa

cultural, aqui na região que o povo chama samba de roda, ou chula, dessas comunidades aqui do Covas, do entorno que eu não vejo ela inserida[...], se fizer uma coisa cultural, local e menor, eu acho que é o caminho mais sustentável que dá para se fazer. (ENTREVISTADA NARANJA, 2020)

Como já mencionado nesse trabalho, o desenvolvimento apresenta dúbios sentidos, esses relatos acabam evidenciando o lado oculto, embutido no significado da palavra e evidencia a parte do desenvolvimento que transforma o espaço, em prol daqueles que vem de fora, sem considerar os nativos e todo o sistema ali presente.

Outra questão importante foi compreender como os nativos percebem os novos loteamentos, os novos moradores, aqueles que compraram residências dos próprios nativos, e também aqueles que compraram/construíram suas casas nos loteamentos.

Os relatos são chocantes, sobretudo por tratar-se da percepção dos nativos, uma percepção do senso comum, mas que são reveladoras:

É por que, pela quantidade de pessoas que frequenta, que tem casas aqui, se morasse, fosse morador daqui a gente conseguiria abrir um PSF, mas a maioria só tem casa, você não consegue cadastrar, não consegue ter uma quantidade de pessoas para abrir um PSF. Por que seria bom se a gente tivesse um médico a semana toda, um dentista a semana toda, “né”?, e outras coisas que influi no PSF, então assim, você vê tanta gente, mas quando você começa a somar não tem benefício. (ENTREVISTADO TROPICAL, 2020)

Eu acho que é assim, igual o turista mesmo, por que quem compra casas aqui, loteamentos para construir casas, só vem mesmo para passar tempo, não mora, só para passar tempo no final de semana. Tem várias pessoas que tem, o pessoal antigo que venderam suas casas. Hoje, tem suas belas casonas que o povo de fora comprou, aí fica as casas fechadas, eu acho que se todo mundo vendesse suas casas aqui, aqui era um deserto, era uma cidade fantasma, era. (ENTREVISTADO MINERAL, 2020)

Eu diria que assim, como eu vejo, eu não vejo como uma coisa ruim, mas um pouco preocupante, a questão dos loteamentos, por a gente não ter uma estrutura, a gente não ter uma rede de esgoto. Então assim, a gente não tem um sistema de abastecimento de água, para suprir, e isso vem crescendo a cada dia, desordenadamente [...] esses loteamentos, eles tem condições financeiras de construir uma cisterna, um tanque de água de grande capacidade, que muitos moradores não tem. Então quando chega num momento de pico, tipo um carnaval, um evento desse grande, quem vai ficar sem água? Eles não vão ficar! Por que eles vão estar abastecidos, mas a comunidade vai. (ENTREVISTADA FLORAL, 2020)

Os relatos evidenciam quatro grandes problemáticas associadas ao uso do território, que não estão associadas unicamente aos loteamentos rurais, como preliminarmente foi trazido. Os dados coletados evidenciam que a compra de imóveis residenciais, diretamente com os nativos, ocasiona perda social maior que a compra de lotes rurais, cuja estrutura ainda será edificada. E isso está associado ao fato de nativos venderem suas únicas propriedades, sem ter a noção exata do que está fazendo, pois trata-se de cidadãos, que nunca “pegou” em tanto dinheiro, que não tem a noção exata do valor de venda e compra. Por isso, Manzana tratou em seu depoimento

como “estupro culposo”, por que quem compra, não leva em consideração a falta de compreensão da decisão tomada.

Em relação a isso, a colaboradora associa esse fato, ao do Brasil, quando os colonizadores chegavam oferecendo objetos (espelho, pente etc.) aos índios, em trocar de ouro, de jazidas de ouro e pedras preciosas, uma associação bem esdrúxula, porém pertinente.

Essas falas revelam as necessidades dos nativos da Vila, entre essas, a necessidade de água. Mas como assim? Como, que um lugar turístico, de características naturais exuberantes, com inúmeras cachoeiras, falta água!?

A resposta a isso, está relacionado à falta de planejamento; à falta de compromisso de gestores; à falta de comunidade, ou seja, à falta de nativos comprometidos; à falta de compromisso coletivo com as questões locais, por que a água corre nas serras, no subsolo e solo, mas, a falta de planejamento, sobretudo planejamento socioambiental, pode, num futuro breve, levar à necessidade real de água, não apenas nas torneiras, mas nas próprias cachoeiras.

5.2 O MEIO AMBIENTE E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: PERCEPÇÕES TÉCNICAS

As belezas naturais da Vila de Itaitu já são conhecidas até mesmo por estrangeiros. E não é à toa, que existem, dentre os moradores, pessoas formadas no curso de Condutores Ambientais.

Os condutores ambientais de Itaitu, são pessoas capacitadas, que guiam turistas, via trilhas, até chegar as cachoeiras. Mas a função deles não finda apenas nessa ação, pois, atualmente, criaram uma associação, e seus membros assumem funções que vão desde a parte burocrática (produzir, receber, encaminhar documentos, por exemplo) até os mutirões de limpeza das áreas de preservação.

Que associações são essas? Como os condutores ambientais percebem o ecoturismo? E quais as principais preocupações dos gestores e Condutores Ambientais? Essas são perguntas que merecem atenção, visto os objetivos desse trabalho, no que concerne a compreensão dos fatores que condicionam a reorganização e uso do território de Itaitu.

As respostas vieram de representantes da Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte - ASPAFF, representante da Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu - ACAGI e também de representante do Instituto do Meio

Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, Chamados aqui por: Lima, Mandarina e Naranja, respectivamente.

Lima, representante da ASPAFF, relatou que fez o curso de Conductor Ambiental, na unidade do Parque Estadual das Sete Passagens-PESP (Criado pelo Decreto Nº 7.808 de 24 de maio de 2000), localizado no município de Miguel Calmon - Bahia, com certificação pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, com carga horária de 180 horas. Foi a partir desse curso, que Lima, juntamente com a ASPAFF, conseguiu trazer o curso, presencial, para Itaitu, e formar a primeira turma, de aproximadamente 20 condutores ambientais. Esses condutores tiveram aulas teóricas e práticas.

A partir desse curso e da formação de condutores, Lima contou:

[...]nós recebemos o convite “né”?, do Parque Estadual das Sete Passagens, através do gestor Zelis, que é um grande parceiro nosso, para que esses condutores atuassem na Cachoeira Arapongas. Porque a Cachoeira Arapongas, faz parte da Unidade de Conservação do PESP. Então formado os condutores, de imediato “né”?, pela credibilidade que a gente tem, e justamente pela questão da gente tá formando jovens da comunidade, pela questão da geração de renda “né”?, Educação Ambiental e o controle dos visitantes naquela Cachoeira, a gente recebeu o convite e temos aí 1 ano de operação já, na Cachoeira Arapongas, através dos condutores. (ENTREVISTADO LIMA, 2020)

Esse relato, revela que Itaitu já passa por avanços, sobretudo na área de preservação ambiental. A formalização da associação ACAGI, composta por membros da Vila, também é visto com satisfação, por todos os envolvidos com as questões ambientais.

Em reunião, ocorrida dia 3 de novembro de 2020, em Itaitu, muitas decisões foram tomadas. Essa reunião ocorreu na Casa de Cultura Pedro José da Silva, o Casarão.

Mas, para começar, que Casarão é esse?

O Casarão, como popularmente é chamado, é a Casa de Cultura Pedro José da Silva, uma estrutura que recebeu esse nome em homenagem ao antigo morador Pedro de Titonho, como popularmente foi conhecido. Trata-se de um espaço amplo, com várias salas, essas, também, nomeadas por pessoas saudosas da comunidade (Manoel Marques Grassi Filho; Miguel Gomes de Oliveira e Maria Rita de Oliveira Pereira e Cássia Alves Feitosa Biset, essas últimas, professoras).

A estrutura remete a casarão antigo. Na faixa, há cinco janelões, de madeira, essas seguem também pela lateral direita. Todas as janelas abrem ao meio; há uma porta grande, de mesmas características, que divide a faixa do Casarão, deixando do lado direito três janelões, e do outro lado apenas duas janelas (onde funciona o correio, atualmente), ambas (janelas e portas) possuem cor amarelo vibrante, com entorno em alto relevo, na cor branca. Todas as janelas e portas, da Casa de Cultura, seguem essas mesmas características. O telhado é

imponente, mais alto que aqueles das casas a seu redor, encanta aqueles que adentram o espaço e olham para cima.

Uma estrutura arquitetada para facilitar a circulação do ar, visto que não há aparelhos de ar condicionado no local. Toda a decoração é rústica. Há um corredor que inicia na porta da frente e segue até o quintal, ao longo de suas paredes pode-se contemplar fotografias emolduradas de antigos moradores e paisagens (cachoeiras, trilhas e serras, por exemplo). No espaço comum, há mesas grandes de madeira, esteiras (de palha trançada), cadeiras e quadros para exposição das artes dos alunos (crianças e idosos) que frequentam o local.

O casarão é um espaço importante, lá ocorrem as aulas da educação infantil; lá é onde ocorrem as reuniões; onde tem cursos de artesanato e pintura. Lá no Casarão ocorre as tomadas de decisão da Vila. As pessoas que realizam ações no Casarão possuem outras percepções, que vão agregar a esse trabalho, e ao entendimento desse local tão plural.

[...] hoje nós temos lá um ponto de cultura, no Casarão de Itaitu, que é muito bem requisitado, “né”? A gente tem um estagiário da comunidade que recebe uma bolsa no valor de R\$5000 e abre o Casarão, aos sábados e domingos, é um rapaz, um jovem da comunidade, e é um local muito visitado, é um ponto turístico de Itaitu, aquele Casarão em frente à Igreja. Isso, para a gente, nos traz muito orgulho, nós temos alguns equipamentos lá “né”? como um cineclube, que é um local onde a gente apresenta filmes nacionais, para a Comunidade e para os visitantes. Infelizmente tá parado por causa da pandemia. (LIMA, 2020)

Nós, temos também lá a Biblioteca Miguel Gomes que é uma biblioteca bacana, que é da ASPAFF, também, da instituição, onde a gente tem livros e filmes, um espaço muito bem organizado, onde as pessoas podem visitar e temos também lá a Sala Verde, EcoArt Itaitu, o qual eu estou como Coordenador, que é uma Sala Verde “né”? um espaço de Educação Ambiental, chancelado pelo Ministério do Meio Ambiente. Então a gente conseguiu algumas coisas para lá, a gente tem o orgulho de fazer esse trabalho *linkado* também ao turismo. (Op., Cit., 2020)

Como apresentado por Lima, o Casarão abarca uma série de atividades. É nesse local onde as reuniões acontecem.

Voltando ao dia 03 de novembro de 2020, dia da reunião para decidir a reabertura, para visitação, da Cachoeira Arapongas. Nessa reunião, estiveram presentes mais de 60% dos condutores da ACAGI; representantes da ASPAFF; condutores ambientais e funcionários do PESP; pessoas da Vila (nativos e novos moradores), e representante do INEMA, gestor do PESP.

A reunião ocorreu no horário das 19:30 às 21:30 horas. O representante da ASPAFF, acolheu a todos os presentes com motivação e trouxe a pauta:

1. Retorno de atividade na Cachoeira do Arapongas;
2. Ocorrido na Cachoeira Véu de Noivas;
3. Normas de uso público;
4. Unidade de Conservação;

5. Zona Intangível;

6. Projeto de capacidade de carga.

A reunião foi convocada pelos representantes da ASPAFF e da ACAGI, com a participação do Gestor do PESP e tinha como principal pauta de discussão: o retorno das atividades na Cachoeira Arapongas, após longo período fechada por conta do COVID-19. Um anseio dos turistas e moradores, visto a reabertura, já prolongada, da Cachoeira Véu de Noiva.

O gestor do PESP, lembrou as Normas de uso público para áreas de conservação, trouxe a Lei estadual 10.431/2006³⁴ que:

Dispões sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia. Dentre os planos estaduais instituídos pelo mencionado diploma normativo, destaca-se o de Proteção da Biodiversidade, que tem alguns objetivos específicos, como:

- A. definir critérios e procedimentos para a elaboração, a revisão e a implementação dos planos de manejo;
- B. apresentar propostas para a utilização dos recursos da compensação ambiental;
- C. estimular a criação de reserva particular do patrimônio natural;
- D. identificar espécies ameaçadas de extinção no Estado da Bahia e propor programas para sua conservação.
- E. propor estratégias para o mapeamento de áreas prioritárias para conservação. (BRASIL, 2006)

Todas as leis foram trazidas com o intuito de refrescar a memória, dos presentes, em relação às distintas tomadas de atitude depositadas nas cachoeiras. A Cachoeira Arapongas está dentro da Unidade de Conservação (UC) do PESP, já a cachoeira Véu de Noivas, não faz parte dessa área, sobre isso, Naranja relatou, em entrevista, os motivos da Cachoeira Véu de Noivas não ter sido incluída no polígono da Unidade de Conservação, criado em 2000³⁵:

Por que na época, a ideia nossa era incluir a região de Itaitu e outras regiões, com a finalidade de conservação de uma área muito maior. Só que na época a secretaria ainda era pela Secretaria de Agricultura do Estado, dentro do Departamento de Desenvolvimento Florestal. Não existia Secretaria de Meio Ambiente no Estado da Bahia, e para se criar, no território do município, exigia uma carta do município, e o município de Jacobina, na época, da criação do Parque Estadual das Sete Passagens, o prefeito, não deu essa carta, para que adentrasse o território de Jacobina, com essa unidade de conservação estadual. Por isso, que ela foi criada dentro do território de Miguel Calmon. As Arapongas é divisa, esse rio aqui é divisa de Miguel Calmon com Jacobina, então, as Arapongas ficou dentro do município de Miguel Calmon, por isso que nós criamos essa unidade. Por que na época o prefeito de Jacobina, não permitiu. (ENTREVISTADA NARANJA, 2020)

Por esse motivo, as experiências dos turistas vão diferenciar-se, dependendo de qual cachoeira visita. Na Cachoeira Véu de Noiva, por exemplo, as pessoas entram sem nenhum tipo de impedimento, apesar da Lei N°1.473, de 14 de março de 2018, que “Proíbe a instalação de churrasqueiras, tendas de acampamento, reboques habitáveis ou quais quer elementos similares

³⁴ Lei 10.431/2006, disponível em:

http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf. Acesso em: 01/02/2021.

³⁵ O prefeito eleito da época foi Leopoldo Moraes Passos (pelo partido PFL/ 2000-2004).

e proíbe a venda e consumo de bebidas alcoólicas nas cachoeiras do distrito de Itaitu, nesse município. (JACOBINA, 2018). A respeito dessa lei Lima (2020) conta “[...] a Lei 1.473, que é uma lei municipal, que proíbe, “né”?, o uso de bebida alcóolica; levar garrafa, churrasqueira. Mas não adianta, a gente costuma dizer que não adianta ter leis sem fiscalização.” (ENTREVISTADO LIMA, 2020). A fala de Lima, evidencia a realidade.

A cachoeira Arapongas, faz parte do polígono da Unidade de Conservação do PESP, logo, segue as mesmas regras dessa área de conservação, assim, o mesmo plano de Manejo, que refere-se a:

Um documento técnico que, a partir dos objetivos definidos no ato de criação de uma Unidade de Conservação (UC), estabelece o zoneamento e as normas que norteiam o seu uso. O documento inclui aspectos como uso da área, manejo dos recursos naturais e, implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (IBRAM-DF,2019.)

Naranja ressalta a necessidade de retomar as atividades baseado, também nas leis federais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, criada em 28 de agosto de 2007, por meio de Lei 11.516/07. A fala de Naranja, deixou claro que somente retomaria as atividades na cachoeira do Arapongas se houvesse comprometimento de todos os envolvidos, nesse caso, os Condutores Ambientais da ACAGI, para pôr em prática, as leis; o projeto de capacidade de carga, que estabelece a quantidade de pessoas na cachoeira e considerar o tempo que os turistas podem ficar em um atrativo, que é de até 2 horas.

Após discussão, sobre assumir os compromissos, com as leis que regem Unidades de Conservação, outras decisões práticas foram tomadas, dessas:

1. Aumento da tarifa de visitação, que passou de R\$2,00 para R\$5,00;
2. Escala de condutores ambientais, cobertas nos dias de pico, que ocorrem normalmente nos feriados, a partir da sexta-feira e durante todo o final de semana;
3. Projeto de sinalização na Cachoeira Arapongas;
4. Mutirão de limpeza da guarita, das trilhas e das cachoeiras, num sábado próximo;
5. Apoio armado do pessoal do PESP nos finais de semana;
6. Solicitação de telefone e outros equipamentos para o local de guarita.

Essas ações, tornam a experiência do turista bem diferente, pois a noção de preservação e a preocupação com a conservação da natureza é percebida desde a entrada do local, na guarita.

[...]a Cachoeira das Arapongas, como ela é dentro de uma Unidade de Conservação, existe todos os critérios para visitação, capacidade de carga, quantas pessoas podem estar dentro da Cachoeira, horário de visitação, quanto tempo você pode permanecer e aí os condutores com os visitantes eles cobram uma taxa simbólica. (ENTREVISTADO LIMA, 2020)

Desde a entrada de acesso a cachoeira, os turistas recebem orientações (não entrar com bebidas alcoólicas; não entrar com animais domésticos; não quebrar galhos de plantas; não ultrapassar as áreas proibidas; não deixar lixo nas trilhas e cachoeira, dentre outras) que vão até o local de visitação.

5.3 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E O ECOTURISMO

Defender a causa da preservação ambiental é uma função voluntária, quase que informal. Isso foi percebido, e depois confirmado, no período de constante contato com as pessoas da Vila.

As percepções dos nativos, diferenciam-se daquelas apresentadas pelos membros de órgãos ambientais, como associações ACAGI, ASPAFF, PESP e INEMA. Isso, por que, percebem o enorme potencial turístico da Vila, veem o turismo como consolidado. Coisa que os nativos ainda não reconhecem, e, meio que esperam o retrocesso do que ocorre atualmente.

Quando feito a mesma pergunta “Como você percebe o ecoturismo em Itaitu?”, a resposta dos envolvidos diretamente, com a preservação ambiental, demonstrou preocupação e trouxeram sugestões possíveis; pensado em uma outra forma de fazer ecoturismo sem que a natureza fosse penalizada.

Observa-se, por exemplo, nas falas de Lima “[...] a gente precisa discutir com o poder público, com as empresas, e com o terceiro setor “né”?, os setores, esse controle, por conta principalmente da Cachoeira Véu de Noiva (ENTREVISTADO LIMA, 2020). Acrescentando a essa fala, as falas de Mandarina e Naranja:

[...] a quantidade de gente muito grande e a Villa, o pessoal da Vila, estava pedindo socorro, por conta de muita gente. Então o que é que a gente tem que trabalhar? A gente tem que trabalhar com a comunidade em si, para saber como li dar com a situação como essa que ocorreu, entendeu? (ENTREVISTADO MANDARINA, 2020)

O que eu tenho, como questão, uma crítica ao turismo, é a maneira, que tá sendo feita, é a questão do controle, pelos órgãos públicos, no caso, a prefeitura, nessas cachoeiras que não são unidades de conservação, e o Estado, antes, agora não, por que nós já estamos operando, mas antes também era sem controle. (ENTREVISTADA NARANJA, 2020)

Nas falas, a problemática é a mesma, a falta de controle no número de visitantes, e a solução para minimizar essa situação, segundo eles, está na própria Vila. Para esses, o ecoturismo já está consolidado, os benefícios já são visíveis (renda para quem tem comércio; supervalorização do valor de terrenos; aumento de empregos diretos e indiretos, movimento na

Vila, por exemplo). Mas em todas as falas existe a preocupação com a forma como o ecoturismo está sendo feito, sem controle, sem levar em consideração os transtornos à comunidade e ao meio ambiente.

Considerando essas questões, os colaboradores da pesquisa apresentam algumas prováveis soluções:

1. Trabalhar essas questões com os nativos da Vila. Nesse caso, trata-se de estabelecer regras para o uso;
2. Controle por meio da fiscalização, por órgãos públicos municipais (Guardas Municipais);
3. Envolver o terceiro setor e as empresas privadas na solução desses transtornos.

Assim, a solução é coletiva, não há uma forma de fazer sozinho, sem o apoio dos demais envolvidos. O relato de Lima, mostra claramente isso:

[...] o camarada entra com a bebida, tá bebendo, tomando cachaça lá dentro, bebendo, bebendo, tomando banho, corre um risco de um afogamento, de um acidente, “né”?, e você vai chegar lá no peito e dizer meu amigo não pode beber, então, isso não nos cabe, a gente vai tá nos colocando em risco. Tem que ter uma Guarda Municipal, “né”?, tem que ter um pelotão fazendo esse controle. (ENTREVISTADO LIMA, 2020)

Apesar de haver, no território de Itaitu, a associação ACAGI, em que a ASPAFF e o gestor do PESP dão assistência, os condutores dessa associação não possuem a função de fiscalizar, mas de orientar, guiar, conduzir, assim, por meio de um convite do gestor do PESP, está sendo possível exercer a atividade em uma UC.

Mas em outras cachoeiras, como a Véu de Noivas, as ações, mesmo que de condutores capacitados, funciona na informalidade, visto que não há fiscalização da lei; não há pessoas do setor público municipal exercendo essa função, na vila.

Apesar disso, foi observado em outras cachoeiras, pessoas da Vila, cobrando taxas simbólicas, nas entradas das trilhas, sem atentar-se para a capacidade de carga, por exemplo. Essas mesmas pessoas, no final do dia, recolhem os resíduos sólidos que os turistas deixam; limpam as trilhas; colocam cordas de acesso; zelam pelo patrimônio natural; mantem-se atentos à coleta de resíduos sólidos, depositados nos tonéis, dentre outras ações. Mas essas ações são realizadas de modo informal.

Isso mostra a ausência do poder público na determinação e fiscalização de leis, próprias e necessárias, nesse caso, leis municipais. A par dessa situação e cansados de observar o descaso, que põe em risco, parte do patrimônio natural da Vila de Itaitu, correspondente àquela porção que não faz parte do polígono da UC, membro da ASPAFF, entrou com Ação Civil Pública Ambiental no Ministério Público Estadual, Inquérito Civil n. 702.9.70846/2018. Ação Civil Pública Ambiental (Meio Ambiente Natural e Cultural) Proteção ao Patrimônio

Paisagístico, Natural, Turístico e Cultural de Jacobina. Urgente – Pleito de antecipação dos efeitos da tutela – Liminar – Cachoeira Véu de Noiva – Itaitu.

Em outras palavras, o que significa essa Ação Civil Pública Ambiental:

[...]a gente tem a perspectiva de futuramente, tá, construindo lá também, fomentando a Unidade de Conservação da Véu de Noiva e aí, a gente não sabe se vai ser uma extensão do PPESP ou se vai ser uma Unidade de Conservação Municipal, ou seja, poderia ser ...é Patrimônio Natural, Unidade de Conservação de Patrimônio, Monumento Natural, “né”?, e aí, sendo uma Unidade de Conservação, a gente tem a perspectiva de trazer os condutores para lá também, para fazer trabalho receptivo de educação ambiental, está orientando. Mas tudo isso já está no Ministério público, “né”?, o Ministério Público já ajuizou o Município, eu posso tá encaminhando para você também a Ação Civil Pública sobre a Cachoeira Véu de Noiva, e é isso. (ENTREVISTADO LIMA, 2020)³⁶

Assim, observa-se que há muitas pessoas, compromissadas com as questões locais, sobretudo no que tange aos patrimônios naturais da Vila.

No sábado, dia 7 de novembro de 2020, quatro dias depois da reunião no Casarão, aconteceu o mutirão. Esse, contou com a presença da maioria dos condutores ambientais da ACAGI, com membro da ASPAFF, com o gestor do PESP, e oito pessoas (guardas e funcionários) do PESP. Alguns equipamentos e ferramentas de trabalho, foram trazidos da sede da UC, para serem usados durante a execução de algumas ações, no trajeto da trilha que dá acesso à cachoeira Arapongas e das demais, no mesmo circuito.

Toda a ação foi registrada. Os Equipamentos de Proteção Individuais -EPIs, tão necessários, não existiam, e mesmo todos os condutores mostrarem preocupação e até lançar ideias de comprar EPI individualmente, com recursos próprios, para as próximas ações, nesse dia, as ações de catação de lixo ocorreu normalmente: bituca de cigarro, plásticos novos e em fase de deterioração, latinhas, “chucha”, biquini, latas de cerveja cheias, carvão, vidros etc., foram alguns dos materiais catados por mãos sem EPIs.

Isso mostra a luta e os “perrengues”, que passam os condutores e condutoras ambientais, aqueles que acreditam na conservação do meio ambiente, para as “futuras gerações”, para que essas também possam contemplar.

Nesse dia, o gestor do PESP, juntamente com dois guardas bloquearam uma parte da trilha, logo após a terceira cachoeira, denominada Cachoeira do Gelo. Os postes de madeira,

³⁶ A Ação Civil Pública Ambiental (Meio Ambiente Natural e Cultural) Proteção ao Patrimônio Paisagístico, Natural, Turístico e Cultural de Jacobina Urgente – Pleito de antecipação dos efeitos da tutela – Liminar – Cachoeira Véu de Noiva – Itaitú.

Ministério Público Estadual Inquérito Civil n. 702.9.70846/2018, possui 87 páginas, por isso não foi possível anexar a esse trabalho. Caso haja necessidade de consulta, por favor solicitar por e-mail: @agdariosjacobina@hotmail.com.

cavador, arames e cordas, foram levados no ombro, por cerca de 2 Km, entre serras, trilhas e rios.

O bloqueio foi realizado com o intuito de impedir que turistas adentrem áreas acima, como meio de conservar a área, visto que foi encontrado vestígios de fogueira, uma ação que poderia sair de controle e ser foco de incêndio numa UC. Essa ação ocorreu, provavelmente, no período em que a cachoeira Arapongas esteve fechada, o que indica a necessidade constante de guarda e condutor ambiental na UC.

A necessidade de conservar a natureza já é um assunto, a muito tempo, em discussão, e o ecoturismo é visto como a atividade que menos degrada o meio ambiente, uma vez que a noção de recurso natural, passa a ser de um espaço de lazer e de tranquilidade.

O Ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística. No decorrer dos anos, a atividade vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável. (BRASIL, 2010, p. 11)

Mas, no caso específico da Vila de Itaitu, como já trazido, há outras questões, que intensificam o uso do território, que vai além do ecoturismo, e que provocam transtornos aos nativos e ao meio ambiente. O uso do território dinamiza e transforma, e essas transformações nem sempre são bem vindas, principalmente quando não se considera a cultura local, os nativos e os menos favorecidos. Uma discussão que merece um capítulo à parte, pois, de tudo que foi apresentado, quais são os novos olhares sobre a natureza? Para além das ideias apresentadas, outras vem tomando conta das discussões, e as ações geradas em torno do seu uso, levam a questionar se trata-se de uma reinvenção ou ressignificação.

5.4 O COLÉGIO CRESCENCIANO E A DINÂMICA TERRITORIAL

O contexto social, ambiental e cultural da Vila de Itaitu foi apresentado, em sua totalidade, mas como sabido, o contexto é sempre dinâmico e não configura um “complexo de coisas acabadas” (BECKER, 2005, p. 53), ou seja, não é fixo, está sempre em constante movimento, logo, o que apresenta-se neste trabalho, pode ser hoje uma totalidade histórica, mas amanhã poderá ser a totalidade de um período histórico, representando pelo ano de 2020, visto que, a Vila está em transição.

Neste trabalho buscou-se apresentar a totalidade, considerando os processos lá existentes e levando em consideração, outro processo, o da pandemia do COVID-19. Acredita-

se que, de um modo abrangente, o contexto em torno do Crescenciano foi apresentado. E diante disso, compreender como o Colégio vê esses processos é fundamental, por isso, dois professores foram entrevistados (Mandariana e Piedra). O intuito foi perceber como a instituição escolar vê, caso veja, as dinâmicas territoriais, já apresentada.

Uma das questões contidas no roteiro de entrevista, que tinha esse objetivo foi: Como você percebe o CCFP, diante das dinâmicas presentes em Itaitu (ecoturismo e loteamentos rurais)? Alternativas:

a) Passivo, sim/não Porque?

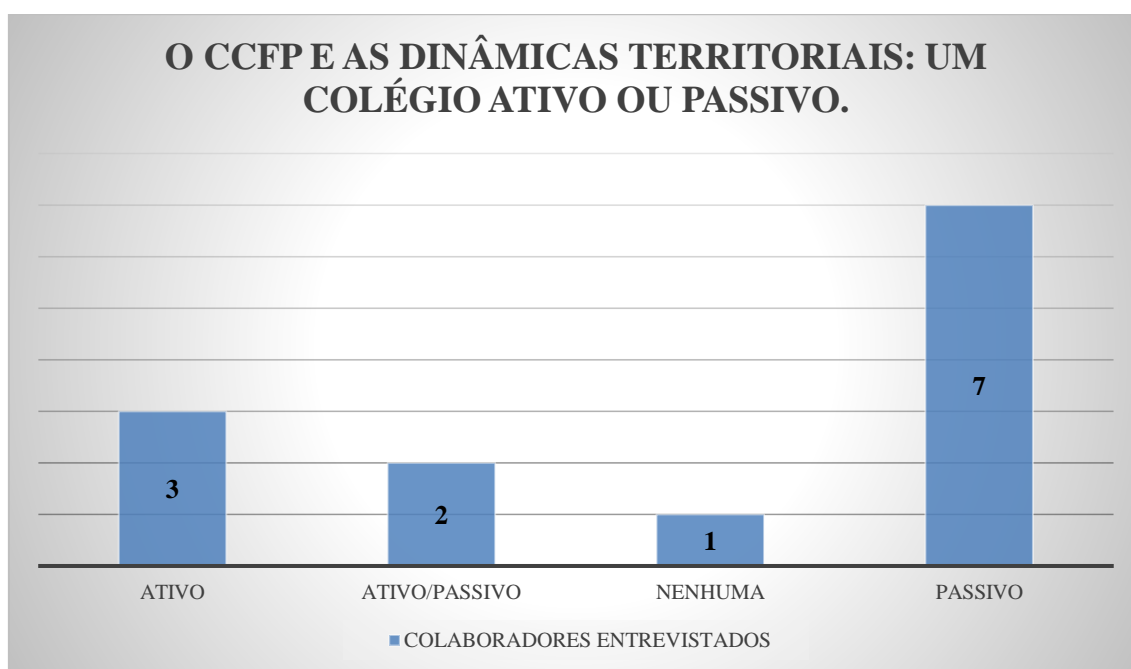
b) Ativo, sim/não. Porque?

Em relação às alternativas, e após entender que os termos não eram facilmente compreendidos, houve a necessidade de melhor especificá-los, assim, foi acrescido que, passividade – seria o colégio invisível aos turistas, visto que não haveria ações, sobretudo em dias de pico (feriados, sexta, sábado e domingo), em prol da preservação e conservação ambiental; um colégio ausente, diante das discussões que envolvem a comunidade.

Já na alternativa do colégio ativo, reportaria ao colégio que executa ações em prol da preservação/conservação ambiental, em que os turistas percebem a presença do colégio; no qual há a presença participativa do colégio nas discussões pertinentes aos moradores da Vila.

Dadas as explicações, chegou-se ao seguinte resultado quantitativo.

Gráfico 2 - O CCFP e as dinâmicas territoriais: Um colégio ativo ou passivo.



Fonte: Matos, 2021.

A análise qualitativa evidenciou que os dados apresentados como ativo/passivo correspondeu ao colégio ativo, enquanto em funcionamento, porém sem envolvimento com as questões da comunidade, ou ainda ativo por possuir ações pontuais em prol do meio ambiente, exemplo, projetos executados no dia mundial da água e ao fato de, sempre que é requisitado, atende ao chamado, por exemplo, quando em período de carnaval, o espaço físico do colégio é liberado para hospedar pessoas, como músicos.

Em relação ao colégio ser ativo, um colaborador exemplificou da seguinte forma:

Tem sim, tem sim, por que o colégio em si, estão sempre orientando os alunos, tá entendendo? Na questão do turismo, principalmente na questão da água, na questão do lixo, então ele tem sim o devido cuidado de tá sempre orientando seus alunos, para que possa passar para outras pessoas, para mim, para a família de casa, como também para as pessoas que chega de fora. (ENTREVISTADA JAZMÍN, 2020)

O colaborador que respondeu nenhuma, atribuiu ao fato de os projetos virem prontos da Secretaria de Educação do município de Jacobina, e acrescentou “Então a escola, ela fica um pouco à margem disso aí, ela não está inserida, nem de maneira direta, ou indireta, com o turismo, a não ser que um professor ou outro, tenha aquela preocupação de abordar sobre o tema” (ENTREVISTADO LÍRIO, 2020).

O colégio foi considerado passivo pela maioria dos colaboradores, inclusive por Mandarina, docente do CCFP.

Completamente passivo, alheio à comunidade, sabe? [...] um exemplo disso foi no ano passado, uma problemática, a respeito da água de Itaitu, e justamente por conta desses condomínios, loteamentos e tal. O promotor fez audiências públicas, e nessas audiências públicas, ele tratou da água de Itaitu, antes a água de Itaitu abastecia 500 famílias, hoje abastece 900 casas, fora os hotéis, loteamentos e tal, é, então ele explicou a problemática e ele disse que Itaitu vai chegar um momento que não vai ter água suficiente para toda a população. Um evento desse, importantíssimo. Eu ainda sugeri na época, por que não fazermos essa audiência pública na escola, que a escola é ambiente de formação, e eu acho essa discussão muito pertinente para os alunos estarem participando, e não foi possível, eu não sei te dizer o por quê. [...]Então assim, foi um evento de grande importância para Itaitu, e a escola estava alheia, então aquilo me incomodou bastante e só veio a afirmar, é, se torna passiva, “né”?, diante da problemática da comunidade. Eu classificaria como passiva até por conta desse episódio, que foi um problema que não foi da escola, foi um problema da comunidade e que a escola poderia estar ajudando de alguma forma, “né”?, até mesmo com informação. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Em outra fala foi trazido o seguinte depoimento: “É parada, a escola daqui ela é parada nesse sentido, tipo assim, sabe que tem por que vê o prédio, mas geralmente quando tem uma ação voltada para o turismo aqui, a escola nunca participa[...]. (ENTREVISTADO FLORAL, 2020)

Esses depoimentos já evidenciam a passividade do colégio, em relação às questões da Vila. Mas diante dessas falas, representadas por docente do CCFP e morador(a) nativo, respectivamente, buscou-se conhecer como é a práxis, como os materiais didáticos abordam

essas questões, como os docentes são orientados e tudo que envolve o ensino no colégio, para perceber se os conteúdos, os instrumentos, lá utilizados, abordam de algum modo o contexto dos discentes, ou seja, o entorno do colégio. Para isso, o roteiro exclusivo para docentes e gestão escolar, foi utilizado. Este roteiro continha perguntas de cunho pessoal e direcionadas ao ensino (em anexo).

Os resultados colhidos trouxeram novos dados. Segundo informações apresentadas na fala de Piedra, o colégio está classificado no sistema do PDDE e em todos os programas do governo, como urbana, “[...]a escola de Itaitu é urbana, como o COMUJA que é urbano, entendeu?” (ENTREVISTADA PIEDRA, 2020), segundo este colaborador, a escola perde recursos por ser classificada assim.

Outras informações importantes trazidas por Piedra foi que apenas um docente reside na Vila, os demais docentes e gestores(as) residem na sede do município. Todos os docentes são graduados, e lecionam as disciplinas para o qual foram formados, somente em caso de complementação de carga horária, lecionam outra disciplina, como por exemplo, ensino religioso. Os docentes são efetivos, pois prestaram concurso público.

Diante dessas informações, o roteiro de entrevistas foi utilizado mais uma vez, com intuito de entender a práxis, os conteúdos dos materiais didáticos e a metodologia utilizada pelos professores na instituição escolar, por meio de dois professores, licenciados em geografia e história.

Mandarina, docente há 4 anos, no CCFP e gestor(a), leciona a disciplina geografia nas turmas de 6º ao 9º ano, para complementar a carga horária leciona, em uma única turma, o ensino religioso. Piedra, docente há mais de 5 anos e também gestor, licenciado em história, trabalha com todas as disciplinas, no fundamental I.

As entrevistas evidenciaram que o livro didático é o instrumento pedagógico mais utilizado para lecionar, seguido dos materiais impressos. Os livros são idênticos àqueles utilizados nas escolas da sede do município, não há diferenças entre editora, autores ou conteúdo. Ambos consideram os materiais didáticos (livro didático) essencial e de fácil acesso.

Bom, os materiais acabam sendo bom, favorável para a demanda da escola, além do que manda a secretaria de educação, tem aqueles que vem direto para o caixa da escola e aí a diretora compra esses materiais, que os professores sinalizam. Antes, na verdade, sempre acontece uma compra e acaba sendo suficiente, e muito importante, por que dificilmente pedimos para que o aluno compre alguma coisa aqui. Da folha de ofício ao caderno é garantido a esse aluno. (ENTREVISTADA PIEDRA, 2020)

Em relação aos materiais que gostaria de acrescentar, ambos responderam que acrescentariam: o globo terrestre, mapas, sobretudo do município, lápis de cor para todos.

Segundo eles, os materiais de apoio à formação, por parte do município são irrelevantes.

Ho, se for avaliar... se for do último ano, “né”?, de 2020, independente do momento pandêmico, eu classificaria que o apoio foi irrelevante. Por que haa, cada colégio ficou responsável por fazer suas formações, então o apoio foi quase nenhum, por que não disponibilizou. Só o material que iríamos trabalhar com os professores. Nem a impressão, a gente é que fazia a impressão na própria escola, então, eu diria que o apoio foi irrelevante para esse ano de 2020. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Ainda em relação ao material didático, outra pergunta, dessa vez com o objetivo de identificar se no livro didático trazia abordagens do contexto do aluno (região nordeste, semiárido, dinâmicas territoriais etc.). Em relação a isso, Piedra trouxe “Nós somos uma escola da zona rural, “né”?, também do campo e o material didático não traz muito essa temática, por que ele é preparado para alunos, eu acho, de cidades, mas a escola procura englobar esses temas nas abordagens interdisciplinares.” (ENTREVISTADA PIEDRA, 2020)

Segundo Piedra, há algumas disciplinas, como ciências, que trata da paisagem natural, do solo, da flora, mas outras não. Essas, somente abordam o contexto se houver a sensibilidade do professor em perceber a relação do conteúdo com a realidade dos alunos e assim trazer.

Sobre os materiais de apoio aos docentes, aqueles de referência ao ensino, no município, Mandarina (2020) traz:

[...] o material de apoio à formação, ou para prática docente? O município é muito negligente, todo material que a gente trabalha, que utiliza na sala é o professor que procura, ou que compra, ou que tem acesso, e às vezes a escola também já disponibiliza, até as formações, essa formação mesmo que eu estou fazendo, não foi disponibilizado pelo município, há muito tempo, dentro desse cinco anos dentro da geografia, seja no município, é na escola municipal, eu não tive nenhuma formação específica para a área, nenhuma disponibilizada pelo município, entendeu? A última formação que eu tive foi relacionada à Prova Brasil, que eu estava no 5º ano, há seis anos atrás, então é, para a área de geografia, nem a formação tá tendo para a área. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020).

Esses relatos mostram a ausência de um Projeto Político Pedagógico – PPP, próprio, eficaz e atualizado, que apresente diretrizes, metas e métodos, que oriente e norteie os docentes do município, na sede e no campo, em relação aos objetivos que se propõe atingir. O retrato do Colégio Crescenciano é o retrato da Secretaria de Educação e Cultura do município de Jacobina. O PPP não deixa claro os objetivos, visto que esse documento não foi encontrado na Secretaria, nem também, no CCFP, apesar das idas e vindas, das conversas com diversos profissionais desse setor, não se obteve êxito. Assim, como então, atribuir negligência as ações de uma célula, cujo tecido encontra-se paralisado? É exatamente essa a percepção! Se o município não possui, como cobrar do distrito? Se a Secretaria não possui, como cobrar da escola?

Todavia, como sabido, o todo só é completo pela composição das partes, mas isso não isenta o CCFP de suas funções, de ter o documento na secretaria do colégio, com cópias,

inclusive salvo em nuvem, em um dos tantos programas da *internet*, para não correr o risco de, por exemplo, num empréstimo, sumir.

Toda essa questão levantada, não se trata de uma mera vontade de denunciar a inexistência de um documento essencial, apenas, mas de trazer em pauta, o direito a uma educação no/do campo e de qualidade, um assunto já muito discutido em outros TI, como no TI- Sertão do São Francisco (código 10, Mapa 1, página 22), por meio de pessoas engajadas em universidades públicas, federais e estaduais, por meio de docentes, cooperativas, ONGs, militantes, ativistas e associações.

Nesse sentido, o autor e educador, Reis (2011), que já há algum tempo, pesquisa e produz textos e livros debatendo essa temática, vê essa questão com grande preocupação, pois ele defende a superação do modelo de escola sem objetivos, cujo ensino não possui nenhuma vinculação com as necessidades e anseios dos povos que vivem no campo, “[...] fruto de um processo urbanocêntrico de reprodução da escola da cidade no campo, como se essas realidades fossem as mesmas.” (REIS; 2011, p. 1)

Isso evidencia a ausência de engajamento entre as políticas direcionadas ao campo e os povos que nele vivem. O autor vai além e traz que quando “os sujeitos do campo não são ouvidos na definição das políticas que lhes atingem diretamente eles são vilipendiados nos seus direitos”. E novamente traz à tona a necessidade da produção do PPP, uma produção coletiva, visto que sua criação só deveria existir se todos participassem de sua elaboração (gestão escolar, docentes, discentes, pais e comunidade).

Esse documento deveria ser visto como a chave da escola, capaz de destrancar as fechaduras e abrir as portas para a entrada de todo o corpo escolar. Nesse sentido, o PPP deveria ser o documento capaz de nortear desde o primeiro dia de aula, vendo e revendo os tempos e espaços escolares, apresentando um calendário com horários próprios, por exemplo, que condissessem com a realidade da Vila; conteúdos condizentes com o almejado, e o modo como seriam feitos as avaliações e atribuições de notas, caso fosse necessário.

Reis (2011) traz alguns elementos que deveriam ser considerados quando está produzindo um PPP. Um desses elementos diz respeito ao planejamento, em que “O PPP para dar certo precisa ser bem planejado pela escola e comunidade escolar com o pé no contexto em que se vive, sendo a cada ano revisto, relido, reformulado e adequado aos desafios de cada tempo para que não caia na caduquice; (p. 8)

Nesse sentido, não basta criar o PPP adequado, que condissessem com o contexto e anseios dos discentes e da sociedade lá da Vila, visto como pronto e acabado. Esse PPP deve sempre ser revisto, ser atualizado de acordo as novas demandas, aquelas demandas que venha

a surgir e a ter uma certa constância. Um PPP deve ser flexível e deixar espaço para discutir o momento, mostrando a vivacidade daqueles que o utilizam, tornando-se também vivo, no sentido de presente, ou seja, ativo.

Ainda no sentido do campo, e em se tratando de uma escola localizada na zona rural, é muito estranho o fato desta está classificada como urbana, uma atribuição nada condizente com a realidade, que tem em seu corpo discente, crianças quilombolas, crianças que vivem em fazendas distantes da Vila.

No entanto, há de se considerar que esse fato está atrelado ao Decreto-Lei 311 de 02 de março de 1938, um fato pertinente e bem lembrado por Reis (2011), que traz:

O Decreto-Lei 311 de 02 de março de 1938, imposto por Getúlio Vargas, vai considerar como urbano todas as sedes dos municípios (cidades) e dos Distritos (vilas, povoados, aglomerados) sem se levar em consideração as suas características. Sendo assim, todos os habitantes de um distrito rural, para o IBGE são sujeitos urbanos, o que alimenta essa idealização de um Brasil urbano. (p. 35)

Uma realidade institucionalizada, que atribuía às áreas urbanas todo processo favorável. Diante de tudo isso, e comungando com as ideias do autor, que vê a necessidade de uma educação do campo contextualizada, ou seja, “fundada na relação estabelecida pelo campesinato com a terra como espaço da produção da vida, que se efetiva o trabalho na terra e com a terra, permitindo assim o alcance da libertação, a produção do alimento, a geração de renda e a reprodução de si.” (Op.; Cit.; 2011, p.2)

Ainda em busca de compreender melhor como o CCFP percebe as dinâmicas territoriais da Vila, o roteiro de entrevista foi produzido com intuito de conhecer os conteúdos pedagógicos, por meio dos relatos dos discentes e gestores do CCFP, visto que não foi possível acessar os livros didáticos.

As perguntas instigadoras foram: Em relação aos materiais didáticos que você utiliza, eles trazem abordagens do contexto, ou seja, onde o aluno vive? Você poderia relatar como o material apresenta o contexto?

Olha, o último livro didático que eu utilizava, ele trazia muito superficialmente, é, mas o desse ano, como foi o que eu escolhi ele aborda bem melhor, até por que, as opções que a gente tinha, de todas apresentadas pelas editoras, esse livro didático era o que mais expressava isso, é, uma interpretação do lugar, bem característico da região nordeste, entendeu? [...] Não, ele não te dá brecha, mas eu consigo fazer com que ele tenha essa flexibilidade para introduzir, dentro do meu planejamento, entendeu? Mas o livro por si só, não dá muito essa brecha, é muito superficial. É por isso que eu entro bastante com textos também, né, que eu levo para as salas, músicas, relacionado. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Como o acesso ao material não foi possível, o que se tem são relatos dos docentes/gestores, assim, Mandarina traz uma realidade recente, após assumir a função de vice direção, no qual pôde escolher o livro didático. Mesmo diante dessa fala que demonstra

mudança, há a prevalência de um currículo oculto, nesse caso, Piedra também apresenta falas parecidas.

Sim, deixa brecha para trazer a realidade dos alunos. [...] a questão da natureza mesmo, das paisagens naturais que o livro traz, então nos deixa uma brecha, um caminho para também trazer a nossa realidade, “né”?, local, de como é que tá sendo trabalhado, de como está sendo explorado, o turismo em si, “né”?. Aqui, é bem um assunto que pode explorar ainda mais, trazendo para a nossa realidade. (ENTREVISTADA PIEDRA, 2020)

Em ambas as falas, fica claro que o contexto somente é trazido se o docente incluir, por conta própria, a realidade dos discentes nos conteúdos explanados na sala de aula. Os livros didáticos não são escolhidos levando em consideração as distinções territoriais, pelo contrário, não veem distinção entre os diferentes públicos escolares, sejam eles da sede ou do campo, do município.

Essa circunstância é responsável por tornar alunos apáticos, sem perspectivas, sem se vê no futuro, visto que, a ida para a escola serve como se fosse uma espécie de ritual social, em que todos devem passar, sem motivos certos.

O docente se vê só, sobrecarregado, “intimidado” a buscar novas alternativas que chamem a atenção do aluno, que estimule na participação das aulas, uma ação que exige criatividade e busca diária.

Como relatado, a busca por materiais mais adequados, mais condizentes com a realidade do discente é uma busca individual, o que pode incidir muitas das vezes em erro, visto que não ocorre a interdisciplinaridade, os conteúdos não se conversam, a aprendizagem é gerada em formato de caixinhas soltas, individualizadas, sem reais sentidos. O resultado disso é um sistema fragmentado, alunos sem perspectivas, evasão, professores desestimulados e a pressão diária por fechamento das escolas no campo.

Diante de tudo isso, e do assombro da decadência da instituição escolar, sobretudo no campo do semiárido, surgem, ainda que timidamente, alternativas positivas e de experiências exitosas para uma educação do campo de qualidade.

6. O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA VILA DE ITAITU

A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos silenciados, mas no alvoroço dos inquietos, na dúvida que instiga, na esperança que desperta.
(Paulo Freire)

Neste capítulo busca-se compreender como o ensino de geografia no CCFP percebe a dinâmica do contexto, e como este contexto dinâmico é trazido para a sala de aula. Essa compreensão tem como principal fonte de dados os relatos da docente Mandarina, concursada há mais de 5 anos, efetiva do quadro de docentes do Colégio Crescenciano.

No subcapítulo 6.1, aborda-se as questões em torno do ensino de geografia no Colégio Crescenciano; os relatos dos gestores e da docente que ministra a disciplina geografia. O intuito é perceber se essa disciplina aborda o contexto e de que forma esse contexto é trazido para a sala de aula.

6.1 COMO A DISCIPLINA GEOGRAFIA SE RELACIONA COM O CONTEXTO APRESENTADO: RELATOS DE MANDARINA

Mandarina, foi uma das pessoas que colaboraram com a pesquisa; docente de geografia, concedeu entrevista *online*, por meio do *Google Meet*. Essa plataforma foi acessada pelo instrumento tecnológico *notebook*; o celular também foi utilizado para gravar e registrar a entrevista.

As aulas presenciais não aconteceram no ano de 2020, devido a pandemia por COVID-19, por esse motivo, não foi possível realizar as observações das aulas de geografia na turma do 7º ano, turno matutino, no Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires (CCFP). Os discentes não foram contatados para conceder entrevistas, devido ao não alcance de seus endereços e telefones, uma tarefa dificultada devido ao momento pandêmico. Outro motivo, foi a localização incerta das residências em fazendas e povoados de municípios distintos (Jacobina, Miguel Calmon e Serrolândia).

A entrevista com Mandarina ocorreu no dia 05 de novembro de 2020, iniciou às 20:20min, teve duração de 1 hora, vinte e cinco minutos e quarenta e seis segundos. O roteiro da entrevista era composto por 15 perguntas (em anexo), algumas relacionadas ao colégio, e

outras ao ensino de geografia. Aquelas relacionadas ao colégio já foram trazidas no capítulo anterior, já as perguntas direcionadas ao ensino e o contexto serão trazidas agora.

10. Você utiliza a transposição didática para inserir o contexto dos alunos nas suas aulas?

11. Quais fatos e acontecimentos do contexto você traz para a sala de aula?

12. Quais metodologias de ensino você utiliza para trazer a realidade do aluno na sala de aula?

O intuito dessas perguntas foi analisar o ensino de geografia no CCFP, baseado nos princípios da educação geográfica, para entender como a disciplina geografia trabalha a questão do contexto, sobretudo a dinâmica espacial (ecoturismo e novos moradores).

Para começar, o que é a transposição didática? O sentido da palavra significa ato ou efeito de transpor, ou seja, de transferir; já o sentido da palavra didática, reporta-se a arte de transmitir conhecimento; técnica de ensinar, assim:

A Transposição Didática, em um sentido restrito, pode ser entendida como a passagem do saber científico ao saber ensinado. Tal passagem, entretanto, não deve ser compreendida como a transposição do saber no sentido restrito do termo: apenas uma mudança de lugar. Supõe-se essa passagem como um processo de transformação do saber, que se torna outro em relação ao saber destinado a ensinar. (POLIDORO; STIGAR; 2010, p. 2)

A transposição didática, é o modo como um conteúdo científico sofre ações de transformação até atingir uma nova forma, uma adaptação que vai tornar o conteúdo ensinável. “O termo Transposição Didática implica a diferenciação entre saber acadêmico e saber escolar, que são de natureza e funções distintas, nem sempre evidentes nas análises sobre a dimensão cognitiva do processo de ensino e aprendizagem.” (Op.; Cit.; 2010, p.2)

Assim, a transposição didática é necessária, visto que torna um assunto complexo em menos denso; uma linguagem complicada, em uma linguagem mais adequada para a faixa etária dos discentes; é o modo como se descomplica a linguagem acadêmica e a torna mais escolar; é a forma como se transfere aquilo de um lugar estranho para o lugar comum, aquele de convivência diária.

Retornando à entrevista, Mandarin, a docente de geografia, trouxe detalhes pormenorizados das aulas de geografia, no Colégio Crescenciano. Em relação à utilização da transposição didática, disse:

Com certeza, senão eu vou ter alunos lá dormindo, sem interesse, sem motivação, por que eu vou tá, falando de algo muito distante da realidade deles, então a todo momento eu tento inserir, né, de alguma forma o contexto local para que ele tenha interesse de alguma forma pelo conteúdo. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Dentre as atividades que Mandarin utiliza com esse intuito, ou seja, de inserir o contexto, estão: a aula de campo, questionários e vídeos do *google Earth*. Sobre esse último, ela traz a seguinte experiência:

[...] aí eu trouxe um vídeo do *google earth* para eles terem a imagem do global até o local deles, e fazer uma comparação. Por que a imagem do *google earth* é de 2019, a última, e as fotografias registradas são de 2012 ou é de 2013, se eu não me engano. Então, de lá para cá teve muita mudança, então o que foi que eu fiz? Eu mostrei o vídeo, eles viram, anotaram tudo que eles visualizaram, aí eu fiz a dinâmica do cubo, e logo depois a gente saiu da sala de aula, eu levei meu celular, a gente foi para a frente da escola, eu mostrei a imagem como estava sendo registrado no *google earth* e perguntei, vocês estão visualizando o que está aqui no celular? E eles:

- Oxe pró, eu não estou entendendo.

Por que, no celular tem como você visualizar no entorno, né, e eles puderam fazer a comparação de como era e como tá hoje “né”?, e eles ficaram assim, abismados “né”?, com a diferença. A quadra não tinha a cobertura, a escola estava sem o muro. (Op., Cit., 2020)

O ensino com intermediação de tecnologias, só foi possível, por conta que a docente trouxe seus próprios aparelhos, a escola não possui esses equipamentos, nem mesmo possui um *data show*, funcionando.

As atividades externas, como aula de campo, fazem parte do planejamento individual dos docentes, e quando precisam de algum auxílio, como por exemplo, transporte para deslocamento, os próprios docentes necessitam ir várias vezes à Secretaria de Educação e Cultura, solicitar, cobrar, relembrar. Uma circunstância contada por Piedra, um dos gestores do Colégio Crescenciano.

A gente só não tem uma estruturação realmente, “né”?, um guia, que a gente pudesse ter, até por que também a gente não tem o apoio da secretaria, se a gente aqui organizar uma aula de campo para visitar um ponto turístico, é a maior dificuldade de encontrar um transporte para levar esses alunos, então dificulta um pouco sair das quatro paredes “né”?. Mas a gente tenta aqui, quando é próximo, a gente vai com um grupo, é um pouco preocupante, mas os professores se arriscam a isso. (ENTREVISTADA PIEDRA, 2020)

Mesmo diante do exposto, Mandarina percebe a aula de campo, como uma atividade positiva para trabalhar a questão do contexto; para inserir o aluno, para criar alternativas extraclasse de ensino. E acrescenta “[...] eu faço questionários, por que a aula de campo não pode ser apenas uma visita, ‘né’?, é uma aula mesmo, uso questionários e questionários que tenha uma correlação com a vida deles[...].” (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020).

Segundo ela, trabalhar com adolescente exige mais dedicação, por que é necessário inserir o aluno no processo para isso, ela conta: “[...] eu tenho de trazer a realidade dele para criar o interesse, por que adolescente, a gente tem um problema muito grande, por que assim, o pai já não tem mais o poder de mandar estudar de ter essa responsabilidade, ‘né’?, essa rotina de estudo.” (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Em relação à aula de campo acrescenta:

Aula de campo: Vamos fazer um passeio no *Camping*. A, vamos fazer um passeio no *Camping*? Não! Não! Não é só um passeio. No trajeto a gente vai falando: Essa casa sempre foi desse jeito? Qual é o lugar de importância para você, esse lugar tem

importância para você? Por que? E esse camping aqui é utilizado para quê.
(ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Para ela, há sempre a necessidade de inserir o discente no processo. Em se tratando de adolescente “a gente tem que tentar fazer ele se apaixonar, o que é muito difícil, e geografia é uma disciplina que eles banalizam às vezes, eles dão mais importância a português e matemática, ‘né’?.” (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Em relação a isso, há de se considerar que essa ciência passou por muitas incertezas, sobretudo em relação à clareza de seu objeto de estudo, uma circunstância que contribuiu para a banalização do ensino dessa ciência, por isso, “[...] durante muito tempo a geografia escolar foi ensinada de forma cristalizada, descritiva, enciclopédica, mnemônica, baseada na corrente positivista e numa prática calcada no livro didático, absolutizando o saber do professor e tornando-se uma disciplina enfadonha e estática.” (NUNES; SANTOS; MAIA; 2018, p. 26).

Na contemporaneidade, esse tipo de ensino, tido como pronto e acabado, já não possui mais espaço, visto que o discente hoje precisa ver sentido naquilo que dedica tempo e credibilidade. Uma disciplina conteudista, que não insere o discente no processo, perde credibilidade e torna-se ultrapassada.

Diante dessas circunstâncias, o ensino de geografia não deveria ser dissociado do contexto, nem o estudo do espaço deveria ser dissociado da presença humana. Mandarina relata uma situação, que vem corroborar com esse entendimento:

- Geografia é uma disciplina afim, ela existe por que tem que existir, mas se fosse por mim não existiria.

Então, eu tenho que fazer a todo momento eles se apaixonarem pela disciplina, e entender que a geografia estuda a sociedade e se ele está inserido na sociedade ele precisa é, ter esse discernimento e ter realmente essa base, do que é uma sociedade, de como ela funciona.

- Ah pró, por que eu preciso entender isso?

Você vai utilizar, você já está utilizando a geografia na sua prática, na sua rotina. Então, você precisa tá inserindo o aluno o tempo todo, nesse processo, para dar certo.
(ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Inserir o aluno, é considerá-lo parte integrante no processo de aprendizagem, é dar sentido ao conteúdo, mostrando onde sua realidade se insere nos conteúdos gerais. Isso, normalmente, é possível graças à transposição didática; visto que os materiais didáticos, sobretudo os livros, não são produzidos em editoras localizadas na região nordeste, nem são direcionados para o discente que vive no Semiárido Brasileiro, sobretudo no campo do semiárido.

Em outra fala, Mandarina traz sua percepção a respeito do ensino contextualizado.

É, para mim, o ensino contextualizado é o ensino empático que trata da realidade do aluno, é quando eu contextualizo eu dou sentido ao meu aluno, é, ele tem um motivo, por “tá” conhecendo determinados conteúdos, determinados temas, eu acredito que

contextualizar seja isso, dar um sentido pro aluno, então se eu quero que tenha sentido, para a realidade do meu aluno, “né”?, para que ele possa dar importância, se sentir inserido no processo “né”?, eu acredito que seja isso. (ENTREVISTADA MANDARINA, 2020)

Apesar de não existir qualificação para os docentes, Mandarinina demonstra conhecimento em torno das questões apresentadas. Um típico retrato da realidade do professor atuante, que busca com recursos próprios manter-se atualizado.

De tudo que foi observado; baseado nas análises de alguns documentos, já apresentados (subcapítulo 4.2), e nas referências trazidas ao longo dos capítulos, fica perceptível que o currículo diverge do contexto apresentado; a disciplina geografia toca sutilmente nas questões levantadas (dinâmica territorial; ecoturismo; loteamentos rurais; preservação ambiental; êxodo rural e o contexto), e isso pode ser atribuído a vários fatores, apresentados abaixo:

1. Falta de um currículo próprio, atualizado que leve em consideração as características do território;
2. A falta de um PPP produzidos por seus atores principais (pais de discentes, discentes, gestores, docentes...)
3. Falta de um olhar mais atento por parte dos gestores e dos(as) Secretários(as) de Educação do município, para a educação no campo.
4. O fato do livro didático não ter sido produzido para a realidade dos discentes que vivem no campo do Semiárido Brasileiro; o que evidencia o despreparo daqueles que compram esses materiais;
5. A necessidade de capacitação docente de maneira continuada.

As transformações da Vila de Itaitu são vistas com grande preocupação por Mandarinina, isso por que ela percebe a baixa autoestima dos discentes durante suas aulas, segundo ela, a inserção da nova cultura, a cultura da ostentação “trazida” pela “elite jacobinense” leva a pensar o seu oposto, a cultura local, nesse sentido, vista como inferior, leva os discentes a sentirem-se inferiorizados a ponto de não criar expectativas para o futuro.

Ficou perceptível que os colaboradores docentes, têm vontade de fazer diferente; de elevar a autoestima desses alunos; de inserir as questões inerentes ao contexto nas aulas e isso pode ser evidenciado no fato deles buscarem a gestão escolar, como uma via para a mudança.

As observações realizadas evidenciaram a transformação de um território em transição, isso por que, uma parte do território conserva as características de uma pequena vila, a menor porção, na área da praça Matriz e em seu entorno; enquanto a outra parte apresenta características contemporâneas, dispersa em áreas distintas.

A luta pela conservação do meio ambiente é necessária e inadiável. Muitas ações são realizadas com esse intuito, mas em sua maioria, partem de pessoas da sede do município e pelo gestor do PESP.

As leis municipais ambientais devem ser fiscalizadas, de modo a contribuir com as ações das associações de condutores ambientais.

O Colégio Crescenciano carece de políticas educacionais condizente com o contexto da Vila de Itaitu, pois a educação urbanocêntrica não atende as necessidades dos discentes; nem aos anseios da comunidade; nem às perspectivas dos docentes e apesar da escola ser considerada urbana, é perceptível a carência por uma educação do campo, com um currículo próprio que faça sentido para a realidade de seus alunos e da comunidade como um todo.

O ensino de geografia, possível de abordar essas questões do território fica prejudicado, e isso é atribuído à escolha dos materiais didáticos, produzidos para discentes que vivem na área urbana e fora da Região Semiárida.

Por esses motivos, percebe-se a grande necessidade de se implantar a educação contextualizada, visto que reúne de modo pleno os conhecimentos no currículo, deixando de lado a fragmentação dos conhecimentos que levam discentes a aprender de modo fragmentado, em compartimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os aspectos apresentados, e munida de informações valiosas obtidas na ida a campo, há uma ressalva a se fazer; tendo em vista a necessidade inadiável de desdizer o dito no subcapítulo 3.5.1 (p.57), no que se refere ao Parque das Cachoeiras; aquele, que envolveria três municípios (Jacobina, Miguel Calmon e Saúde).

Segundo Naranja, o Gestor do PESP e representante do INEMA, esse parque não existe, a denominação não é verídica, pois oficialmente a Unidade de Conservação não foi criada, isso só poderia ter ocorrido, se houvesse mediação por parte do poder público (federal, estadual ou municipal), o que não existiu. Para Naranja, essa denominação foi utilizada com o intuito de fomentar o turismo, apenas, ele percebe que mais uma vez a questão do turismo anda na frente da conservação. Assim, a informação apresentada, retirada de um livro científico não traz a veracidade do fato, infelizmente.

As ideias dos autores muito agregaram a esse trabalho, e apesar de muitos pesquisadores atrelar a educação do campo às questões dos movimentos sociais e à luta pela terra. O que se pode apreender do objeto pesquisado, caso específico da Vila de Itaitu, não tras nenhuma semelhança com esse tipo de ideais, pelo contrário, alguns depoimentos como o de Floral, evidenciou até chateação pelo descompromisso dos nativos com as questões locais; esta trouxe como exemplo o fato destes não aparecerem em reuniões importantes.

Talvez esteja nascendo, num interior secreto de alguns nativos, um espaço de resistência, mas não é o caso ainda.

Em outro depoimento, Manzana relata que eles, os nativos são passivos, no sentido de ver as coisas acontecendo, por exemplo, a “invasão” de turistas em plena pandemia, num feriado, e não fazerem nada, nem durante nem depois do ocorrido. Contou que eles não estão vivendo a desconstrução, eles ainda estão construindo ideias, o que pode levar um longo tempo. Fato que foi constatado no período em que a pesquisa estava sendo realizada *in loco*.

Talvez para essas pessoas o ensino é como deveria ser, no entanto, o papel do pesquisador é levar conhecimento; é mostrar que há outras formas de fazer educação; é “criar minhoca” na cabeça das pessoas; evidenciando outras/novas metodologias de ensino; e mostrar exemplos que se distingam da realidade posta; é mostrar que da maneira como está sendo feita, não tá legal, que pode ser mais, pode ser melhor; atendendo sim, as expectativas; indo ao encontro dos desejos dos povos que lá vivem (uma educação que prioriza as necessidades dos povos do campo).

E isso somente será possível se o pesquisador retornar ao *loco* e apresentar os resultados da pesquisa. Essa etapa deverá ocorrer após a entrega da dissertação impressa, em dia e horário de reunião da associação e em uma data oportuna no Colégio Crescenciano, após retorno das aulas, que deve ocorrer com o fim da pandemia por COVID-19.

A natureza exuberante é o fator preponderante da transformação da Vila, visto que os turistas buscam essa natureza reinventada para o lazer - o ecoturismo. Os loteamentos rurais derivam da procura por infraestrutura, para se passar um período mais longo na Vila. Os loteamentos rurais (Des) organizam o espaço e prejudica o meio ambiente, mas apesar disso, as vendas avulsas dos imóveis, pelos próprios nativos, mostram a necessidade de informação e pessoas tirando vantagem da situação de alguns nativos. Esse fator causa maior impacto social, visto que condiciona o êxodo rural aliado ao aumento da pobreza.

As lutas diárias estão ligadas diretamente a questão do uso do território, os objetos e ações sofrem interferências constantemente, o que acarreta extinção de culturas lá existente, a exemplo do samba de roda ou chula, que aparece cada vez com menos frequência no carnaval; enquanto os paredões ocupam cada vez mais espaço, nesse período.

Essa pesquisa sofreu interferência direta da pandemia por COVID-19, fato que extinguiu as entrevistas com alunos do 7º ano, ensino fundamental II, assim como extinguiu a possibilidade de observação das aulas de geografia, visto que as instituições de ensino permanecem fechadas até o momento (março de 2021).

Apesar do ocorrido os objetivos propostos foram alcançados, no tocante a: identificar a inserção do Colégio Crescenciano diante das dinâmicas; analisar o Ensino de Geografia no CCFP, com base nos princípios da educação geográfica; apreender as possibilidades de contextualização do ensino de geografia e verificar se está constituindo-se no território de Itaitú, Jacobina, Bahia, uma reinvenção ou ressignificação da natureza.

Os objetivos exigiam um estudo profundo do entorno do CCFP, visto que os trabalhos que retratam a realidade não o fazem de forma global; hora consideravam as características da fauna e flora; hora consideravam o ecoturismo; hora a sociedade dissociada da natureza. Essa compreensão fez pensar em trazer algo novo, que abordasse o espaço, porém por intermédio da categoria território. E assim foi feito, primeiro por considerar que o Colégio Crescenciano carece de informações do contexto e merece ter uma fonte de dados científica, capaz de tocar em todas as questões relacionada ao uso do território e segundo pela necessidade de discutir a educação.

Desse modo, o terceiro capítulo trouxe as características físicas naturais, ambientais, sociais, históricas e econômicas da Vila de Itaitú; a localização desse distrito nas distintas

regionalizações (Chapada Diamantina, Piemonte da Diamantina); o uso do território a partir das intervenções do ecoturismo e suas implicações na vida dos nativos

O quarto capítulo já trouxe uma aproximação com a instituição escolar, necessária para evidenciar a história do Colégio Crescenciano, por isso, foi trazida uma descrição cronológica, da configuração do território com as primeiras instituições instaladas, desde o município até a Vila de Itaitu. Nesse capítulo também foi apresentado a ciência geográfica, na busca de situar o leitor com a área de estudo, da formação da pesquisadora.

A questão norteadora, refere-se a “Como o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires percebe as transformações advindas do uso do território que condiciona a reorganização do espaço através dos loteamentos rurais provindos do ecoturismo no distrito de Itaitu, onde está localizado” teve êxito a partir das entrevistas, foi a partir dessa técnica que as respostas apareceram, e estão expostas no capítulo cinco. A análise do material evidenciou que o Colégio Crescenciano carece de políticas públicas educacionais mais condizentes para sua realidade, visto que o currículo norteador não toca nas questões apresentadas, ou seja, a transformação do território, essa somente aparece se o docente for sensível e trazer de forma oculta para as aulas.

Isso mostrou a necessidade real de implantar uma educação do campo, com um ensino que priorize as necessidades e anseios dos povos do campo, nesse sentido foi apresentado o ensino contextualizado, como uma nova e possível perspectiva de ensino.

Essa pesquisa tornou evidente a realidade social da Vila de Itaitú, e evidenciou antagonismos que vão desde as mais singelas manifestações, como em relação às festas (cavalgada e o carnaval), por exemplo, em que alguns diziam-se ser a favor, outros dizem ser contra. Até aquelas manifestações mais densas, carregadas de ideologias e politicidade, como no caso da falta de água, em decorrência do maior uso, por conta do aumento de imóveis e dos loteamentos rurais, que trazem novos moradores, ou pela não aceitação da entrada de empresa de tratamento de água. Ou ainda, em relação ao uso do território, por meio do ecoturismo, que traz grandes transtornos à natureza.

A ferramenta metodológica entrevista foi de suma importância para esse trabalho, foi por meio dela que os objetivos foram alcançados. Logo na primeira entrevista, concedida pelo representante da ASPAF- denominado Lima, foi revelado um novo objeto no território, a ACAGI. Trata-se de uma associação nova, que tem um papel fundamental para a reabertura da Cachoeira Arapongas, pós fechamento por conta do COVID-19. Foi por meio da entrevista que as informações foram chegando, primeiro a reunião no Casarão, com a presença dos associados da ACAGI, representante da ASPAFF e gestor do PESP; depois o mutirão na trilha e nas cachoeiras localizadas na área da UC. A presença da pesquisadora no mutirão foi substancial,

foi nesse dia que além de observar e colaborar com as ações dos condutores ambientais, aconteceu a entrevista com o gestor do PESP, Naranja, esse trouxe informações valiosas, expostas no subcapítulo 5.2.

Os primeiros colaboradores da pesquisa, durante as entrevistas indicavam os próximos colaboradores, a exemplo da docente aposentada; da Agente Comunitária de Saúde e a nova moradora.

A gênese de todo esse processo foi exposta, e as transformações históricas, fruto do uso desse território, que são mais significativas quando entendida e analisada a partir da concepção do uso do território e da reinvenção da natureza, foram apresentadas.

Ainda se faz necessário dizer que tudo o que foi apresentado pode ser visto por outras lentes, essa é uma lente que decorre da experiência advinda da área de educação, sobretudo da formação em geografia, da pesquisadora.

A pesquisa aponta abordagens inéditas, que podem contribuir com pesquisas futuras; com o ensino de geografia, no município e no Colégio Crescenciano, pois traz mapas inéditos, pertinentes para entendimento desse território.

As novas perspectivas para a educação nessa realidade, ou seja, a realidade de escolas localizadas no campo do Semiárido Brasileiro, é o ensino contextualizado, esse deve ser considerado pelos gestores.

Por fim, essa pesquisa contribui com o Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos por desenvolver estudo que envolve as práticas educativas no campo, focando no uso do território e no meio ambiente. Apresenta estudo de uma vila, a Vila de Itaitu, localizada no Semiárido Brasileiro, com características atípicas de fauna e flora, além de configurar processo de (Des) organização espacial e reapropriação da natureza pelo capital, uma fonte de dados que foca o objeto localizado na Chapada Diamantina, por isso amplia o leque de produção em pesquisa da linha 1: Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Autonomia Literária, Elefante. São Paulo – SP, 2016.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes.** Recife/PE: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Maria Geralda de. ECOLOGICAL CULTURE AND BIODIVERSITY. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 02, número 03, 2003<<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/166>>Acesso em: 25 fev. 2021.

_____. Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia e nas práticas turísticas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 77-86, jul./dez. 2008. Editora UFPR. 2008. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/13425/9050>>. Acesso em 12/02/2020

ANDRÉ, Marli E.D.A.de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional/** Marli Eliza Dalmazo Afonso de André.- Brasília: Liber Livro Editora, 3. ed. 2008.68p.

_____. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em:< <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7441>>. Acesso em 12/02/2020.

ARROYO, M. G. Por um tratamento Público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo /** Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

AZEVEDO, Aroldo. de. Vilas e cidades do Brasil Colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva 1956. **REVISTA TERRA LIVRE — AGB.** São Paulo | pp. 23-78 nº 10 janeiro-julho 92. Disponível em< <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/113/111>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia.** -- Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252. Disponível em:<https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2018. 468 p. Disponível em:< <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/DocumentoCurricularReferencialdaBahia12072019.pdf>>. Acesso em 03 de Janeiro de 2020.

_____. SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E RECURSOS HÍDRICOS - SEIA. **Lei nº 10.431 de 20 de Dezembro de 2006**. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em:<
http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Lei%2010431_2006.pdf>. Acesso em 02/02/2021.

BALAIO CULTURAL DE ITAITU. **Glartent**, 2014. Disponível em :
<https://www.glartent.com/BR/Itaitu/124127524377088/Balao-Cultural-de-Itaitu>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2020.

BECKER, E. L. S. A Geografia e o método dialético. **Vidya**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 51-58, jul./dez. 2005. Disponível em<
<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/394>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938**. Divisão Territorial do País e dá outras providências, Brasília, DF, 1938. Disponível em:<
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2020.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caatinga**. Disponível em<
<https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga.html>>. Acesso em 03 de abril de 2020.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Grupo de trabalho para delimitação do semiárido**. 2017. Brasília, 2017. 429 p. Disponível em<
http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Item_1.6.6_-_Relatório_final_do_GT_Delimitação_do_Semiárido.pdf>. Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Resolução N° 115, de 23 de Novembro de 2017. Disponível em:<
https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/739568/do1-2017-12-05-resolucao-n-115-de-23-de-novembro-de-2017-739564>. Acesso em 14/04/2021.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Grupo de trabalho para delimitação do semiárido**. Brasília, 2005. 118 p. Disponível em<
https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/relatorio_semi_arido.pdf . Acesso em 08 de abril de 2020.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Portal INEP**. Disponível em:<
<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em 11 de abril de 2020.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em<
http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Ecoturismo.pdf >. Acesso em 03 de Março de 2020.

BNCC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Fundamental**. Brasília, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

BRITO, Francisco Emanuel M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador, EDUFBA, 2005.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável - Brasília**: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 1999.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência** / Luzineide Dourado Carvalho. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

CIDADE-BRASIL. **Município de Jacobina**. 2019. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-jacobina.html>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2020.

CAVALCANTE, L. V.; LIMA, L. C. Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 1, p. 061-075 mês. 2018. ISSN 2179-0892.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. Pedro Demo. -3. Ed.rev. e ampl.- 11.reimp. – São Paulo: Atlas, 2007.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Transcendente**. Disponível em:< [FAGUNDES, T.C.P.C. **Metodologia da pesquisa**. – Especialização em EAD. Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes. Salvador: UNEB/ EAD, 2009. 52p.](https://www.dicio.com.br/transcendente/#:~:text=adjetivo%20Que%20ultrapassa%20os%20limites,aos%20conhecimentos%20comuns%3A%20arte%20transcendente.>. Acesso em 02/02/2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

FONTANELLA, B.J.B; LUCHESI B.M; SAIDEL M.G.B; RICAS J; TURATO E.R; MELO D.G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad Saúde Pública**. 2011;27(2):388-94. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>>. Acesso em 03/02/2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar** [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 24. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. Disponível em <: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**/ Antônio Carlos Gil. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em< <http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>>. Acesso em setembro de 2018.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente** / Carlos Walter Porto Gonçalves. (2º ed.), São Paulo: Contexto, 1990.

GRIMM, Flávia. Trajetória epistemológica de Milton Santos:uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < 2011_FlaviaChristinaAndradeGrimm_VRev.pdf (usp.br) >. Acesso em 16 de março de 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

IBGE. **Censo Demográfico**. Brasília: DF: IBGE, 2010. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2020.

IBRAM-DF. **Brasília Ambiental**: Plano de Manejo. 2019. Disponível em:<<http://www.ibram.df.gov.br/plano-de-manejo/>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2020.

IGC. INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. **Criação de Distrito**. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/servicos/distrito.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2020.

JACOBINA. Diário Oficial do Município. **Lei nº 1.473 de 14 de Março de 2018**. Proíbe a Instalação de Churrasqueiras, Tendões de Acampamento, Reboques Habitáveis ou Quaisquer Elementos Similares e proíbe a venda e consumo de bebidas alcoólicas nas cachoeiras do Distrito de Itaitu, neste município. Disponível em:< <http://www.jacobina.ba.io.org.br/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2020.

JESUS, J.G.de; TRARBACH, M.A (Orgs.). **Introdução à Educação do Campo**. Vitória: CNPQ/UFES, 2013. Disponível em:< <http://www.educacaodocampo.ufes.br/sites/educacaodocampo.ufes.br/files/field/anexo/modulo%20baixa%20resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

LACOSTE, Yves. Uma disciplina simplória e enfadonha?, In: **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. EDIFEL, São Paulo, 1976.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobina, sua história e sua gente/memórias**: Doracy Araújo Lemos. 2. ed. Jacobina, BA: Rabisco, 2013.

MARQUES, Juracy. **Povos das caatingas**: Reflexões sobre conservação da biodiversidade no Semiárido Brasileiro/ Juracy Marques; Luzineide Dourado Carvalho e Rosiane Rocha Oliveira Sena (Org). Juazeiro: NEPEC-SAB, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 6. ed São Paulo: Global, 1995. 45 p.

MINAYO M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec; 2008.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **REVISTA ETC..., espaço, tempo e crítica**. N° 1(3), VOL. 1, 1º de junho de 2007 em: <

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_ensinoGeografia2016/racioc%EDnio%20geogr%Elfico%20-%20ruy%20moreira.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

NUNES; Marcone Denys dos R.; SANTOS; Ivaneide Silva dos; MAIA; Humberto Cordeiro A. **Geografia e ensino**: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente/Organizado por Marcone Denys dos Reis Nunes, Ivaneide Silva dos Santos e Humberto Cordeiro Araújo Maia (Orgs.). – Salvador: Eduneb, 2018. 347 p.:il.

OLINDA, S. R. M. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**, n. 29, p. 153-162, 2003. Disponível em:<

http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/29/a_educacao_no_brasil_no_periodo_colonial.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2020.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**/Maria Marly de Oliveira. 7. Ed. Revista e atualizada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em 19/3/2021.

PATTON, M. **Qualitative evaluation and research methods**. Beverly Hills, CA: Sage. 1990. 169-186p.

PERROT, Marie-Dominique. Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural. In: FAUNDEZ, Antonio. (Org). **Educação, desenvolvimento e cultura**: Contradições teóricas e práticas. - São Paulo: Cortez, 1994.

PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. Turismo – **Visão e Ação**, V. 1, n. 1, p. 75-91, 1998. Disponível em:<

<http://files.zaqueuhenrique.webnode.com/200000822-201bf20906/A%20DIMENS%C3%83O%20CONCEITUAL%20DO%20turismo.pdf>>.

Acesso em: 09 de agosto de 2019.

POLIDORO, Lurdes de Fátima; STIGAR, Robson. A Transposição Didática: a passagem do saber científico para o saber escolar. **Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura** - Ano VI, n. 27. Novo ano de otimismo e esperança.

Disponível em:<

https://ciberteologia.com.br/images/edicoes/pdf/edicao_20200709200438.pdf>. Acesso em 02/02/2021.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do campo: Escola, currículo e contexto.** / Edmerson dos Santos Reis. Juazeiro – Bahia: ADAC/UNEB-DCH-III/NEPEC-SAB, 2011.

_____. O projeto político pedagógico nas escolas do campo: um instrumento essencial. In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura. (Orgs.). **Diálogos sobre a Educação do Campo.** Teresina: EDUFPI, 2011. P. 173-188.

REIS, E. dos Santos; ROCHA, Ádma H. Fechar escolas no campo: uma manifestação da vulnerabilidade do direito à educação do campo no Semiárido Brasileiro. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 7, n.1, p. 132 -150 – jan./abr. 2018. Disponível em:<
<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/47050/25498>>. Acesso em 09/01/2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** Companhia das Letras–São Paulo. Segunda edição.1995. Disponível em:<

http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf>. Acesso em 14 de maio de 2019.

RIBEIRO, Leonardo Cotta. **Conhecendo a Serra do Espinhaço.** Instituto de Observação da Terra, 2015. Disponível em<<http://inot.org.br/conhecendo-a-serra-do-espinhaco/>> . Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. **Ensino Médio na Bahia e o Ginásio Ruy Barbosa: análise sócio-histórica da criação e consolidação de uma instituição escolar** / José Roberto Gomes Rodrigues. 1. Ed.- Curitiba: Appris, 2018. 273 p.

RODRIGUES, U, M. RODRIGUES, S, J, D. Educação do campo: fomento imprescindível na luta pela reforma agrária In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (Org.). **Diálogos sobre a questão da reforma agrária e as políticas de educação do campo.** São Luís: EDUFMA, 2009.

SÁ, VERUSA Pinho de. **Do coração de Jacobina: relatos e retratos de Itaitu.** Jacobina/BA: 2009. Livro-reportagem.

SANTOS, Manuela R. C; OLIVEIRA, Taíse C. de; SOUZA Thaíse P. P. Análise do potencial turístico do Distrito de Itaitu (Jacobina-BA) e seus reflexos para o desenvolvimento local.

Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade do Estado da Bahia, Jacobina-BA, 2012. Repositório Saber Aberto. Disponível em:<

<http://www.saberaberto.uneb.br/jspui/bitstream/20.500.11896/465/1/MONOGRAFIA%20FINAL.pdf>>. Acesso em 13/02/2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar** / Milton Santos. 1.ed.,3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176 p.

SBPT. **Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia**. Orientações da OMS para prevenção da COVID-19. 2020. Disponível em:< <https://sbpt.org.br/portal/covid-19-oms/>>. Acesso em 02/02/2021.

SILVA, A.P.; MENEZES, A.C.S.; REIS, E.S. Educação para a convivência com o Semiárido: desafios e possibilidades de um novo fazer. In: ROCHA, Maria Izabel Antunes (Org.). **Territórios educativos na educação do campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SILVA, J.de S. Agricultura familiar e inovação paradigmática na pesquisa agropecuária: contexto, interação e ética para a inclusão social. **Ciência como instrumento de inclusão social**. / editores técnicos, Ivan Sergio Freire de Sousa, José Renato Figueira Cabral. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 386 p.

SILVA, Monica Ribeiro. Políticas de currículo, ensino médio e BNCC. Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015. Disponível em : < [586-1898-1-PB.pdf](#) >. Acesso em janeiro de 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica** – Bauru – XV – vol. XV – (1). P4-12: Janeiro/Dezembro - 2011. Disponível em<http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2020.

SOUSA, Luzicléia Araújo; BAUTISTA, Hortensia Pousada; JARDIM, Jomar Gomes. Diversidade florística de Rubiaceae na Serra da Fumaça-complexo de Serras da Jacobina, Bahia, Brasil. **Biota Neotropica**. Instituto Virtual da Biodiversidade. Campinas. Vol 13, nº 3, julho-septiembre, 2013, pp. 289-314. Disponível em:< <https://www.biotaneotropica.org.br/v13n3/pt/fullpaper?bn02313032013+pt>>. Acesso em 11 de Março de 2020.

SOUZA, Éder Jr. C.de; BARBOSA, Guatamonzi, A.M. Jacobina: breve histórico de uma longa realidade. In: Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim e Rosilda Valois Coutinho (Organizadoras). **Quem inventou Jacobina?** Iniciando a pesquisa na escola básica. Jacobina. Bahia: Editora Rabisco, 2005. 206 p.

SUERTEGARAY. D.M.A. Notas sobre a epistemologia da geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis, Nº11, Maio 2005.: Ed. Da Universidade Federal de Santa Catarina. 2005. Disponível em: < [cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geográficos-UFSC-Nº-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf](#) >. Acesso em 10 de abril de 2020.

TRIVINOS, Augusto N. Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.



APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. ENTREVISTADOS NO DISTRITO DE ITAITU, JACOBINA-BAHIA
2. ENTREVISTADOS NO COLÉGIO MUNICIPAL CRESCENCIANO FERNANDES PIRES

As entrevistas serão realizadas com dois públicos distintos. Primeiro, aqueles que não possuem relação direta com o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires, que serão chamados de COLABORADORES DA COMUNIDADE, totalizando 21 pessoas.

Segundo, aqueles que possuem ou possuíram relação direta com o Colégio: Alunos, professores, gestores, ex alunos, professores aposentados, entre outros. Essas pessoas podem colaborar com histórias narrativas sobre a criação do Colégio, totalizando 28 pessoas.

As entrevistas serão do tipo semiestruturada, na modalidade focalizada. As informações serão armazenadas no gravador do celular, em cadernos de anotações (as informações gestuais, por exemplo), posteriormente as informações serão passadas para o computador, e por fim ficarão arquivados em um CD RUM, por um período de 05 anos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS COLABORADORES DA COMUNIDADE.

MORADORES NATIVOS (10)

- 1) Quanto tempo o senhor(a) mora em Itaitu? _____
- 2) Qual sua idade? _____
- 3) Como era Itaitu na sua mocidade? O senhor(a) poderia descrever para mim?
- 4) Para o senhor(a) Itaitu passou por mudanças? Quais?

- 5) O senhor(a) poderia citar quais mudanças Itaitu passou nesses últimos 10 anos?

- 6) Como o senhor(a) percebe o ecoturismo em Itaitu?
- a) Alternativa econômica _____
 - b) Incomoda _____
 - c) É bom, porque? _____
 - d) É ruim, porque? _____
 - e) O senhor(a) apoia as ações (carnaval, ecorum, cavalgada, cicloturismo) que trazem essa dinâmica de pessoas para cá? Por que? _____
- 7) Essas mudanças trouxeram benefícios ou malefícios, ou seja, foram boas ou ruins? Pode descrever? _____
- 8) Como o senhor(a) percebe o ecoturismo aqui?
- 9) Como o senhor(a) percebe a chegada dos loteamentos e dos novos moradores? Pode relatar um pouco? _____
- 10) O que representa o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires para o senhor(a)?
- 11) O que o senhor (a) diria sobre morar em Itaitu, quais as coisas ruins e as boas?
- 12) Como você percebe o Colégio Crescenciano Fernandes Pires diante das dinâmicas presentes em Itaitu (ecoturismo e loteamentos rurais)?
- a) Passivo, sim/não.
Por que? _____
 - b) Ativo, sim/não.
Porque? _____
- 13) Tem algo que o senhor (a) gostaria de acrescentar? Fique à vontade.

DONOS DE LOTEAMENTOS (02)

- 1) O senhor(a) possui terras em Itaitu a quanto tempo?
- 2) Quais motivos levou o senhor(a) a vender suas terras?
- 3) Como o senhor(a) percebe esse tipo de empreendimento?
- 4) Existe algum tipo de preservação da natureza quando o terreno está sendo preparado para lotear?
- 5) O que, na sua opinião, atrai as pessoas para comprar os lotes?

- 6) Como você percebe o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires diante das dinâmicas presentes em Itaitu (ecoturismo e loteamentos rurais)?
- c) Passivo, sim/não.
Por que? _____
- d) Ativo, sim/não.
Porque? _____
- 7) Tem algo que o senhor (a) gostaria de acrescentar? Fique à vontade.

NOVOS MORADORES (02)

- 1) O senhor(a) adquiriu esse lote faz quanto tempo? _____
- 2) O que te fez comprar um lote em Itaitu? _____
- 3) Como o Sr(a) faz uso de sua propriedade?
() Veraneio (vai de vez em quando/ aos finais de semana?)
() Moradia fixa?
- 4) Quais impressões de Itaitu foram transmitidas a você pelo vendedor do terreno?
- 5) O que representa a natureza de Itaitu, para o senhor(a)?
- 6) Como você percebe o Colégio Crescenciano Fernandes Pires diante das dinâmicas presentes em Itaitu (ecoturismo e loteamentos rurais)?
- e) Passivo, sim/não.
Por que? _____
- f) Ativo, sim/não.
Porque? _____
- 7) Tem algo que o senhor (a) gostaria de acrescentar? Fique à vontade.

GUIA TURÍSTICO E REPRESENTANTE DA ASPAFF (02)

- 1) Você mora em Itaitu?
- 2) Quanto tempo você é guia turístico?
- 3) Como você se tornou guia turístico? (curso/instituição/que ano)
- 4) Como você percebe o ecoturismo em Itaitu?
- f) Alternativa econômica _____
- g) Incomoda _____
- h) É bom, porque? _____

- i) É ruim, porque? _____
- j) Você apoia as ações (carnaval, ecorum, balaio cultural...) que trazem essa dinâmica de pessoas para cá? Por que? _____
- 5) Como você percebe o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires?
- 6) Como você percebe o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires diante das dinâmicas presentes em Itaitu (ecoturismo e loteamentos rurais)?
- g) Passivo, sim/não.
Por que? _____
- h) Ativo, sim/não.
Porque? _____
- 7) Tem algo que você gostaria de acrescentar? Fique à vontade.

PROFESSORES/ GESTÃO ESCOLAR E REPRESENTANTES ESCOLAR

- 1) Você mora em Itaitu?
- 2) Qual sua formação acadêmica?
- 3) Qual disciplina você leciona?
- 4) Quanto tempo você ensina nesse colégio?
- 5) Quais materiais didáticos você mais utiliza para lecionar? Cite-os
- 6) Como você considera o material didático disponível no Colégio?
- a) Ótimo/Bom, justifique _____
- b) Ruim/Péssimo, Justifique _____
- c) Quais materiais você acrescentaria para auxiliar na aprendizagem dos alunos?

- 7) Quais materiais de apoio o município e o Colégio utilizam como referência no ensino? (Currículo Bahia, Currículo municipal, PPP, LDB...) cite-os _____
- 8) Em relação ao material didático que você utiliza, ele traz abordagens do contexto onde o aluno vive? (região nordeste, semiárido, dinâmicas espaciais...) _____
- 9) Você pode relatar como o material didático apresenta o contexto?

- 10) Você utiliza a transposição didática para inserir o contexto dos alunos nas suas aulas?

- 11) Quais fatos e acontecimentos do contexto você traz para sala de aula?

- 12) Em relação aos conteúdos do livro didático, ele deixa “brecha” para trazer a realidade dos alunos? _____ Se Sim, cite um exemplo _____
- 13) Como você percebe o Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires diante das dinâmicas presentes em Itaitu (ecoturismo e loteamentos rurais)?
- a) Passivo, sim/não.
Por que? _____
- b) Ativo, sim/não.
Porque? _____
- 14) Para você como seria um ensino contextualizado?

- 15) Quais metodologias de ensino você utiliza para trazendo a realidade do aluno para a sala de aula?

- 16) Em relação a trazer o contexto do aluno para a sala de aula, você considera importante? Justifique _____
- 17) Tem algo que você gostaria de acrescentar? Fique à vontade.

ALUNOS (20)

- 1) Qual ano você está cursando no Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires?

- 2) Onde você reside?
- a) Distrito de Itaitú ()sim () não
- b) Povoado, qual _____
- 3) Quais materiais didáticos você mais utiliza na sala de aula e em sua casa? _____
- 4) Esses materiais didáticos trazem conteúdos que retratam seu contexto? (sua realidade, seu dia a dia, onde você vive, o município de Jacobina e a Chapada Diamantina)
- a) Sim, exemplifique _____
- b) Não

- 5) Qual a disciplina você mais gosta? _____
- 6) Qual disciplina aborda as questões de seu contexto, ou seja, do entorno do Colégio, onde _____ você _____ vive? _____
- 7) O professor (a) utiliza outros espaços para ministrar as aulas? Se sim. Cite exemplos _____
- 8) Você acha importante apresentar seu contexto na sala de aula? Por que? _____
- 9) Itaitu passa por um processo de mudança local, ou seja, há novas construções de imóveis, arquitetura de imóveis diferente das residências dos moradores?
- a) Sim. Quais são essas mudanças? Relate _____
- b) Não. Como assim? Você não percebe as pessoas que vem para as cachoeiras, que estão vindo morar aqui?
Relate _____
- 10) Qual a importância do Colégio para você?
- 11) Como você percebe o ecoturismo em Itaitu? (carnaval, ecorum, ...)
- 12) Como você percebe os novos moradores?

- 13) Em qual(s) disciplinas você acredita que deveria estudar essas questões de transformação do lugar, da realidade do aluno? _____ Porque? _____
- 14) Como você acredita que deveria ser trazido o contexto para a sala de aula? (qual forma de ensinar, quais metodologias)

- 15) Tem algo que você gostaria de acrescentar? Fique à vontade.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES

LOCAL 1: DISTRITO DE ITAITU, JACOBINA-BAHIA

LOCAL 2: COLÉGIO MUNICIPAL CRESCENCIANO FERNANDES PIRES

As observações serão realizadas em dois locais. A primeira delas será no distrito de Itaitu, localizado à aproximadamente 24 Km do município de Jacobina. Esse lugar possui as coordenadas geográficas aproximadas de -11.1855 latitude, -40.5361 longitude, 11°11'8" sul, 40°32'10" oeste. A segunda será realizada no Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires, localizado no centro do distrito de Itaitu.

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO A SER REALIZADA NO DISTRITO DE ITAITU, JACOBINA-BAHIA.

1. Locais de observação no distrito.

Estradas vicinais; loteamentos rurais; construções de imóveis; construções de hotéis; imóveis residenciais; imóveis comerciais; órgãos públicos; trilhas e duas cachoeiras (1- Véu de noiva, 2. Araongas).

2. Motivos para observar esses espaços.

Como trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método filosófico adotado é o dialético, pretende-se, com a observação de campo, evidenciar a historicidade do lugar, a dinâmica decorrente dos processos contemporâneos e as contradições que há no entorno do Colégio Crescenciano Fernandes Pires. Sendo assim, esses espaços deverão ser observados por que há a necessidade de descrever, analisar e evidenciar a dinâmica do lugar que atrai pessoas para o ecoturismo e condiciona os loteamentos rurais, no distrito de Itaitu, Jacobina, Bahia.

Acredita-se que através da técnica de pesquisa observação de campo, aliado a técnica da entrevista será possível apresentar respostas para o objetivo proposto que busca investigar como os processos de uso e reorganização do território de Itaitu, a partir do ecoturismo e dos loteamentos rurais, estão constituindo-se na reinvenção ou ressignificação da natureza.

3. Materiais utilizados na observação de campo.

Será utilizado durante as observações de campo um caderno “diário de bordo”, nele será descrito o ambiente, os antigos e novos elementos presentes no distrito de Itaitu, também servirá para anotar as observações e impressões levantadas pelo pesquisador durante as observações pelo lugar.

Uma câmera de celular, cujo objetivo é registrar as paisagens observadas e a dinâmica do lugar (presença de turistas), sobretudo aquelas que evidencie transformação do espaço, como as representadas por construções contemporâneas e dias de festa para análises posteriores.

4. Passo a passo da observação de campo.

No primeiro momento (será realizado em média 3 visitas, em dias diferentes), pretende-se observar a estrada vicinal e seu entorno; seguir pelas rotas que destinam aos loteamentos rurais, nele será observado as modificações dos terrenos destinados a essa finalidade, como: desmatamento, uso de máquinas para abrir estradas, abrir ruas, construções e tudo que destoe do entorno.

No segundo momento (será realizado em média 3 visitas, em dias diferentes), será observado os locais de atração dos turistas, como: a praça, as trilhas e duas cachoeiras. Esse momento será dedicado aos detalhes, toda atenção se voltará para ver, ouvir e sentir o ambiente, prestar atenção na dinâmica produzida nesses espaços.

O terceiro momento será dedicado a observar o centro de Itaitu, as casas antigas, a igreja e os prédios públicos. Esse momento é considerado importante porque pode evidenciar a historicidade do lugar presente na estrutura arquitetônica dos imóveis, além de constatar características do urbano adentrando o rural. Uma circunstância imprescindível que pode caracterizar a reorganização do espaço.

Esse momento também é fundamental para levantar nome de pessoas que possam contribuir com a pesquisa, pois precisamos “garimpar” nomes de pessoas que conhecem ou conheceram a história do Colégio, sua criação, por exemplo, pessoas que vivenciam a transformação do

espaço; representantes da associação; funcionários aposentados do Colégio; nomes de donos de loteamentos, dentre outros.

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO A SER REALIZADA NO COLÉGIO MUNICIPAL CRESCENCIANO FERNANDES PIRES.

No Colégio, a observação será integral, iniciando pela estrutura física do espaço que compõe o Colégio e seguindo pela observação da filosofia de trabalho (os documentos que regem a instituição e que deles surgem as metodologias; estrutura organizacional (organograma, gestão, formas de organização do trabalho); disponibilidade de recursos humanos (formação e quantitativo); disponibilidade de recursos materiais (didáticos, tecnológico, por exemplo) e processo de comunicação.

Além do exposto, as aulas da disciplina geografia serão observadas com intuito de apresentar respostas aos objetivos propostos na pesquisa, dos quais:

- Identificar a inserção do Colégio Crescenciano Fernandes Pires diante da dinâmica dos processos territoriais em Itaitu, Jacobina-Bahia;
- Analisar o Ensino de Geografia no Colégio Crescenciano Fernandes Pires, com base nos princípios da educação geográfica;
- Apreender as possibilidades de contextualização do ensino de geografia.

Roteiro detalhado de observação do Colégio:

1) Estrutura física:

()sala de aulas. Quantas?_____

()Secretaria

() Pátio interno

()Pátio externo

()quadra coberta

()Quadra aberta

()Refeitório

()Cozinha

()Sanitário por sexo

()Sanitário para professores

- Biblioteca
 - Sala de vídeo e TV
 - Sala de leitura
 - Laboratórios? Especificar _____
- 2) Durante a aula, como os alunos estavam organizados?
 - 3) Quais recursos didáticos foram utilizados na aula, pelo professor e pelos alunos?
 - 4) Quais são os conteúdos trabalhados?
 - 5) Os materiais didáticos apresentam conteúdos que tratam do contexto dos alunos?
 - 6) Os materiais didáticos da disciplina Geografia apresentam conteúdos que tratam do contexto dos alunos?
 - 7) Como o professor (a) apresenta o conteúdo programado? (instiga a interação dos alunos, há transposição dos conteúdos; consegue ter atenção dos alunos)
 - 8) Qual é a metodologia de ensino empregada?
 - 9) As aulas transcendem os muros da escola?
 - 10) Existem projetos para serem realizados na comunidade?
Quais _____
 - 11) Dos conteúdos propostos para a unidade. Quais conteúdos poderiam ser “adaptados” para trazer o contexto do aluno para a sala de aula?
 - 12) Das metodologias praticadas. Quais outras metodologias poderiam ser adotadas para trabalhar a questão da dinamicidade do lugar, onde os alunos vivem?
 - 13) O contexto do aluno é trazido para a sala de aula? De que forma? Quais as estratégias a professora (o) utiliza?
 - 14) Existe contextualização do ensino de geografia no Colégio Municipal Crescenciano Fernandes Pires?